

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."





## **CONTROLE SOCIAL DA PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA\***

### **Seminário: Controle Social da Programação Televisiva**

**Data: 27/4/2005**

**Início: 14h50min      Término: 17h52min      Duração: 03h02min**

**Tempo de gravação: 03h01min**

### **Depoente/convidado - Qualificação**

- JOSÉ EDGARD REBOUÇAS - Professor das Faculdades Associadas do Espírito Santo — FAESA.
- MURILO RAMOS - Professor do Departamento de Jornalismo da UnB.
- JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO - Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça.
- HELOÍSA BUARQUE DE ALMEIDA - Antropóloga e pesquisadora da Universidade de Campinas — UNICAMP.
- EUGÊNIO BUCCI - Presidente da RADIOBRÁS.

---

\*Notas taquigráficas

- ROSÁRIO DE POMPÉIA - Representante do Centro de Cultura Luiz Freire de Pernambuco.
- ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES - Procurador da República no Estado do Ceará.
- FRANCISCO PEREIRA - Diretor do Sindicato dos Radialistas e ex-membro do Conselho de Comunicação Social.
- ADILSON ZANATTA - Assessor da bancada federal do Partido dos Trabalhadores.

### **Sumário:**

**Seminário - Controle Social da Programação Televisiva.**

**1º Panel: Olhar crítico sobre a qualidade da programação televisiva.**

### **Observações**

- Houve exibição de imagens.
- Há oradores não identificados.

### **Transcrição**

A SRA. PRESIDENTA(Deputada Iriny Lopes) - Estamos reabrindo o Seminário *Controle Social da Programação Televisiva*, uma realização da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e do Ministério Público Federal.

Ao retomar os trabalhos, informo aos presentes que esta Casa hoje perde um dos seus membros, vítima de uma doença que vem de bastante tempo: o Deputado Paulo Kobayashi, do PSDB de São Paulo. Particularmente, tive oportunidade de trabalhar com S.Exa. na CPMI do BANESTADO. Fizemos diversas diligências juntos no Estado de São Paulo. Aprendi a respeitar a postura do Deputado e seu comportamento no trabalho parlamentar. Independentemente das divergências partidárias e ideológicas, era uma pessoa que todos respeitavam. Tínhamos admiração pelo seu trabalho.

É praxe na Casa a suspensão dos trabalhos quando do falecimento de um dos seus membros. Decidimos que vamos manter o seminário em função do deslocamento de diversas pessoas de vários pontos do País para dele participar. Não podemos, contudo, deixar de prestar nossa homenagem ao Deputado Paulo Kobayashi. Solicito, portanto, um minuto de silêncio com todos os presente de pé. *(Pausa.)*

*(É feito um minuto de silêncio.)*

A SRA. PRESIDENTA(Deputada Iriny Lopes) - Gostaríamos de fazer uma saudação especial aos estudantes do IESB que hoje estão participando deste seminário. Tivemos um pequeno atraso no início dos trabalhos porque uma das nossas convidadas, a Sra. Heloísa Buarque, teve problemas com seu voo. Aliás, acabou de chegar. Bem-vinda!

Convido para compor a Mesa o Sr. Eugênio Bucci, Presidente da RADIOBRÁS; o Prof. Murilo Ramos, do Departamento de Jornalismo da UnB; a Sra. Heloísa Buarque de Almeida, antropóloga e pesquisadora da UNICAMP; o Sr. José Edgard Rebouças, jornalista e professor de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo; o Sr. José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça.

Registro a presença do Deputado Orlando Fantazzini, Coordenador da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania* e uma das pessoas que propôs, provocou e organizou este seminário. Daqui a pouco S.Exa. vai substituir-me na condução dos trabalhos.

Fiz o sorteio da ordem de fala dos expositores. Em primeiro lugar, vamos ouvir o Sr. José Edgard Rebouças; a seguir, o Prof. Murilo Ramos, o Sr. Eugênio Bucci e a Sra. Heloísa Buarque de Almeida.

Com a palavra o jornalista e professor de Comunicação da Universidade Federal do meu Estado, Espírito Santo, Prof. José Edgard Rebouças.

O SR. JOSÉ EDGARD REBOUÇAS- Bom dia a todos. Vou usar *PowerPoint* na minha apresentação, a fim de ilustrá-la melhor. Antes, porém, gostaria de fazer um esclarecimento: não sou professor da Universidade Federal do Espírito Santo, mas das Faculdades Associadas do Espírito Santo — FAESA —, instituição privada. Infelizmente, a Universidade Federal do Espírito Santo não tem tido muito espaço para a pesquisa, como tem ocorrido com várias universidades. Então, encontrei um espaço para continuar pesquisando numa universidade privada. Felizmente ainda dá para fazer isso em alguns lugares.

O estudo que vou apresentar aos senhores foi uma provocação que nasceu dentro da campanha *Quem Financia Baixaria é Contra a Cidadania*, da qual faço parte há um ano e pouco. A provocação era pensarmos uma regulamentação para publicidade de produtos ou programas infantis para crianças e adolescentes.

O que vou apresentar para os senhores é um pouco do que vem a ser essa pesquisa. Nela vamos mostrar o que existe de estudo, no Brasil e no exterior, sobre os efeitos da publicidade em crianças e adolescentes e o que existe de regulamentação nessa área em outros países, para termos um referencial e não simplesmente propormos uma regulamentação para o Brasil, uma proibição, o que quer que seja antes de termos o referencial de outros lugares.

O título da minha exposição é: *O estado da arte da regulamentação internacional e o estudos dos efeitos da publicidade em crianças e adolescentes*.

Um dos objetivos seria mapear o que existe de referencial sobre regulamentação e estudos, subsidiar os legisladores para uma possível regulamentação a respeito do tema e buscar fundamentação de estudos realizados por pesquisadores e especialistas, principalmente do Brasil, sobre esse tema.

A justificativa é a necessidade de criação de políticas públicas mais claras, voltadas efetivamente para o interesse público. Historicamente, na área específica de televisão, as regulamentações são mais voltadas para o interesse privado. Há necessidade de uma fundamentação mais contextualizada para evitarmos eventos futuros numa possível regulamentação.

A metodologia que utilizei é a do estudo de casos comparativos. Na verdade, esse trabalho está em processo, ainda não está concluído, mas já tenho um grande panorama. Utilizei também o estado da arte, com estudos, livros, revistas, *papers*, bancos de dados, bibliotecas virtuais nas áreas de comunicação, educação, psicologia, direito, medicina e nutrição. Há pesquisadores em todas essas áreas estudando o assunto. Encontrei, esta semana, um pessoal da área de odontologia que fez um estudo muito grande sobre publicidade de pasta de dente, como isso afeta ou não o uso de pasta de dente por crianças. É uma coisa que merece ser observada no nosso estudo.

Estudei as regulamentações internacionais, leis, diretivas, códigos de normas de governos, legisladores, reguladores, auto-instâncias reguladoras, instâncias auto-reguladoras e como a sociedade civil se manifesta.

Comecei pela Comunidade Européia, que tem uma diretiva com base num estudo muito grande feito em vários países, que se chama: *Televisão sem Fronteiras*. A única parte que fala em publicidade específica é o art. 16, que

pode ser para criança e se refere aos prejuízos morais e físicos aos menores. Deve haver essa preocupação. Não se deve incitar os menores a comprar um produto, explorando a sua inexperiência de criança, e não se deve incitar os menores a insistir com os pais para comprar um produto ou serviço.

O item “b” surge em várias regulamentações. Existe nos estudos um nome para isso: o *nag factor*, fator de encheção de paciência, aquilo que as crianças fazem para que os pais comprem determinado produto. Esse tipo de comercial que incentiva a criança a pedir ao pai ou a outra pessoa que compre determinado produto é interditado em vários países. Sobre isso darei mais exemplos adiante.

Fui primeiro buscar na Europa o que já existe especificamente, além dessa grande regulamentação.

Na Bélgica, por exemplo, é proibido qualquer tipo de publicidade para crianças nas regiões flamengas. A Bélgica tem uma região francesa e uma *deutsh*, que fala holandês. Então, na região flamenga não pode haver publicidade; na francesa, sim.

Na Dinamarca, durante os programas, é proibido qualquer tipo de publicidade imediatamente antes e depois dos programas.

Na Grécia, é proibido qualquer publicidade de brinquedos até as 10 horas da noite, sendo que brinquedos específicos de armas e guerras em horário nenhum.

Na Irlanda, é proibido qualquer publicidade durante os programas infantis na TV aberta.

Na Itália, é proibido esse tipo de comercial durante desenhos animados.

Segundo os estudos, crianças de até 5 anos de idade não conseguem identificar a diferença da publicidade e do programa específico. Conseguem até identificar, é verdade, se é ficção ou realidade, mas não conseguem identificar que é um comercial. Então, quando aparece o programa da Xuxa e, imediatamente após ele, começa um comercial da Xuxa vendendo sapatinho, a criança continua achando que aquilo faz parte do programa da Xuxa, da brincadeira, e tal, não vê aquilo como um comercial.

Na Noruega, é proibida a publicidade de serviços direcionados a crianças menores de 12 anos. Durante programas infantis não pode haver publicidade. E não pode ocupar mais do que 15% do tempo da programação de publicidade.

Na Suécia, que tem uma regulamentação mais antiga nesse setor — desde 1991 —, é proibido qualquer publicidade durante programas infantis. É proibido oferecer qualquer produto a crianças com menos de 12 anos. Na Suécia existia essa prática como auto-regulamentação desde 1991. A partir de 1996,

virou lei. Não precisaria nem ter virado lei porque as empresas já cumpriam isso, mas acabou havendo a regulamentação.

Na Inglaterra, há uma especificidade maior, que achei interessante trazer para os senhores. Lá ninguém pode usar brinquedos como mascotes para publicidade de alimentos, nenhum tipo de mascote — bonequinho, desenho —, nada que incite a criança a querer comprar. São também proibidos comerciais com desenhos animados que mostrem *junk food*, besteiras como biscoitos, balas, etc. Então, nenhum desenho animado que tenha um personagem das Powerpuff Girls, ou as Superpoderosas comendo um sanduíche pode passar, porque aquilo não é um alimento saudável. Não pode haver efeitos especiais, de câmera, para fazer um corte rápido e incentivar as crianças nessas questões muito técnicas. Os acessórios dos brinquedos têm de ser mostrados, bem como o preço, porque aquilo vai aumentar o preço do produto.

Para qualquer produto caro — eles consideram caro um brinquedo que custe mais de 25 libras, 120 reais — o comercial tem de mostrar o preço do produto. Isso para que a criança comece a aprender o que é uma coisa cara e que não é qualquer coisa que pode ser comprada. É proibido o uso de expressões: “*isso custa apenas*”, ou “*somente*”, etc. Isso está em outras regulamentações também. Vemos muito isso nas publicidades no Brasil. Se o produto for de uso manual, ele não pode ser mostrado andando sozinho.

Houve uma época, no Brasil, que um comercial da Barbie mostrava a boneca brincando, andando, pulando. Se a criança não fizer isso com a Barbie a boneca não vai fazer isso sozinha. O tamanho do produto tem de estar próximo de algo que a criança tenha como referência.

Há outro detalhe na regulamentação: não pode usar nem efeito de perspectiva, como colocar o produto mais na frente e outra coisa mais atrás para dar a impressão de que ele é maior. Tem de mostrar o produto com uma criança pegando na mão, para ver que aquilo é uma coisa pequena ou grande.

Não podem ser mostrados efeitos de corrida, aquele zunzum, para dar a entender que o carrinho corre mais do que o outro ou alguma coisa assim. Não podem usar a criança como ator se fingindo de adulto, para dizer que ela sabe mais do que a outra criança. A criança tem de falar a linguagem apropriada para sua idade. Há crianças atores que fazem coisas assombrosas.

É proibida a publicidade que oferece produtos ou serviços para criança por telefone. Por exemplo: “*Ligue agora, compre, mande um e-mail e consiga isso*”. Não pode haver nenhum tipo de publicidade nesse sentido.

Não pode haver publicidade que encoraje valentia. Por exemplo: “*Tome nescau e fique mais forte, seja o bom da sua escola*”, coisas assim.

Na Austrália há uma regulamentação muito interessante. E lá há grande participação da sociedade civil nisso. Nenhuma publicidade pode levar uma criança a acreditar que vencerá ou será superior à outra, que a pessoa que comprar aquele produto vai ser mais legal que outra que não o comprou. A criança mostrada tem que ter idade adequada para aquele produto. Não pode ser mais nova nem mais velha. O tamanho também tem de estar claro com as dimensões para que elas o comparem.

Prêmios e brindes. Por exemplo, passou agora a Páscoa, muitas crianças pediram para os pais comprarem certo tipo de ovo de páscoa mais pelo brinquedinho que vinha dentro dele do que pelo chocolate em si. Isso não é permitido. Pode até dizer que há um brinde, mas não que ele seja o atrativo do produto. “*Coma no McDonald’s e ganhe uma Barbie*.” Isso não pode.

O que ocorre no caso da bebida alcóolica é interessante. Várias regulamentações dizem que comercial que incentive o consumo de bebida alcóolica não pode passar em programas infantis. Na Austrália há um caso interessante. Só pode a partir das 8 da noite, mas não pode haver nenhuma insinuação de bebida alcóolica ao longo da programação, nem como patrocínio. Por exemplo, Brahma Chop patrocina Fórmula I. Se passar do meio-dia não pode, porque a criança vai ver que uma cerveja patrocina algo.

No Canadá existe uma regulamentação, desde 1991, que trabalha efetivamente com a preocupação da criança — mais com a criança do que com o adolescente —, com a efetiva participação do Governo, da instância reguladora e da sociedade. Quem faz a regulamentação é um órgão do tipo ABERT. Uma associação de radiodifusores locais é que faz isso junto com os publicitários. É algo muito parecido com o nosso CONAR.

Só que há grande supervisão do Governo e da sociedade, a ponto de, se a emissora não cumprir determinado código, o Governo retira-lhe a concessão. Ou, quando do momento da renovação da concessão, é feita uma revisão a fim de verificar se foram cumpridos os itens do código em relação à publicidade para crianças.

Então, não pode atingir o inconsciente — os publicitários são programados para trabalhar com o inconsciente e a subjetividade —; não pode haver exagero de tamanho; não se pode alegar que é um produto novo depois de um ano que ele já existe; não pode haver publicidade de produtos não destinados a crianças em programas infantis; publicidade de medicamentos farmacêuticos,



exceto pasta de dentes; e não se pode sugerir compra para a criança nem para pedir que os pais comprem.

É proibida a sugestão de compra por telefone, correio e outros; a exibição de comercial do mesmo produto em meia hora, para que não fique um condicionamento do mesmo produto sendo apresentado — 4 minutos a cada 30 minutos de programa; não pode haver publicidade com bonecos, pessoas ou personagens conhecidos. Então, uma personagem como, por exemplo, a Xuxa, não poderia fazer um comercial porque ela é referência na televisão. Não se pode usar um bonequinho de desenho animado, não pode haver um desenhinho. Um personagem, mesmo que seja de novela, não pode aparecer oferecendo produtos infantis. Também não é permitido falar que é mais barato, que custa apenas isso ou aquilo. Não podem ser mostradas cenas que mostrem risco para as crianças, imagens de fogo, por exemplo.

Uso inadequado de produtos.

Citei o exemplo: pega-se uma bala, joga-se para cima e ela cai na boca. Não é assim que se come bala. Então, um comercial não pode mostrar o consumo dessa forma, senão a criança pode jogar para cima e cair no olho. São vários riscos.

Os alimentos devem ser mostrados com seu real valor nutritivo, nunca como substituição a uma refeição como, por exemplo, “danoninho vale por um bifinho”; “coma isso e você não precisa almoçar”, algo desse tipo.

Na televisão pública canadense não se pode exibir publicidade durante os programas infantis. Isso na tevê pública. A anterior era na tevê comercial. O Canadá tem uma característica bem dividida. Na Província de Quebec, no Canadá francês, há regulamentação própria. É proibida qualquer publicidade destinada a crianças com menos de 13 anos.

No Canadá há participação da sociedade, aspecto que destaco como mais interessante. Nos Estados Unidos há uma regulamentação branda sobre isso, que determina limites de publicidade: 10,5 e 12 minutos, proibida a exibição de programas comerciais — seria o caso, por exemplo, de um desenho animado do Ronald McDonald's e sua turma. Se passa aquele desenho animado em um programa, isso está interdito, porque é caracterizado como um comercial e não como um programa. Há uns filmes da Barbie — *Barbie no Lago dos Cisnes*, *Barbie Quebra Nozes* — até interessantes, porque mostram o *Quebra Nozes* e o *Lago dos Cisnes*, mas é um comercial da Barbie com duas horas de duração, e não um filme sobre o *Quebra Nozes*.

Não pode haver *merchandising* testemunhal — algo que existe muito na nossa televisão — para produtos infantis. É proibida, em 19 Estados, a publicidade de adoção, porque foi constatado que em vários lugares havia propaganda de adoção: “*Essa criança está precisando ser adotada*” — e mostravam a criança. “*O Lar das Crianças quer que vocês venham aqui para adotá-las*” — isso foi interdito também. Havia também quem anunciava que queria adotar: “*Somos a família tal, vivemos não sei onde, queremos adotar uma criança*”. Isso também foi interdito.

No último dia 15 de abril, foi apresentado no Senado um projeto de lei do Senador Ted Kennedy — consegui trazê-lo para os senhores.

Há grande preocupação na Europa e nos Estados Unidos com outros fatores — não apenas com os efeitos do comercial sobre a violência, sobre a discriminação da criança —, tais como a alimentação.

A Organização Mundial da Saúde alertou que o problema da obesidade está afetando muitas crianças, especialmente nos Estados Unidos. No Brasil também existe o problema. Portanto, começou a haver maior preocupação no que se refere à publicidade de alimentos.

O Senador Ted Kennedy apresenta essa lei de prevenção da obesidade infantil que sugere fazer um grande estudo sobre a publicidade de alimentos e atividades físicas para proibir a publicidade de alimentos de baixo valor nutritivo. Nas escolas, por exemplo, não se pode incentivar a compra desses produtos. Deve-se incentivar que as escolas criem alimentação mais saudável.

No filme *Super Size Me*, um cara passa um mês comendo comida do Mc Donald's. Isso mostra o que é a sociedade americana hoje em relação ao *fast food*.

Criação de mecanismos para incentivar os jovens a direcionarem seu tempo e não ficarem diante da televisão e de outros meios por muito tempo. Em recente estudo mostrou-se que as crianças americanas estão passando 8 horas por dia diante de mídias. Há um detalhe interessante: ao mesmo tempo em que estão vendo televisão, estão na Internet, estão ao telefone, estão jogando, estão ouvindo música. Isso está preocupando até os filósofos, porque está-se criando um ser humano diferente. Não sabemos o que vai acontecer com esse ser humano daqui a 30 anos, se ele vai ter inteligências múltiplas, se vai conseguir captar várias coisas ao mesmo tempo. Para a nossa sociedade atual, de repente isso pode aparecer como uma poluição de informações. Portanto, temos de estudar o que isso vai representar no futuro. É preciso fazer com que as crianças, no tempo livre e nas férias, não fiquem na frente da televisão ou de outras mídias.

Apresento agora minhas conclusões preliminares. Há que haver preocupação com o interesse público, para controlar o consumo desmesurado por parte das crianças e evitar que forcem os pais ao consumo. Há recente pesquisa — no Brasil foi feita pesquisa parecida — que mostra que a criança tem 60% de influência na compra dos produtos da casa, tais como geladeira, fogão e até carro. Por exemplo, se o pai vai comprar um carro, a criança tem 60% de influência na escolha do modelo, da cor e do que tem de ter no carro. Isso tem de ser levado mais em consideração.

Um novo problema que está sendo considerado pelos legisladores é a obesidade. Num futuro próximo será problema de saúde pública, com muitas pessoas doentes, porque a obesidade pode gerar uma série de doenças.

A tendência é de haver uma auto-regulamentação observada — participação da sociedade civil nos conselhos de auto-regulamentação. No Brasil há participação de anunciantes, de publicitários e emissoras. Que a sociedade civil, o Governo, por meio de Ministérios específicos da área, participem dessa discussão nos conselhos. E que hajam sanções quando da renovação de concessões ou até de novas autorizações.

Essas foram algumas tendências que consegui identificar nessa legislação.

Dando continuidade a esse estudo — a segunda parte, que são os estudos sobre os efeitos nas várias áreas —, faremos um cruzamento da regulamentação internacional com a existente no Brasil: o Estatuto do Menor, o Código de Auto-regulamentação da Publicidade e possíveis legislações que vão trabalhar nesse assunto.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** ( Deputada Iriny Lopes) - Algum expositor utilizará o mesmo método?

O Romão me disse que ele vai utilizar o *PowerPoint*. Ele está sugerindo que a utilização do *PowerPoint* seja intercalada com a exposição do orador, para que não nos cansemos muito. Portanto, vamos fazer dessa maneira.

Com a palavra o Prof. Murilo Ramos.

**O SR. MURILO RAMOS** - Bom dia a todos. Faço meus agradecimentos pessoais, em nome da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, seu Programa de Pós-graduação, pelo convite e oportunidade de estar aqui hoje para debater questão tão importante e difícil.

O tema que nos coube é *Olhar crítico sobre a qualidade da programação televisiva*. Então, estamos falando de criticar, de algum modo, a qualidade da

programação televisiva, tema espinhoso. Isso porque, primeiro, implica juízo de valor. É boa ou é ruim? Seria uma tomada de posição sobre a qualidade da programação da televisão. O que me leva, então, a pedir a compreensão dos senhores para fazer uma breve explicação.

Eu coordeno, na UnB, o Laboratório de Políticas de Comunicação, do Programa de Pós-graduação, e a crítica acadêmica. O estudo e a pesquisa que fazemos nesse laboratório até agora raras vezes têm tido preocupação específica com a questão das programações e dos conteúdos. Nossa ênfase de pesquisa de estudo é muito institucional, é normativa, no sentido estrito — constituições, leis, regulamentos, regulação econômica —, mas sem o olhar voltado prioritariamente para as questões de conteúdo, que são as questões que nos preocupam hoje neste seminário.

Do ponto de vista normativo sim, sempre, mas a preocupação com o conteúdo, normativamente, é assinalada por questões e pontos de vistas morais, tal como implícito na idéia de baixaria. Estamos reunidos na Comissão que lançou importante e legítima campanha. Mas o conceito de baixaria é fortemente marcado por um juízo moral e um juízo de valor.

Enfim, como estamos nesse momento iniciando novo projeto de pesquisa intitulado *Bases normativas de um novo modelo constitucional para a comunicação brasileira*, entendi que seria uma excelente oportunidade para ampliar o conceito normativo com o qual estamos trabalhando, enfrentando as questões referentes aos conteúdos das programações. O projeto vai contemplar isso. Daí a aceitação do convite, com os riscos, que coloco diante dos senhores, da fala de um não-especialista na análise de conteúdo de programações televisivas. Não é a questão com a qual tenho trabalhado sistematicamente.

Então, volto a dizer da dificuldade do tema, carregado de subjetividades, para manifestar minha opinião sobre a programação da televisão no início dessa minha fala.

Entendo que a televisão — gosto muito de televisão — é às vezes boa, às vezes ruim. Às vezes muito boa, às vezes muito ruim. Eventualmente brilhante, muitas vezes medíocre. Mas é, não obstante, necessária social, política e culturalmente, ainda que discutível — eu friso do ponto de vista da organização econômica da sociedade.

Quanto ao agente econômico, coloco em discussão sempre se ela tem de ser como ela é. Mas social, política e culturalmente, de fato ela é uma instituição central às sociedades contemporâneas, talvez a mais central, tanto quanto foi, na Idade Média, a Igreja Católica. Essa é uma hipótese para nós discutirmos,

aliás, em momentos singulares: 40 anos da Rede Globo ontem, a Igreja Católica está em evidência, a sua doutrina, seus dogmas, o seu teólogo, o Papa. Pensar no papel que a Igreja Católica teve historicamente, inclusive na Idade Média, é extremamente importante para nós, hoje.

Então, nos termos cunhados pelo grande cientista social e político do início do século XX, Antonio Gramsci, a televisão é um poderoso aparelho privado de hegemonia. Uso esse termo tirado dos livros, porque o considero importante. Aproveito para fazer um comercial legítimo, acredito, de um livro lançado ontem — há artigo também do Prof. Edgar —, que se chama “*Rede Globo — 40 anos de poder e hegemonia*”.

O terceiro capítulo, de minha autoria, intitula-se “*A força de um aparelho privado de hegemonia*”, no qual tento olhar a *Globo* numa perspectiva do poder de pressão que exerce na sociedade e na política, mas tentando trabalhar também conceitualmente, usando essa idéia de aparelho privado de hegemonia.

Recorro a outro autor — professor sempre tem de citar autores e livros — e recomendo a leitura de um artigo de um brilhante professor, falecido no ano passado, o sociólogo Octavio Ianni, intitulado “*Príncipe Eletrônico*”. Ele passa por Maquiavel, Gramsci, o príncipe pessoa, o príncipe partido e diz que o príncipe contemporâneo é o príncipe eletrônico, é a televisão. Isso é dito por um homem que teve a carreira acadêmica voltada para a sociologia, para a política, mas, ao final de sua vida a acadêmica e, infelizmente, da sua vida, ele entendeu que precisava olhar profundamente a televisão. Chegou inclusive a se aposentar da UNICAMP para mudar para a Escola de Comunicação e Artes da USP, para estudar a televisão — o Prof. Bucci sabe disso.

Recebi esse artigo dele em debate com estudantes no Rio de Janeiro. Ouviu falar, não me conhecia, veio por trás e me pediu meu endereço. Mandou em primeira versão, porque ele estava ao lado de um professor de comunicação e disse que queria que eu lesse o artigo. Ele me tratou com deferência, comovente para mim.

Enfim, isso é para falar da importância que a televisão tem mesmo nas sociedades contemporâneas. Ela é a principal fonte atual de informação jornalística, de informação de caráter geral, de entretenimento, de lazer, de fruição. É inegável que a televisão é isso e pode ser, às vezes, muito prazerosa, ainda que, outras vezes, muito triste.

Ela é um importante elo de sociabilidade, de laço social. Recomendo outro livro, de que gosto muito, chamado “*Elogio do grande público*”, de Dominique Wolton, pesquisador francês. Ele lança um olhar mais generoso

sobre a televisão, enquanto temos a tendência de sermos ácidos. Ele trabalha muito bem a questão do serviço público e a idéia de laço social.

Enfim, meu pano de fundo — pretendo, se houver tempo, mencionar isso — é a televisão de serviço público. Para mim, ela é uma referência obrigatória quando trabalhamos a questão da qualidade de programação.

Antes de chegar lá, citarei algumas simples palavras sobre como é a televisão entre nós, como ela está organizada. Primeiro, ela é extremamente importante. Ela é comercial. Há televisões não comerciais, mas a televisão brasileira é essencialmente comercial. Ela está organizada em redes centralizadas de distribuição. Então, há grande centralização na distribuição. Ela tem uma produção extremamente verticalizada. O Projac, centro de produção da *Globo*, é um grande exemplo disso. Não só a *Globo*, mas também outras redes nacionais têm produção centralizada, então, não há descentralização de produção, o que é muito ruim. E ela é — isso é extremamente importante — economicamente muito concentrada.

Trata-se de oligopólio natural, por força dos limites ainda antes da digitalização — não vou citar esse assunto. Ela é um oligopólio natural tendente à monopolização, no caso brasileiro, já que a Rede *Globo* tem, em termos econômicos, altíssimo poder significativo de mercado. Esse é um dado fundamental para se entender a televisão brasileira.

Trouxe alguns dados sobre receita publicitária. Não vou explorá-los em grandes detalhes. O ano de 2004 foi muito bom para a economia brasileira — os dados estão aí — e para o mercado publicitário, que cresceu e teve forte recuperação. Para se ter idéia do poder econômico da comunicação, foram 18,5 bilhões de reais movimentados pela indústria de comunicação no ano passado, com o incremento de 14,5%.

O que é relevante é sabermos que a tevê aberta, que tradicionalmente puxa o mercado publicitário para um ambiente de televisão comercial muito forte, ampliou ainda mais a sua participação nas verbas publicitárias: passou de 59%, em 2003, para 61%, em 2004. Quer dizer, é um poder econômico enorme.

Chamo aqui atenção para um caso fundamental: se ela concentra 60%, a *Globo*, que tem cerca de 50% da audiência, tem entre 70 e 80% de participação nessa receita publicitária. E esse é um dado da economia política dos meios de comunicação do Brasil que é essencial para entender por que a *Globo* é o que é. E nós temos um problema. Quer dizer, aceitando o sistema comercial, nós temos um problema — no final eu vou falar mais sobre este assunto: nesse ambiente liberal de competição da televisão comercial, como resolver isso, se é que é possível resolver. Em outros setores se tenta. Há o Conselho Administrativo de

Defesa Econômica — CADE, há dispositivos antitruste e regulamentos. E aí não é nenhuma má vontade, porque acabamos dentro da *Globo*, querendo ou não.

Preparando essas notas para falar aqui, recusei-me a ver o programa de 40 anos da Rede Globo, transmitido ontem. Eu não quis ver, até porque ela é muito sedutora e, de repente, eu poderia desmontar todo o meu raciocínio, chegar aqui e mudar completamente minha exposição. Então, eu não quis cair em tentação, não vi ontem o programa dos 40 anos da Rede Globo.

Eu recortei também um texto do Daniel Castro — não tenho a data dele. Eu achei uma pesquisa interessante — acho que é do ano passado —, feita pela Agência Target: *“Cinqüenta e cinco por cento dos brasileiros são viciados em TV”*. A Target tem excelentes trabalhos de pesquisa de mercado. Terminei uma pesquisa sobre rádio digital agora, que eu fiz com os companheiros da engenharia elétrica da UnB, e tive a graça de receber, via Editora Glasberg, do meu querido amigo Carlos Zanata, da Pay-TV e Teletime, para uso acadêmico, uma tabela de dados socioeconômicos da Target acoplando a situação do rádio no Brasil. A Target tem material excelente e fez essa pesquisa recente sobre atos de consumo de comunicação, em que o título jornalístico da *Folha de S.Paulo* é: *“Cinqüenta e cinco por cento dos brasileiros são viciados em TV”*. O dado importante aqui é que eles fazem uma tipologia... E aí eu recomendo, inclusive, porque seria bom que a Comissão tivesse conhecimento desse estudo, porque nessa pesquisa de mercado sofisticada da Target, os altos consumidores foram divididos em 5 grupos: os antenados, os sonhadores, os somadores de opinião, os cucas frescas e os tradicionais. Eu não tenho essa pesquisa completa, mas ela é interessante porque mostra, acima de tudo, a importância que a televisão tem na sociedade. Então, não há como ignorar a sua programação e os efeitos que ela provoca sobre nós.

Vou falar um pouco das estruturas básicas das programações. Há algumas coisas relevantes: manhãs e tardes é o tempo das mulheres e crianças. Quer dizer, os programas da Ana Maria Braga, da Xuxa, os desenhos, os jovens. E aí o Prof. Edgard foi muito feliz porque, de fato — vou mencionar isso mais adiante —, a questão da criança em televisão é fundamental e merece mais pesquisa e mais ação normativa.

As noites são para todos nós. Aí incluem-se os homens. Ainda há uma sociedade machista em que, em tese, a mulher fica em casa de dia e o homem, cansado, chega em casa à noite e vai ver o noticiário, informar-se, saber das coisas do mundo, porque, afinal de contas, ele é quem, no limite, exerce o poder.



Então, há variedades, desenhos, dramaturgia infantil, fofocas de celebridades — é altamente tentador perder-se tempo com a Sônia Abraão à tarde, num dia em que se está meio desavisado, para saber do trauma da Caroline Bittencourt, que foi expulsa do casamento de Daniela Cicarelli —, telenovelas, séries, filmes, esporte, futebol, entrevistas, *realities shows*.

Fiz tudo isso para lembrar da síndrome das tardes de domingo. É uma síndrome, é horrível: Faustão, Gugu e Netinho — este é uma novidade importante, pela questão étnica. E há a síndrome das noites de sábado. Todo mundo sai e, então, fica-se assistindo aos programas *Zorra Total* e *A Praça é Nossa*. É realmente um problema sério.

Enfim, o que eu quero dizer com isso? *Globo, Record, SBT, Band, CNT, Vida, Mulher Vídeo* — peguei essas. No geral, um cardápio tolerável nos limites qualitativamente estreitos da TV comercial. Eu não tenho uma visão assim... É tolerável, no geral, o cardápio; medíocre, na média; bom, eventualmente; muito bom, circunstancialmente; e a baixaria encontra-se pelas beiradas. Eu quero sustentar essa hipótese.

Então, o problema da programação de televisão — e aqui eu estou enviando para o meu lado, porque também não posso deixar de fazê-lo —, quando olhada criticamente, não é a baixaria. A ênfase, por vezes exagerada, que se dá à baixaria pode mascarar o problema principal, que é estrutural: a natureza comercial das instituições que compõem o setor. Esse é o ponto fundamental. É trazer à tona as questões centrais antes de crucificar a programação.

Então, o ambiente institucional da televisão brasileira hoje é imoral não porque as programações tenham sexo demais, porque elas não têm; não porque elas tenham violência demais, porque elas não têm. E a questão da publicidade é outra. O ambiente institucional é imoral porque, embora nasça de uma concessão pública, vive sob regras quase que exclusivamente privadas, ultrapassadas e quase sempre desrespeitadas. É uma terra de ninguém que permite — e lamento dizer isso nesta Casa — a presença de lobista da *Globo* no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em dias de votações fundamentais, como foram as da abertura do capital estrangeiro. O Sr. Evandro Guimarães estava no plenário da Câmara e no do Senado comandando o *lobby* de votação. Isso é uma imoralidade inominável. Violenta mais do que eventualmente o excesso de sexo nas novelas etc. Talvez force um pouco a ênfase, mas eu entendo que este é um dado extremamente importante. E aí, para se ver a história da televisão brasileira do ponto de vista institucional, é só lembrar os 41 vetos de Jango que o Congresso derrubou quando foi votada a lei que hoje



é vigente para a televisão aberta, a Lei nº 4.117, de 1962. Nunca mais houve isso no Congresso. Quer dizer, o Congresso derrubou 41 vetos do Presidente da República porque não interessava aos radiodifusores que eles existissem. E eram vetos que de algum modo tentavam dar ao Estado um pouco mais de poder sobre as televisões. A submissão à ditadura por parte da televisão — e a *Globo* foi fundamental nisso. E a vergonha da Constituinte. Eu militei nesse processo. Lembro da votação, na antiga Sala Nereu Ramos, em que jogamos dinheiro nos Deputados da Direita, na ocasião. Foi a única área que não teve relatório encaminhado ao sistema de sanção. Até a reforma agrária teve. Não houve acordo possível na questão da comunicação. O atual capítulo da Constituição sobre a comunicação é uma colagem feita pelo Arthur da Távola — ele era o Sub-Relator de área.

Irei um pouco adiante. Ainda tenho 5 minutos. Se eu passar um pouco, peço tolerância. Então, esse fato eu considero a vergonha da Constituinte. Depois, a vergonha de 1995, quando foi votada a quebra do monopólio da TELEBRÁS e a radiodifusão ficou fora da Lei Geral de Telecomunicações. Foi feito um acordo de última hora no plenário da Câmara, infelizmente, com o poder do *lobby* dos radiodifusores, e tornou-se esquizofrênico o ambiente normativo institucional das comunicações. Fez-se uma lei para as telefonias e ficou a lei antiga, de cerca de 40 anos atrás, para o rádio e a televisão. E é a vergonha de hoje, lamento dizer isso. Basta ter acompanhado o projeto da ANCINAVE, que era um projeto equivocado, mas não merecia o bombardeio que sofreu da Rede Globo. Era equivocado o projeto, mas não foi por isso arquivado e sim pela força de pressão dos radiodifusores, da Rede Globo.

Encerrando, vou falar da esperança e do medo. Eu sou daqueles que ainda têm esperança. Então, apesar do medo que eu tenho do poder de *lobby* das organizações de televisão, ainda resta um pouco de esperança. Mas quando eu olho, por exemplo, a situação das comunicações hoje, questões institucionais do Ministério das Comunicações, de Miro a Eunício, a quase Roseana, a quase Nogueira, vejo o Ministério estratégico reduzido a moeda de troca de segunda categoria. Eu admito isso com dor no coração, com todos os riscos políticos que possam advir de uma afirmação como essa de quem se sente vinculado a uma luta histórica pela democratização da comunicação neste País.

Então, o fio da esperança, a reação não virá apenas da campanha justa, legítima de reduzir a baixaria, com apelos éticos à cidadania, porque isso as empresas tiram de letra, fazendo concessões aqui e acolá ou, então, jogando a carta farisaica da censura — aí é farisaísmo mesmo. O que precisamos é re-

conhecer — e digo isso na Comissão de Direitos Humanos pela segunda vez — que temos de trabalhar a questão do direito à comunicação como direito social e pensar a comunicação como política social.

Essa é uma questão fundamental, porque a comunicação hoje está misturada. A cultura tentou agora colocar a mão nela, mas foi por uma razão equivocada, muito corporativa, de fomento ao cinema e tal. Não é por aí. Então, há de se pensar a comunicação como política social e nela fortalecer o público em detrimento do privado e mesmo do governamental.

E aqui me preocupam certas questões que estão surgindo hoje. Eu tenho a maior admiração profissional pelo Eugênio Bucci. Nós nos conhecemos pessoalmente apenas hoje, lamentavelmente. Mas, por exemplo, eu acho que a RADIOBRÁS às vezes pousa de pública e não é. Temos de encarar essa questão. Quando é que ela vai deixar de ser governamental para ser pública? Quando é que vai liderar um processo? Quer dizer, não ela, RADIOBRÁS, mas vamos criar realmente um sistema público, como se tentou em alguns momentos com a *TV Educativa*. Ou seja, provocar a gênese de um sistema de serviço público no Brasil mesmo hoje.

Essa idéia das TVs institucionais eu sei que morreu também por pressão dos radiodifusores, mas ela tinha um laivo que me preocupava. Eu não queria ver, neste momento de regulamentação tão frouxa, entregar para o poder local retransmissores de televisão, mesmo com Conselhos de Comunicação. Há um grande risco, até porque houve pouquíssimo debate sobre esse assunto. Foi a decisão, tudo bem, a *TV Senado* e a *TV Câmara* são fundamentais, a RADIOBRÁS tem programas muito interessantes, mas há aí uma questão maior que precede: por decreto, de repente, ser regulamentado algo que tem riscos tão profundos.

Enfim, a revisão do capítulo da comunicação social no texto constitucional é urgente, se quisermos trabalhar com seriedade. Existe uma questão terminológica conceitual brutal: comunicação social, comunicação eletrônica, radiodifusão etc. Há uma confusão que faz com que qualquer juiz se desmonte na hora. Inclusive, quando mudou o art. 222, criou-se a comunicação social eletrônica. Então, o que é? Do que estamos falando? É urgente fazer isso. É preciso tirar o regime de outorgas da Constituição — o Congresso não tem de se meter na questão de outorgas; atrasa, ele não opina, sabemos como isso funciona na Comissão de Ciência e Tecnologia — e dar um destino ao Conselho de Comunicação Social, por exemplo, que entrou na Constituição como um

gesto de caridade dos radiodifusores e que não encontrou o seu papel. É preciso buscar um locus regulatório fundamental.

Eu ainda poderia falar mais sobre a radiodifusão, como ela está hoje. A rádio e televisão abertas são reguladas pelo Ministério das Comunicações; a rádio e televisão pagas são reguladas pela ANATEL. Qual é o sentido disso? Por que existe essa esquizofrenia? Há diversos instrumentos legais para a TV a cabo, para a TV por satélite, por MMDS — a questão por satélite é importantíssima. Há a questão concorrencial agora com a compra da Sky, o controle da *Directv* pela *News* e a associação com a Sky. E é preciso encontrar uma solução para o cinema, quer dizer, retomar a questão da ANCINAVE. Hoje há uma confusão sobre quem toma conta do pedaço: o Ministério das Comunicações, da Cultura ou a Casa Civil, que tem um papel importante nesse processo todo? Entra aqui a radiodifusão comunitária.

Em suma, o ambiente político-institucional é caótico, e é nesse caos que prospera a facilidade com que os radiodifusores comerciais dominam o setor. E os abusos de programação decorrem disso.

Encerrando, quero aproveitar a bela exposição do Prof. Edgard sobre a questão da criança. Faço uma sugestão que poderia até complementar a questão da baixaria como programação como um todo. Lembro que nos Estados Unidos, nos anos 60, surgiu a *Action for Children Television*, um movimento da sociedade pela televisão infantil, que foi altamente bem-sucedido porque colocou pressão, ainda que mínima, na radiodifusão comercial e deu muita força para a televisão pública americana, que foi a *TBS*.

Então, olhar para a questão da criança é uma bandeira extremamente importante, que pode estar sob a guarda da baixaria, mas dá um tom específico, porque há precedentes e exemplos no mundo todo. É fácil agir legislativamente sobre a questão da programação para as crianças na televisão.

Eu tinha me preparado para falar um pouco sobre a BBC, mas não vai haver tempo. Peço desculpas porque eu avancei 4 minutos no meu tempo.

Muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Obrigada, Prof. Murilo.

Convido a Dra. Ela Wiecko a sentar-se à frente. Ela é Subprocuradora para a Defesa do Cidadão e promotora do nosso seminário, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos.

Vamos agora ouvir o Sr. José Eduardo Elias Romão.

Solicito ao Deputado Orlando Fantazzini que me substitua na coordenação dos trabalhos, porque vou ter de me retirar. Daqui a pouco eu volto.

**O SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO** - Bom dia a todos. Agradeço à Deputada Iriny Lopes, ao Deputado Orlando Fantazzini, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e à Procuradoria Federal de Direitos Humanos a oportunidade de discutir com as senhoras e os senhores e tentar contribuir com um olhar crítico sobre o controle da programação televisiva no País.

Vou fazer minha exposição e recorrer a esse instrumento, porque o tempo é enxuto e acho que poderá nos ajudar a ilustrar e compreender um pouco do que faz o Ministério da Justiça, especialmente o departamento que dirijo, o Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação. Como o nome indica, é um departamento que reúne, entre outras atribuições, a de classificar produtos audiovisuais, espetáculos públicos e diversões. Compreendendo o que faz esse departamento e o Ministério da Justiça, talvez consigamos integrá-lo mais adequadamente ou, aprimorando os serviços que ele realiza, contribuir para um tipo de controle que eu chamo de controle democrático sobre a programação televisiva. Então, lanço mão desse recurso, que nem sempre auxilia, mas pode nos ajudar.

O contexto do qual falo é o do Estado Democrático de Direito, que tem na Constituição de 1988 a sua expressão mais bem elaborada. E, nesse contexto, rechaça-se qualquer possibilidade de qualquer tipo de censura sobre a programação, conteúdo ou manifestação do pensamento, mas se criam possibilidades de controle — controle democrático ou controle social. Na lição do Prof. Mancuse, que esteve ontem na conferência inicial, esses controles exigem a conjugação de diferentes direitos e deveres também contemplados na Constituição.

É nesse contexto normativo de Estado Democrático de Direito, que se expressa fortemente na Constituição, portanto, que podemos desenhar, alinhar, identificar formas de controle sobre a programação televisiva. A questão é verificar por quais formas e por quais critérios pode ser exercido esse controle.

Quando tentamos debater o tema e refletir sobre qualidade, fica sempre a pergunta: qualidade sob quais referências? O Prof. Murilo nos alertava há pouco para o fato de que quando discutimos qualidade ou nos referimos à baixaria corremos o risco de produzir um lastro ou atribuir essa análise a uma determinada moral incipiente, algumas vezes, difícil de identificar; ou produzir critérios tanto quanto objetivos ou mesmo públicos de análise desse conteúdo.

A contribuição que trago é uma reflexão sobre por que normas, métodos, pressupostos e referências é possível produzir, primeiro, análise e, depois, controle sobre programação e conteúdo. Se toda censura — esta frase me pa-

rece oportuna — é controle, nem todo controle é censura. É possível compreender que a distinção entre controle e censura não está na intenção de quem os pratica, não está na qualidade de quem dirige o departamento ou de quem organiza a secretaria ou outras formas de controle a mando do Governo ou do Poder Executivo, está no procedimento. Esta é a afirmação forte que ofereço: a distinção aqui radica — a Constituição assim estabelece — não na substância, na capacidade e na qualidade de quem o faz, de quem analisa, mas no procedimento, no processo pelo qual o controle é exercido.

O Prof. Mancuso mencionou ontem o art. 216 da Constituição para exprimir um lastro ou o esteio da própria Carta, que é a necessidade de participação. Ou melhor, o Estado Democrático de Direito se caracteriza e se distingue do Estado social e de outros contextos normativos que vigoraram no Brasil porque exige, na realização dos direitos, a participação do cidadão que deve gozá-los. Essa é a qualidade desse Estado e essa deve ser a qualidade de todo e qualquer processo de realização de direitos e controles ou realização e observância dos deveres. É o que se propõe aqui quando faço menção a procedimentos.

A essência da distinção entre controle e censura não se radica, portanto, na substância, mas na forma. Parece um paradoxo, mas o que é essencial para nós neste momento é discutir um método de participação e integração da sociedade e compreensão do conteúdo, não propriamente substância ou avaliações morais e subjetivas sobre isso.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Enfim, trago a concepção que organiza o trabalho no âmbito do Ministério da Justiça. Ela é extensa, mas é o substrato da nossa atividade. A classificação indicativa é, por definição, fixação de norma constitucional processual — grifei o processual para fazer menção ao processo e à necessidade do método —, que resulta do equilíbrio entre duas outras normas. Então, esse é o desafio: o equilíbrio entre o direito à liberdade de expressão e o dever de proteção absoluta à criança e ao adolescente.

A classificação indicativa é um direito novo, contemplado no texto constitucional a partir de 1988. É um direito processual, que indica a necessidade de um procedimento, de um processo de realização de análise de conteúdo, e resulta do equilíbrio, da ponderação, repito, entre dois grandes direitos ou dois grandes princípios: a liberdade de expressão e o dever de proteção absoluta à criança e ao adolescente. Não é em detrimento de um ou de outro.

E esse equilíbrio tênue e tenso acaba por exprimir a essa classificação um duplo comando: por um lado dirige-se ao Estado, exigindo do Executivo —

e aqui tratei especialmente do Ministério da Justiça, embora existam outros órgãos e instituições do Executivo que também contribuem para o exercício de controle, mas aqui, tratando-se especificamente da classificação — o cumprimento do dever de classificar.

Então, em termos da Constituição, fala-se nas atribuições e competências da União. É um decreto autônomo, uma novidade introduzida com a Emenda Constitucional nº 32, que, definindo competências e atribuições do Ministério da Justiça, inclui a atribuição de classificar.

Por outro lado, o duplo comando, dirigindo-se à sociedade, exige das emissoras de TV, em primeiro lugar, a veiculação da classificação atribuída a cada programa. Então, a primeira obrigação das emissoras — e aqui trato das TVs, mas há também as distribuidoras de filme, as produtoras de programas audiovisuais, jogos eletrônicos, produtoras de teatro etc. — é veicular essa informação, a chamada classificação, produzida pelo Estado. É preciso informar aos pais e responsáveis sobre o conteúdo. O Estado tem a obrigação de fazê-lo. Pode ser em concorrência com alguns outros setores e manifestações da sociedade. E a primeira obrigação decorrente desta, dirigida à sociedade, é a de veicular essa atribuição. A segunda é a de não-exibição do programa em horário diverso da sua classificação.

Este conjunto de deveres e obrigações que resultam da classificação indicativa, que é o do direito e da obrigação de classificar, se dirige tanto ao Estado quanto à sociedade.

Este é o quadro que pode ilustrar e exemplificar esse conjunto de normas, deveres e direitos aos quais se vincula a classificação. No âmbito constitucional, onde se situa a balança, tem a classificação indicativa como equilíbrio, ou como fiel, como resultado desses dois grandes direitos, produzindo efeitos e deveres: por um lado, o Estado, o Ministério da Justiça tem o dever de efetuar a classificação; por outro, a sociedade, as emissoras têm o dever de divulgar a informação ao exibir a programação.

Abaixo desta linha pontilhada estão os direitos e deveres, as obrigações, no plano infraconstitucional, o conjunto de leis, decretos e portarias abaixo da Constituição e que se distribuem em diferentes documentos ou textos normativos.

Aqui apresento um outro quadro que pretende ilustrar isso. Abaixo da Constituição está o Decreto nº 4.991, de 2004, que organiza o Ministério da Justiça e estabelece como sua atribuição o dever de classificar. Ao lado está a Lei nº 8.069, de 1990, que, como disse inicialmente, ao lado da Constituição, é a que melhor expressa esse novo Estado Democrático de Direito, exigindo a participa-

ção da sociedade e identificando a criança não mais como objeto de tutela, mas como sujeito de direito. Essa lei contempla, já nesse momento, algumas exigências decorrentes desse dever de classificar, como o de exibir a classificação e o de não veicular produto inadequado ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Temos aí também a recente Lei nº 10.359. Aqui me obrigo a fazer pequena correção ao que disse ontem o Prof. Mancuso: essa lei, diferentemente do que foi informado, está em vigor, mesmo não tendo sido a Medida Provisória nº 195 convertida em lei. Houve, no processo de conversão, a retomada da vigência da Lei nº 10.359, que dispõe sobre classificação indicativa e a exigência de dispositivo de bloqueio, o que antigamente era conhecido como V-Chip. Essa lei está em vigor, disciplinando os critérios de produção da classificação indicativa, os critérios de análise de conteúdo dos programas audiovisuais e dispondo expressamente, pois, sobre a necessidade de se avaliar conteúdo a partir de cenas de sexo e violência.

O Ministério da Justiça, não por um decreto, mas por um conjunto de portarias, regulamentou pelo menos parte do que está contido nessas leis e nesse decreto, estabelecendo um critério adicional: a intensidade ou o conjunto de cenas que expressem consumo de drogas — lícitas ou ilícitas.

Então, são três os critérios utilizados pelo Ministério da Justiça para produzir análise de conteúdo: cenas ou o conjunto e intensidade de cenas de sexo, de violência e de consumo de drogas, o que, de uma forma ou de outra, também poderia ser classificado como violência.

Passo agora a uma pequena exposição sobre como se processa o trabalho de classificação no âmbito do Ministério da Justiça. Creio que ficou claro que a classificação tem limitação como processo de controle. Ela não se destina a identificar a qualidade do programa, mas suas inadequações a determinados horários e faixas etárias. Então, ela não identifica o que é qualitativo ou não. Ela diz que aquele programa ou produto audiovisual não é adequado para ser veiculado em determinado horário, no caso da TV aberta, durante o horário livre ou em outras faixas horárias, e não é adequado a determinados públicos. É uma informação sobre conteúdo.

Vou agora tentar explicar como se produz essa informação.

Num primeiro momento, receava-se que a classificação nada mais fosse do que a repetição do que fazia a censura antes da Constituição de 1988, ou seja, que ela faria o mesmo trabalho de análise subjetiva que produziam os censores federais, os burocratas que ali trabalhavam. E o que vou tentar revelar agora é que a preocupação com o método e a compreensão da classificação



como processo nos coloca bem distantes do que se praticava antes da atual Constituição, produzindo não só uma ruptura, como nos exigiu a Constituição, mas sinalizando alguns rumos de trabalho e de conexão dessa atividade com outras formas de controle.

Quanto ao critério de análise da classificação, com base em estudos anteriores, constatou-se que a correspondência direta — para aqueles que ainda não conhecem, isso está na ilustração logo abaixo — entre o grau e a intensidade das cenas analisadas e as faixas etárias a que não se recomendam, não apenas reduzia a expressão cultural da obra, uma informação pretensamente objetiva sobre seu conteúdo, como mascarava a subjetividade incidente sobre o processo de análise.

Trocando em miúdos, para que possamos trabalhar com mais incisão sobre essa modificação, essa compreensão da classificação como processo, o que se praticava há dois anos era estabelecer uma correspondência direta entre graus (primeiro, segundo, terceiro e quarto) de violência, de cenas de sexo — e fiz questão de trazer esse quadrinho porque exprime o que se pratica no Ministério da Justiça e mostra o que estamos alterando. Essa correspondência parecia dar segurança a produtores e população sobre a análise realizada no Ministério da Justiça, mas o que identificamos no diálogo com a sociedade, recebendo e acolhendo críticas a esse trabalho, foi que isso, na verdade, não atribuía segurança, mas mascarava a subjetividade que é parte do processo de análise de classificação.

Qualquer análise de classificação, qualquer processo de produção de conhecimento sobre algo, seja em que área for, exige e imputa sobre essa análise um nível de subjetividade. O que fazia, então, essa correspondência direta que se estabelecia entre graus, conteúdos ou categorias — violência, extrema violência, violência grave —, idade e faixa horária? Transformava essa relação direta em informação objetiva ou pretensamente objetiva, o que não é verdade. É claro que essa análise nos conduz a um nível de subjetividade. E essa subjetividade, se concebida a classificação como método e processo, deve dispor ou contar com um controle de análise, como em qualquer outro processo. Insisto: qualquer processo de análise de conteúdo tem de ter os seus controles metodológicos da subjetividade. E é isso o que afastamos.

Então, o trabalho de classificação indicativa passa a ser concebido, refutada essa relação direta, como método composto por três variáveis — e esta é a novidade.

A primeira variável é a descrição fática, que é o  $x$  da nossa equação. A descrição fática é uma análise descritiva e figurativa do conteúdo. Em síntese, é



a descrição quantitativa do que pode ser visto nas cenas por qualquer pessoa — quantidade de tapas, opção sexual dos personagens, participação de mulheres e de negros —, enfim, essa quantificação possível do que é visto é o que chamamos de descrição fática.

A outra variável, o *y* da equação, é a descrição temática. É quando se relaciona essa descrição quantitativa objetiva a determinados contextos ou compreensões de identificação de temas.

Exemplifico: se há uma relação entre adolescentes e entre adolescentes e homens e mulheres e agressão física decorrente dessa relação, a descrição fática pode não só identificar essa violência objetiva, como também exprimir o tema da violência entre homens ou da submissão da mulher à predominância e hegemonia masculina ou mesmo da violência doméstica, discriminação sexual, discriminação racial. É aqui que se avaliam esses temas expressos com a veiculação de cenas, é quando se produz a conexão entre texto e contexto. Esse é o desafio posto com esse método.

Por fim, estabelece-se uma graduação semelhante à que existia — primeiro grau, violência extrema etc. Mas essa conexão entre *x*, *y* e *z* no novo método já testado e em utilização não vai resultar em dado objetivo ou pretensamente objetivo em relação à identificação de faixa etária e de faixa horária. Vai resultar no que chamamos de tendência. Esta é a sigla: TI — Tendência Indicativa, ou tendência da classificação indicativa. Quando analisado o produto, feita a sua descrição fática, descrição temática e produzida a graduação, chega-se a uma tendência de classificação.

Filmes considerados inadequados para menores de 18 anos ou aqueles que tendem a assim ser considerados são aqueles que, em regra, têm cenas de sexo explícito, pornografia, violência excessiva, apologia à violência, discriminação, xenofobia, uso de drogas, enfim, essas são as características mais frequentes nesses produtos não recomendados para menores de 18 anos. E, por isso, os novos produtos que se apresentam à classificação do Ministério que contenham essas mesmas características tendem a ser assim classificados.

Esse processo de classificação, portanto, se inicia com essa análise objetiva, com a descrição temática. O que se faz quando se identifica uma tendência? Aqui entra o nosso esforço para integrar a sociedade que receberá esse produto. Nós abrimos a discussão, o contraditório, uma possibilidade de discussão sobre essa primeira análise realizada pelo Ministério da Justiça. Isso é feito com a participação de especialistas em determinadas áreas, como comunicação visual, informação para crianças e adolescentes. Alguns pesquisadores e movi-

mentos organizados têm-se vinculado ao Ministério como colaboradores. Na Comunicação, por exemplo, há um conjunto de pesquisas na UnB sobre homofobia e homossexualidade que nos tem ajudado a produzir uma compreensão sobre esses conteúdos. Enfim, algumas pessoas e grupos vêm colaborando nesse controle que realiza o Ministério da Justiça, e esse conjunto de especialistas produz uma crítica sobre a análise realizada pelo Ministério.

Então, o primeiro ponto é este: a crítica sobre a análise realizada pelo Ministério é feita por pessoas que colaboram com a atividade de classificação e que, de alguma forma, desempenham militância sobre esse conteúdo ou temas a ele vinculados.

O esforço realizado nesse primeiro momento pelo Ministério da Justiça, portanto, é no sentido de abrir o processo de classificação a opiniões distintas, porque reconhecemos que a classificação indicativa é uma opinião sobre o conteúdo, e para que ela tenha efetividade e seja testada na pluralidade de interesses e de compreensões de mundo da sociedade brasileira, estabelecemos esse que chamamos de controle metodológico, em que pessoas que vivenciam o mesmo conteúdo, conhecendo aquele filme, podem criticar a nossa análise. E não é só esse.

Há também o controle realizado pelos produtores ou responsáveis pelo produto, aqueles que têm interesse comercial na veiculação do filme.

Então, diferentemente da censura, a classificação é um processo que exige observância, o que a Constituição estabelece como contraditório, ampla defesa. Assim, se os produtores discordam da classificação — e em alguns casos o fazem —, recorrem da análise, quase sempre trazendo a informação de especialistas ou peritos e menções elogiosas que o filme tenha recebido em festivais. Enfim, há esse embate que se realiza no curso do processo de classificação.

E, quando não há participação direta de cidadãos ou pessoas interessadas, todas essas informações produzidas no processo de classificação são levadas ao *site* do Ministério da Justiça, onde ficam disponíveis para compreensão dos interessados e para auxílio no trabalho dos procuradores, do Ministério das Comunicações, da ANATEL, enfim, de outras entidades, instituições que se relacionam com o controle da programação da TV e que sobre ela podem exercer algum controle.

Isso é o que chamamos de método de processo, um procedimento que impõe uma sucessão de atos, mas é um procedimento que só se justifica como processo democrático de análise da programação se contemplar a participação dos interessados.

Enfim, existem outras tendências. E, apenas para situá-los e informá-los, há uma outra tendência na classificação: tendem a ser considerados inadequados para menores de 16 anos filmes, programas e jogos de diversão que contenham relação sexual associada à nudez, violência realista, consumo de drogas ilícitas em excesso.

Para nós, são dados um tanto quanto quantitativos, freqüentes nos filmes, que acabam caracterizando essa equação. Há outra tendência: inadequados para menores de 14 anos. Há produtos que se situam entre 12 e 14 anos, podem ser assistidos ou veiculados para esse público. Aqui entram linguagem, gestos e palavras obscenas, e filmes explícitos sobre drogas.

É claro que mesmo essa descrição que não chamamos de objetiva tem as suas considerações críticas e ponderações contrárias. Faço menção à contribuição da Maria Rita Kehl, psicanalista que atua com crianças e adolescentes. Ela tem colaborado com o Ministério da Justiça no sentido de produzir uma reflexão sobre esse trabalho. Ela mesma diz: sexo, em princípio, por definição, ou nudez, não é algo que se pode caracterizar como inadequado para crianças e adolescentes. A associação que a sociedade faz naquela cena de nudez, a exploração que se faz do corpo, como aqui exibiu o vídeo de Pernambuco, é que é prejudicial. Para um índio, que presencia relações sexuais entre os pais, relações amorosas, afetivas, a nudez, não se tornará, necessariamente, porque visualiza a nudez com freqüência, um psicótico, um pedófilo — olha eu aqui me arriscando com diagnóstico. Não degradará a sua existência porque vivencia a nudez. Mas a compreensão que a sociedade faz, a compreensão mesmo dos pais é que produziria essa inadequação. Mas hoje há uma definição legal que contempla sexo e violência em si, há definições no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, e isso nos obriga a caracterizá-los como inadequados.

Mas é bom insistir. Há uma classificação, realizada no Ministério da Justiça como meta, que se prontifica ou se obriga a produzir uma informação sobre a inadequação de determinado conteúdo a faixas etárias de públicos determinados.

Por fim, há uma faixa de 10 a 12 anos e uma faixa considerada para menores de 10 anos — erotismo leve, conflito físico ou verbal leve, consumo de drogas lícitas. Abaixo disso, é adequado para todos os públicos, é livre.

Eu gostaria de contribuir não apenas apresentando o que desenvolve ou como se realiza o trabalho do Ministério da Justiça, mas também esclarecendo os limites dessa atividade. Há alguma expectativa, ainda hoje, quando recebemos as denúncias. Há pais que encaminham *e-mail* ao Ministério nos perguntado por que não censuramos ou tiramos do ar a cena daquela novela

ou removemos aquele conteúdo inadequado. Nesse diálogo com os pais, ainda que haja uma demanda pela vedação, tentamos dar esclarecimentos.

Mesmo diante da baixaria, num Estado Democrático de Direito, há uma distribuição de competências. O Estado tem feito e pode fazer muito para a qualificação da programação televisiva. Mas o que cabe ao Estado — sempre insisto, não tirando, com isso, a competência do Ministério, mas localizando — a competência do Ministério da Justiça é produzir classificação indicativa, informando aos pais, e verificar e fiscalizar a sua veiculação. A atuação do Poder Judiciário, com o auxílio dos promotores e procuradores, é verificar se há cumprimento dessa classificação indicativa ou dessa informação produzida e punir os casos em que se caracteriza infração.

Há um outro conjunto, do Ministério das Comunicações, de atribuições e responsabilidades. Mas nessa forma de controle democrático, nesse conjunto de controles que se impõe sobre a programação, há uma distribuição de competências que nos obriga a só fazer isso. Mas o Ministério da Justiça também tem a consciência de que, fazendo isso, mas fazendo bem-feito, pode colaborar; ou fazendo com alguma qualidade, com alguma precisão técnica, com alguma consistência, pode contribuir, e muito, para que a sociedade, o conjunto de instituições exerça um controle efetivo sobre a programação.

Então, sendo um tanto mais claro: o Ministério da Justiça, com essas modificações operadas sobre a atividade de classificação, pretende colaborar para que o conjunto de organizações conectadas e conjugadas efetue uma qualificação da programação na TV, mas sabe, tem plena consciência de que a classificação não pode fazer o controle ou não pode realizar um controle capaz de vedar o acesso ou impedir a veiculação desses conteúdos considerados inadequados.

Eu posso aqui garantir a vocês — e tenho tentado um diálogo com os procuradores, em especial, que demandam com frequência o Ministério — que há um esforço, e não apenas um empenho pessoal, mas um esforço procedimental na caracterização de processos para contribuir com o trabalho de fiscalização e controle. E quando nós não conseguimos contribuir, colaborando direta ou positivamente com essa atividade, vocês podem ter certeza de que nós também não atrapalhamos.

Hoje, o Ministério da Justiça, com o desenvolvimento dessa concepção ou a realização desse método, pretende mobilizar ou produzir a integração da sociedade, mobilizando algumas pessoas que se interessam pelo tema, além de colaborar com o exercício de outros controles previstos na legislação, contribuindo

do com a realização de atribuições institucionais — Ministério Público e Câmara dos Deputados — e, quando possível, como agora tentamos fazer, provocando debates e promovendo discussões que se relacionam com a classificação.

No âmbito do Ministério da Justiça, há um grupo de trabalho instalado, um grupo de trabalho interinstitucional, um grupo composto por Governo e sociedade civil — como sociedade civil aqui também reconheço empresários da comunicação e movimentos organizados, como ABERT, ABRATEL, ABRA, ABPC, ABPI; as públicas representadas, os independentes e, ao mesmo tempo, a Comissão de Direitos Humanos, aqui reconhecida como ente governamental e estatal, a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Adolescência. Enfim, há um conjunto de organizações que hoje participam e se integram no âmbito desse grupo de trabalho para produzir uma qualificação desse trabalho de classificação indicativa dirigido à TV.

Isso pode nos ajudar a produzir um decreto — mostrei a vocês que não existe — que nos permita regulamentar a exibição desse conteúdo, informar os pais de maneira mais clara, fazendo com que essas informações ou essas análises que nós e a sociedade produzimos cheguem com mais clareza e objetividade à população e produza o controle necessário ou, pelo menos, a discussão entre pais e filhos, como sujeitos do direito.

Essas são as primeiras considerações.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Orlando Fantazzini) - Agradecemos ao Dr. José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça, pela exposição.

Passo a palavra ao Sr. Eugênio Bucci, Presidente da RADIOBRÁS S.Sa. é um antigo defensor de uma TV de qualidade e democrática para o nosso País.

**O SR. EUGÊNIO BUCCI** - Bom dia a todos. Acabei aceitando o convite do Dr. Márcio Araújo, um dos nossos companheiros da comunicação pública — S.Sa. dirigiu a comunicação da Câmara até recentemente —, praticamente há 2 ou 3 dias. Eu tinha uma viagem marcada, a viagem foi alterada, depois surgiu outro compromisso. Eu disse ao Dr. Márcio que eu estava vindo aqui um tanto desprevenido, mas ele insistiu dizendo que eu comparecesse mais com o valor testemunhal — se é que existe algum valor nisso —, ou seja, para que eu trouxesse as contribuições mesmo que brutas, a partir de elaborações anteriores, várias coisas que eu produzi, de que participei, trazendo, nesse sentido, uma contribuição para o debate que se realiza aqui. É o que vou tentar fazer.

Quero cumprimentar os organizadores do evento. Acho que se produz alguma coisa nova no plano institucional do nosso País com relação a essa questão. Mas o quadro é bastante preocupante. E eu diria que convivemos com anacronismos muito graves e muito preocupantes.

A apresentação do Prof. Murilo trouxe uma luz sobre o território no qual nos movemos, que é a inexistência de uma legislação, digna desse nome, sobre os meios de comunicação eletrônicos no Brasil. O Brasil é um país em que os meios de comunicação operam como se fossem à margem da lei, porque a legislação é anterior a muitos adventos eletrônicos e tecnológicos e acaba não disciplinando fatores e eventos que ocorrem todos os dias no Brasil. Por exemplo, as redes de televisão; nossa legislação é anterior às redes de televisão. Por exemplo, a prática da propriedade cruzada dos meios de comunicação. Não há qualquer limitação sobre isso, e vocês sabem do que estou falando. Refiro-me à propriedade, por uma mesma empresa, de veículos de televisão aberta, televisão por assinatura, rádio, jornais, revistas. A propriedade cruzada é regulada em várias das democracias que nos servem de referência e ela simplesmente é ignorada pela legislação vigente.

Há outros pontos que merecem nota. O Prof. Murilo disse que é difícil imaginar alguma coisa que possa ser feita com relação à concentração de mercado em algumas emissoras ou em algumas redes. Mas, efetivamente, existem instrumentos sobre isso, dentro do capitalismo, pelo regime de concorrência. Em alguns países há limites para concentração de público, concentração de audiência, porque isso leva à concentração do mercado anunciante, que, por sua vez, conduz à prática de um monopólio, em que pode haver até possibilidade para um agente econômico ditar o preço de anúncios e assim por diante.

Para tudo isso é possível haver regulamentação. Estamos atrasados com relação a essa matéria.

Ao vir para cá, fiquei muito preocupado em trazer alguma coisa de útil para os procuradores. Já tive oportunidade de conversar com alguns dos procuradores que estão aqui, já tive oportunidade de participar de outros eventos. Eu acredito que existem, na atual legislação e com as ferramentas disponíveis, possibilidades de aberturas para que a sociedade aja com mais eficácia sobre o que acontece na televisão, de modo a garantir participação e voz do telespectador e do cidadão sobre a decisão do que vai ou não para o ar. Haveria muito o que se falar sobre isso.

Estou preocupado em trazer elementos que dialoguem com o que foi dito e o que vai ser dito aqui. Eu sei que o Sérgio vai falar hoje à tarde. Tenho

muita curiosidade em ver o que ele vai apresentar, mas não vou poder estar aqui. E quero levar cópia da apresentação do Sr. Edgar Rebouças.

Muitas coisas estão acontecendo. E estou preocupado em trazer elementos que permitam a ação dos procuradores e, por extensão, da sociedade.

Gostaria de pontuar uma coisa ou outra. Somando-me ao que disse o Romão — participei de alguns dos trabalhos produzidos por ele, convidado a colaborar —, quero pontuar um pouco mais um esclarecimento sobre o que é censura e o que não é censura. Nós herdamos, em vários campos e na RADIOBRÁS — vou tocar nesse assunto —, estruturas que vêm de uma organização autoritária de Estado. O serviço administrado pelo Ministério da Justiça é herança de uma concepção autoritária de Estado. Até hoje o público chama de censura: *“Ah, o serviço de censura! Você viu a censura?”* Era isso que se fazia.

Hoje, no Brasil, operamos um serviço que vem desse modelo e que busca transitar para um modelo democrático. Mas há censura quando há exame de conteúdos previamente à veiculação desses conteúdos, com decisões que não permitem recursos e com possibilidades de impedimento desse conteúdo ir para o ar. Existe censura nesse caso. Isso precisa ficar muito claro e precisa ser repetido. Não há censura quando o exame é indicativo ou posterior à veiculação, portanto, quando existe a possibilidade de recurso, de modo que os prejudicados ou os que têm opinião contrária possam manifestar-se, e quando não há o impedimento de veiculação.

Um filme pode não ser exibido às 10 horas da manhã mas poderá ser exibido à meia noite, por exemplo. Então, não há censura. Mas é preciso tomar muito cuidado, porque ainda mobilizamos setores conservadores da sociedade que querem e demandam censura, sem saber que isso é uma agressão a eles mesmos.

Há outras coisas que gostaria de pontuar, de destacar aqui.

Conceito de baixaria na televisão. Foi dito, com acerto, que essa é uma avaliação sempre subjetiva. Certamente um beijo mais quente entre 2 namorados do mesmo sexo, às 3 horas da tarde, agredirá os examinadores, de maneira mais acentuada, do que um beijo entre 2 namorados de sexos diferentes. Por quê? Por um problema de valor, de hábito, de costume. Mas não há nada de objetivo que diga que algo entre esses 2 beijos seja pior ou melhor em um ou no outro.

Há vários outros exemplos. Sempre estamos lidando com subjetividades e com organizações morais dos hábitos. Isso é extremamente delicado. Não dá para esperar que chamemos de qualidade aquilo que nos agrada e que com isso organizemos a qualidade para os outros. Essa é a questão.



A baixaria vive ligada a sexo e violência. Eu sempre repito que há sexo e violência no *Velho Testamento*; há sexo e violência em obras capitais de Shakespeare; há sexo e violência na mitologia grega. Eu posso me demorar com exemplos aqui. Por que isso é baixaria? É supercomplicado embarcarmos de forma não crítica nesse tipo de fechamento de modelos do que é qualidade e do que não é qualidade na TV. São alertas do que estou achando importante pontuar.

O terceiro ponto é sobre a centralidade da TV.

A sociedade brasileira se reconhece como uma, por meio da TV. Nos anos 40 e 50 o Brasil foi integrado pelo rádio. Já era o período da comunicação eletrônica. No final nos anos 30, início dos anos 40, quando se concebe a idéia de *A Voz do Brasil* e *Hora do Brasil*, o País era integrado pelo rádio. O horário nobre do rádio era 19 horas, e num regime autoritário. A partir dos anos 60, as sociedades democráticas — daí a importância do trabalho de Dominique Wolton, embora eu ache que ele seja condescendente com a situação da *Globo* no Brasil — passam a ser integradas pela imagem eletrônica e sobretudo por algo que acabei chamando “instância da imagem ao vivo”. Isso dá para a televisão uma centralidade tanto nos espaços públicos nacionais como nos supra ou transnacionais. O que o Ianni iria chamar de “sociedade civil global, globalizada”.

Eventos como Guerra do Iraque e morte do Papa ganham o centro do debate público mundial por meio da televisão ou da imagem eletrônica, ainda que transmitida pela Internet. E isso pesa sobre o Brasil porque o modelo que temos de nacionalidade, a maneira que temos de nos reconhecer uns diante dos outros como brasileiros pertencentes a uma comunidade é a da imagem eletrônica. Temos, sim, um fator preponderante de integração da nacionalidade: a televisão. E muitas vezes aquilo que existe ou não existe passa pelo crivo da televisão.

É correto afirmar que para existir os fenômenos precisam adquirir visibilidade na televisão. E é com isso que estamos lidando. Lidar com a televisão, portanto, é lidar com o espaço público, o que pode ser chamado de um espaço público, tornado eletrônico. O que acontecia nos comícios, nos chamados espaços públicos urbanos, hoje tem lugar em espaços públicos eletrônicos, teleespaços públicos, melhor dizendo.

Então, lidar com a televisão é lidar com o que pode acontecer na rua, que é um espaço público. Só que a televisão entra na casa das pessoas. Portanto, ela tem uma repercussão direta na vida privada. E a televisão vive essa inversão fantástica, inédita, não descrita pelas ciências ainda: a transformação de critérios de predileções pessoais, muitas vezes inconfessáveis, em critérios de conduta pública. Qual é a equação? A televisão como meio de comunicação, como



um desenvolvimento da liberdade de expressão, sendo talvez a forma mais acabada de comunicação de massa, herdeira direta do iluminismo, da liberdade de expressão, do direito à informação e comunicação, funciona como um direito e como uma liberdade. E o que regula direitos e liberdades são critérios públicos emanados da predileção ou da preferência da opinião pública.

Ora, opinião é um conceito que depende da racionalidade, de interações racionais, do agir comunicativo, ou de formas que fazem emergir opiniões e decisões do coletivo a partir de embates nacionais. É assim que se elegem os governantes, que se pautam, que se modulam os parâmetros de comunicação, que se ordenam os direitos, que se debatem os temas nas Casas legislativas.

No entanto, a televisão, ao adquirir existência no âmbito da intimidade, da esfera íntima, porque é interna a esfera privada, traz critérios da intimidade para regular a sua conduta pública. Isso é um paradoxo ainda não descrito.

Quando um programador de televisão diz *“eu dou o que o público quer”*, ele precisa traduzir: *“Eu dou aquilo que o cidadão, despido de suas vestes de cidadão, como consumidor privado dentro do seu espaço íntimo, quer”*. Mas essa predileção do espaço íntimo não pode ser o critério de regulação da conduta pública. Por isso, surgem distorções ou aparentes contradições entre o que o telespectador vê e o que o cidadão repudia.

Os programas que mais geram protestos — como, por exemplo, o do Ministério da Justiça na campanha da cidadania — são os que mais têm audiência. O que há na sociedade brasileira? Uma clivagem entre algumas pessoas que assistem a esses programas e outras que protestam contra eles? É óbvio que não é isso. A mesma sociedade que assiste a esses programas protesta contra eles. Porque para cada um de nós, para a mesma pessoa que na sua predileção tem caminhos e descaminhos, vãos e desvãos para fruição do seu prazer e do seu gozo, há outra categoria, ou outras categorias, para organizar a sua opinião e a sua conduta pública. Essa clivagem, essa divisão é constitutiva do sujeito, até do sujeito psicanalítico, e a televisão fez com que ela ficasse pública.

Não sei se estou me fazendo entender, mas esse mecanismo é muito complexo e foi pouco estudado. É outro fato que quero pontuar quando falamos da centralidade da televisão no espaço público.

O Prof. Edgard Rebouças apresentou — se não me engano, do Canadá — o impedimento para que a publicidade haja sobre o inconsciente das crianças. Na verdade, o que o mundo da televisão fez foi dar visibilidade ao inconsciente que até então estava oculto. O que vemos todos os dias na televisão são

as pulsões do inconsciente escancarado. Sete violências constituem as pulsões fundamentais do inconsciente.

Estudioso da TV que escreveu *A Vida após a Televisão* diz: “Sexo e violência são o que temos em comum. A televisão aberta cada vez mais explora sexo e violência, porque precisa dirigir o que temos em comum”. Ele pegou a metade do problema. Mas a outra metade é: o que vemos na televisão é o inconsciente escancarado. É ele que nos apavora, porque nos ameaça de morte e está no nosso âmago. Vemos a pulsão de morte escancarada na televisão. Mas não há como desligá-la, porque ela está em nós. E saber conviver com esse padrão-disposição é um dos principais desafios hoje, sem exagero, não daqueles que se dedicam à regulação da televisão, mas das democracias modernas. Porque esses mecanismos interferiram gravemente nos processos de decisão da democracia. As eleições são pautadas hoje por esse mecanismo. A preponderância do *marketing* na televisão é a mesma nas campanhas políticas no Brasil e no mundo e move o inconsciente, o desejo do eleitor. É sobre isso que estamos falando.

O que queria dizer aos senhores? Para os procuradores há elementos no plano dos direitos fundamentais do cidadão que podem embasar uma prática nova de demandas, ou de ações, ou de questionamentos. Por exemplo: quando uma informação de alta relevância é sonegada no noticiário, por interesses particulares daqueles que detêm o controle da emissora ou do grupo de emissoras, o direito à informação está sendo agredido, o que pode ensejar uma medida de exigir quase que o direito de resposta. Isso precisa ser informado ao público, porque ele tem o direito de saber.

Vou passar apressadamente por esse exemplo porque não é da minha especialidade. Estudei Direito, mas fui um péssimo aluno. Consegui me formar, mas, por respeito aos meus professores, jamais prestei um exame da OAB. Então, vou falar de uma área que não é da minha especialidade. É como se houvesse uma forma de contato entre essa fantástica inovação — os direitos difusos — e esse tipo de medida que eu proponho. O público tem o direito de estar informado. Acho que o Sérgio investigou coisas mais ou menos por aí e talvez possa falar um pouco mais sobre isso. Enxergo, portanto, não na figura do Estado, mas na dos direitos do cidadão, um lastro para que a sociedade possa agir, pedindo espaço e entrada nos critérios que determinam o que vai ou não para o ar. Notem que a televisão não tem a presença do telespectador, como os jornais têm do leitor. Os jornais e o rádio têm. O ouvinte fala com o apresentador. Na televisão, não temos a figura do telespectador dizendo: “Eu não gostei daquele programa, eu queria que ele fosse diferente”. Nós estamos tentando fazer

algo diferente na RADIOBRÁS, onde temos uma ouvidoria pública — a Emília Magalhães está presente. Começamos com o rádio, estamos passando para a televisão. O telespectador poderá questionar e discutir o que vai ao ar. Mas isso ainda não existe na televisão. Até nisso ela é um meio de comunicação atípico, que monologa. É algo muito curioso.

Para encerrar, quero responder ao Murilo sobre o que ele comentou da RADIOBRÁS. O Murilo é um estudioso e foi referência para muitos dos meus escritos. No ano passado, lancei, juntamente com a Maria Rita, um livro chamado *Ideologias*. Escrevi um ensaio sobre a memória dominada pela televisão no Brasil, no qual cito um trabalho do Murilo e do Vinícius e outras coisas. Conheço-o, como leitor e estudioso, há muito tempo.

Murilo, fique totalmente à vontade e, por favor, sinta-se estimulado a criticar e estabelecer restrições à minha gestão na RADIOBRÁS e a tudo o mais. Serão muito bem-vindas.

Herdei estrutura de uma genealogia que bate no autoritarismo: a RADIOBRÁS. Não queremos posar de comunicação pública. A RADIOBRÁS é uma empresa pública, de direito privado, parte da administração indireta vinculada à Secretaria de Comunicação do Governo, e é regida pela Lei das Sociedades Anônimas, de tal forma que o Estado detém 100% das ações. Ela não tem autonomia nem independência necessárias para a definição de empresa de comunicação pública. Ela é uma estatal típica, mas não tem o direito de praticar o proselitismo partidário, a propaganda e a promoção de governantes. Isso não fazemos. A única inovação que fizemos na RADIOBRÁS foi aprofundar o seu compromisso com a verdade factual, com a pluralidade e a diversidade. Noticiamos fatos com o máximo de objetividade, no sentido de ter a objetividade como parâmetro de proteção contra a subjetividade tendenciosa. Todo o mundo diz que a informação objetiva não existe. É verdade. Mas a informação subjetiva deslavada também não pode existir. Ela precisa ter um freio. E isso é o que fazemos. Então, se há uma manifestação contra a reforma da Previdência, como já aconteceu, na Esplanada dos Ministérios, isso é noticiado em *A Voz do Brasil*. Erramos, mas corrigimos. Não queremos mascarar ou maquiar a estrutura e a natureza jurídica da RADIOBRÁS, mas primar pelo compromisso com a verdade e com o direito à informação do cidadão.

Passei a vida criticando emissoras que sonegavam informação de alta relevância ao público brasileiro. Não poderia trabalhar em uma empresa pública que praticasse o mesmo desvio. Então, sob a nossa gestão, tentamos não fazê-lo. Quando isso acontece, pedimos desculpas. Mas somos uma empresa

estatal, e o desvio não é o modelo ideal para comunicação pública no Brasil. Podemos discutir isso fartamente, porque há mil conexões, há a rede pública de televisão, da qual passamos a fazer parte pela *TV Nacional*. Pela primeira vez, um programa da rede pública nacional de televisão é gerado de Brasília, com debates plurais. Isso nunca tinha acontecido. Mas estamos dentro de uma estrutura com mil limitações, armadilhas e problemas. Quando vim para cá, não tinha medo disso, e continuo não tendo. E olha que já acumulei, nesses 2 anos e alguns meses, inúmeras derrotas, algumas vergonhosas, mas vamos fazendo o melhor que conseguimos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**OSR.COORDENADOR**(Deputado Orlando Fantazzini) - Agradecemos ao Eugênio Bucci a participação.

Concedo a palavra à Sra. Heloísa Buarque de Almeida, antropóloga e pesquisadora da Universidade de Campinas — UNICAMP.

**A SRA. HELOÍSA BUARQUE DE ALMEIDA**- Agradeço pelo convite para participar desta Mesa. O tema é muito instigante e interessante.

Sou antropóloga e represento também a Associação Brasileira de Antropologia. Sou pesquisadora da UNICAMP, portanto, acadêmica, com muito pouca experiência em políticas públicas, mas com bastante experiência de reflexão sobre a televisão brasileira. Trabalho no Núcleo de Estudos de Gênero, o PAGU, e tenho preocupação com a questão do feminismo e do gênero na televisão. Sempre cruzamos essas questões com outras: classe social; raça (principalmente); diferenças étnicas.

Vou tentar dar uma contribuição, apesar de muitas falas já terem reforçado o debate. Peço desculpas pela repetição.

A análise da televisão brasileira é muito complexa, por conta da centralidade na nossa sociedade. Não é muito simples. Paradoxalmente, defendo que, apesar de não ter querido isso, a televisão brasileira, a Rede Globo particularmente, favoreceu o ambiente de participação feminina. É algo um pouco polêmico, porque é uma emancipação bastante paradoxal e perversa. Na verdade, esse tema faz parte da minha tese de doutorado.

É um feminismo bastante consumista, voltado ao consumo, que constrói padrões de beleza e de feminilidade excludentes, diferentes. Esses padrões são problemáticos porque são sexualizados, excludentes das camadas sociais mais desfavorecidas, focados na classe média alta carioca etc.

Pesquisei 2 aspectos e vou tentar fazer a conexão entre eles. Por um lado, pesquisei a estrutura comercial da televisão na interface entre telenovela e pu-

blicidade, pensando exatamente em algo que estamos questionando aqui, que é essa estrutura comercial, e algo que é um pouco problemático, porque vem dessa estrutura puramente comercial. Por outro lado, pesquisei também a recepção, com famílias de classe média e popular. Assisti à televisão junto com elas e procurei ouvi-las muito, nessa atividade antropológica, que faz parte do trabalho etnográfico, de ouvir não os especialistas, mas as pessoas comuns, que têm televisão em casa e convivem com isso em seu cotidiano.

Quando fui chamada para vir aqui e falar sobre o controle social da televisão, a primeira idéia que me veio à cabeça foi esta: precisamos de algum controle, socialmente falando, porque ela tem efeitos sociais. Acho que temos de pensar um pouco no fato de que a televisão tem pelo menos 2 tipos de efeitos, genericamente falando: os planejados e os não planejados, os que a televisão tem pela sua estrutura, definidos como efeitos para os quais ela está dirigida, e aqueles outros que vão acontecendo no meio do caminho pelos seus próprios conteúdos. No caso, o efeito planejado mais evidente da história da televisão brasileira, que tem a ver particularmente com a hegemonia da Rede Globo, é a relação entre o espalhamento da televisão no País, o fato de que o sinal foi esparramando-se aqui a partir da década de 70, e o desenvolvimento de uma sociedade de consumo.

Quando falamos de televisão, estamos sempre falando de consumo, mesmo que não queiramos. Por isso, toda essa problemática da regulamentação recai muito fortemente, por exemplo, sobre a questão da publicidade. A TV aberta é paga pelos anunciantes, é um veículo. É assim que os anunciantes a consideram: um veículo para chegar não aos espectadores, mas aos consumidores. Os indivíduos não são vistos nem como espectadores nem como cidadãos, mas como consumidores, e isso orienta toda a organização, toda a estruturação de todas as televisões abertas. Quer dizer, quem são os verdadeiros clientes da televisão? São os anunciantes. E o preço da televisão, os senhores sabem, é definido pelo IBOPE, que diz quantas pessoas assistem a tal programa — e não mede só a quantidade de pessoas, mas também o que se chama no meio publicitário de qualificação dessas pessoas. Qualificação quer dizer potencial de consumo. A forma de classificar, A, B, C, D e E, é voltada para o potencial de consumo, para se verificar quantas pessoas podem consumir. Nada tem a ver com condições de moradia nem nível educacional, e sim com a capacidade de consumir.

Assim, o que acontece? É preciso termos sempre em mente que o cliente da televisão é o anunciante. Então, os produtores de televisão precisam atrair audiência para terem mais anunciantes para se sustentar. E quase todas as tele-

visões são deficitárias, são empresas problemáticas também. Concordo com o Prof. Murilo Ramos, e não estou dizendo nenhuma novidade: a questão mais problemática é de regulamentação, não de conteúdo. Voltarei a tratar desse tema mais adiante.

Por exemplo, por que não temos uma produção local, regionalizada de televisão? Por que não temos espaços independentes de produção na televisão, já que ela é tão “pervasiva” na sociedade brasileira? Porque sob esse sistema comercial essa produção não se sustenta, e não se sustenta porque a lógica comercial brasileira é muito voltada para os grandes centros urbanos, para a classe média alta do Rio de Janeiro, de São Paulo e das cidades maiores. Além disso, ela é muito excludente.

E quais são os efeitos não planejados? Pesquisei-os com uma equipe muito grande — depois, se os senhores quiserem, posso comentar um pouco isso. No caso da questão de gênero, há o seguinte efeito não planejado: a televisão organiza-se pensando no consumo, e muitas vezes o consumo é pensado por quem vende produtos como algo tipicamente feminino; ou seja, os publicitários, os anunciantes acham que quem compra a grande maioria dos produtos são as mulheres, mesmo os feitos para homens e crianças, além de todos os produtos do espaço doméstico, como produtos de limpeza, alimentares e eletrodomésticos. Eles consideram que todos esses produtos são comprados pelas mulheres. Esse é um dos motivos por que a telenovela, que é um programa feminino, também é um sucesso comercial, e por ser dirigido às mulheres consegue uma gama muito maior de anunciantes. Mas quem escreve essas novelas, e onde elas são produzidas? Normalmente são produzidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, a partir de modelos femininos de classe média alta, à qual pertencem as pessoas que produzem, escrevem e dirigem a novela.

Junto com essa lógica comercial — e esses aspectos estão muito conectados; por isso, temos de tomar muito cuidado —, a novela, ao longo dos anos, desde a década de 70, foi repetindo e construindo como ideais certos modelos femininos e masculinos. No caso do modelo feminino, as personagens são mulheres independentes, que trabalham fora, mas que têm de ser lindas, magras, elegantes, sensuais, amantes maravilhosas, mães dedicadas e donas de casa perfeitas, tudo ao mesmo tempo, porque com isso aumenta muito a quantidade de produtos para anunciar para essa mulher. Não é só a mulher que fica em casa, é também a que trabalha fora. É tudo ao mesmo tempo. E minha tese é de que isso, ao longo dos anos, foi-se tornando um ideal muito comum na sociedade brasileira, e não só nos grandes centros urbanos.

Isso não quer dizer que as pessoas assimilam passivamente aquilo que vêm pela televisão, que aceitam o que estão vendo. Na verdade, elas vão dialogando, de acordo com o seu contexto cultural, e às vezes resistindo a esses modelos. Por exemplo, a questão da liberdade sexual das personagens femininas de novela foi, e talvez seja até hoje, nas cidades menores, um tema polêmico, chocante, contra o qual as pessoas reagem etc. Mas ao longo dos anos, quando se convive com a televisão desde pequeno, ela também começa a ser parte da cultura local. Não é mais algo que vem de fora. No começo ela vem de fora, mas depois passa a vir de dentro. Desse modo, criou-se um modelo mais liberal.

Na América latina, o Brasil é, digamos assim, um país menos conservador na questão de gênero, em alguns aspectos, principalmente no que diz respeito à moral sexual. Mas ao mesmo tempo isso é algo perverso, porque há todo esse ideal de que a mulher tem de fazer tudo, cuidar da casa, cuidar dos filhos, trabalhar fora etc. Além disso, discute-se muito pouco a divisão do trabalho doméstico, e agora estão começando a discutir a questão de que o pai pode cuidar do filho. Esse é um efeito não planejado da televisão. Quer dizer, a Rede Globo simplesmente foi produzindo seus programas no Rio de Janeiro e em São Paulo e aconteceu de, junto com o ideal feminista, espalhar-se esse ideal feminino hegemônico que hoje temos na sociedade brasileira, e que é injusto, desigual e violento, porque continuamos a ter uma sociedade machista, em que essas divisões são mal feitas.

Esse modelo feminino glamouroso é parte dessa crença na capacidade do *glamour* de promover o consumo. Dessa forma, quero discutir com os senhores o fato de que a TV tem capacidade de difundir socialmente certos valores, mas esse não é um efeito direto, não é uma simples causalidade. Quando fui fazer um trabalho de campo no norte de Minas, em Montes Claros, a primeira observação que as pessoas me faziam era esta: novela é imoral. O comportamento sexual dos homens e das mulheres é inaceitável para o contexto local, principalmente na opinião dos mais velhos. Para os mais novos, nem tanto, mas muitos daqueles que estavam acima dos 40 faziam esse discurso. As pessoas assistem à televisão e vão assimilando os conceitos, mas vão ao mesmo tempo criticando. Elas fazem críticas de ordem moral e política. Era muito comum mesmo pessoas muito simples, com pouca educação, dizerem que o *Jornal Nacional* é a voz do Governo ou que a Rede Globo faz a cabeça das pessoas. Há uma crítica política à televisão, e também ao consumismo, embora as pessoas digam que o problema são as crianças, que querem consumir muito, mas não



enxergam que elas mesmas estão inseridas na lógica de uma sociedade de consumo perversa e desigual.

Quando as pessoas me diziam que novela é imoral — e isso é algo que tem a ver com como controlamos o conteúdo — eu achava muito engraçado, porque eu nunca a considerei imoral. Chocante para mim era o fato de que, na época em que eu fazia esse trabalho de campo, estava muito em moda a chamada “dança da garrafa”, da qual todos os senhores devem lembrar-se. Durante todo o trabalho de campo que realizei em Montes Claros, percebi que em todas as festas realizadas na cidade, festas de adultos, de crianças, de igreja, de escolas, essa música era tocada e as crianças faziam toda a coreografia da dança, e confesso que eu ficava chocada, porque para mim aquilo era imoral, não a novela. Eu considerava aquilo uma sexualização precoce das crianças. Aquilo me incomodava e mexia com minha moral, e é muito difícil, para mim, trabalhar essa oposição. Quer dizer, o que é imoral? O que é baixaria? Por que alguns programas de auditório e programas jornalísticos que retratam a violência urbana, como o do Ratinho, que para mim são tão horríveis, tão insuportáveis, de mal gosto, têm audiência? O que está acontecendo? Eu não consigo assistir a esses programas, apesar de pesquisar sobre televisão. É um problema. Só assisto um pouquinho por pura obrigação.

Outra questão que fui percebendo, no trabalho de campo, é o modo como as pessoas de classe popular se sentem. Hoje, na Rede Globo, percebemos que isso melhorou um pouquinho, mas, por exemplo, ainda é muito pequeno o espaço concedido tanto às pessoas de cor negra como às pessoas que não têm o padrão de beleza tradicional. Então, as pessoas de classe popular vêem-se na televisão quando assistem a esses programas mais popularescos. Essa é a contribuição que quero dar aos senhores. Há algo de a pessoa se ver, considerar-se igual às outras. A identificação acontece com todos os programas, com novelas etc., mas percebe-se também que determinados programas mostram algo real do povo. Há essa ambigüidade. E não sei como fazemos para controlar isso, porque vejo cenas de flagrante desrespeito em programas como o do Ratinho, que apresentam a vida pessoal de alguém num momento muito delicado, e as pessoas choram e clamam por justiça. Muitas vezes está em jogo também a dificuldade de acesso à Justiça pelas classes populares. Já fiz uma pesquisa sobre isso também. Esse é um outro tema, que tem a ver com o fato de que esse tipo de programa pode explorar uma certa demanda social por acesso à Justiça.

Clamar contra a baixaria desses programas é algo antigo também, vem desde década de 70, com programas popularescos como o de Chacrinha e o de

Silvio Santos, todos eles bastante criticados ao longo do tempo, embora tenham continuado a ser transmitidos. Mas o que acontecia? Antes do Plano Real, a *Globo* tinha os grandes anunciantes, e esses programas tinham pouquíssimos anunciantes, apenas os voltados para as classes populares, que eles chamam de C e D, e nem existem na lógica dos anunciantes. Parece que havia uma cisão social em termos do que era a *Globo* e seus anunciantes e do que eram esses programas e os anunciantes menores. Alguns programas de Silvio Santos só tinham anúncios do próprio programa de Silvio Santos. Hoje em dia esse panorama mudou, porque se descobriu que as classes baixas também consomem — aquilo que os antropólogos já sabiam há muito tempo.

Será que estamos tendo uma espécie de reprodução da cisão social? Eu às vezes tenho a sensação de que o que está em jogo é uma espécie de cisão de classe social, em termos de capital cultural: quem tem mais tempo de educação formal não gosta desse tipo de programação, mas quem não tem se vê de algum modo retratado lá.

Eu sei que a audiência desses programas não é só da classe popular. Estou generalizando.

É muito difícil definirmos o que realmente é desrespeitoso no conteúdo da televisão, por conta desses diferentes tipos de moral que estão em jogo. Somos um País que se unifica muito pela televisão. Concorro com isso, e não é novo o pensamento de que no Brasil temos uma identidade cultural um pouco forjada pela televisão, uma identidade cultural que é excludente, no que diz respeito às variações regionais. Não nos esqueceremos disso. Apesar de tudo, temos ainda uma heterogeneidade cultural neste País que faz com que tenhamos diferentes morais em jogo na hora de criticar a televisão. É por isso que as campanhas podem ter apelos muito distintos. É preciso censurar o casal de lésbicas na novela? Podemos fazer um discurso muito conservador e falar em nome dos valores da família — e aí já fico arrepiada, porque normalmente quando falamos em nome dos valores da família estamos excluindo os direitos das mulheres e crianças, no mínimo. Enfim, acho que é muito positivo haver na novela, embora às vezes soe de modo meio didático e até melodramático, um casal de lésbicas que adota uma criança negra. Acho que isso talvez seja mais uma forma de tornar ao longo do tempo um pouco mais respeitável a diversidade, mas sei que muito da grita pelo controle social da televisão vai contra isso também.

O controle da programação é um assunto que considero muito delicado, porque fica no fio da navalha, exatamente nessa heterogeneidade das morais que estão em jogo, embora eu entenda que há de se controlar um pouco o

desrespeito aos direitos humanos pela televisão. Isso é evidente. E uma situação bastante complicada refere-se ao fato de que a nossa própria sociedade é muito violenta, desrespeita muito os direitos. Assim, muita gente vai defender, os produtores vão defender que a televisão é só um reflexo da sociedade, que ela tem algo a ver intrinsecamente com essa sociedade, inclusive com suas desigualdades, mas eu nunca vou dizer que ela é só um reflexo da sociedade. Isso também é um pouco perigoso dizer. A televisão dá destaque a certos tipos de violência, como a urbana; agora, essa violência tradicional, antiga na sociedade brasileira, a violência doméstica, a violência da política clientelista etc., essas já foram alvo de tema de algumas novelas passadas, como *O Bem-Amado*, mas hoje em dia nem aparece muito. E ela reforça, de certa forma, tremendos preconceitos, como os preconceitos racial e sexual, que ainda são um problema na televisão. Como se faz com os programas humorísticos, que são muito violentos, se a violência está na chave do humor? É algo delicado. O preconceito sobre aquelas figuras genéricas que são chamadas de favelados também é algo que a televisão reforça o tempo inteiro, mas sempre sob a ótica de que se vai dar ao público o que ele quer, o que é bastante problemático.

Enfim, acho que há problemas sérios na questão do controle. Eu, por exemplo, vejo uma certa positividade em algumas novelas, como já disse, e posso dizer aos senhores que *Malu Mulher* foi um programa muito importante, muito interessante, mas também entendo que a novela das 8 não é programa para criança. Mas o problema que temos no Brasil é o fato de que a televisão é a grande babá eletrônica da maioria das crianças.

Com o advento da TV digital, não sabemos bem o que vai acontecer, mas talvez isso permita, como gostaríamos, uma heterogeneidade maior de produção, a criação de um espaço de produção local, a ampliação dos espaços das TVs públicas. Temos de fato canais de TV pública que dedicassem o dia inteiro à programação infantil — refiro-me a um canal que não seja pago, porque o pago é altamente excludente — seria algo importante neste País, exatamente porque a televisão é tão presente. Até uma certa idade podemos controlar a criança, dizendo-lhe que só vai assistir à *TV Cultura*. Eu faço isso com minha filha, que tem 3 anos e ainda posso controlar. E ela já diz: “*Quero ver a TV Cultura*”. Ufa, que alívio! Sabemos, porém, que ao longo do tempo esse controle se torna muito difícil.

Na minha opinião, mais do que tudo, precisamos ter uma melhor oferta na televisão aberta. Com a TV digital vamos ter uma maior oferta de canais. O

importante é que haja mais produtos da TV pública à disposição, tanto programas infantis como programas para adultos.

No fundo, a grande questão não é tanto o conteúdo do que temos atualmente na televisão, mas como controlá-lo com o marco regulatório, que é tão difícil e polêmico. A grita contra a ANCINAV está aí para nos lembrar disso. Mesmo que houvesse problema quanto ao projeto da ANCINAV, a forma como foi tratada a questão, concordo com o professor, foi muito truculenta. Mas o fundamental é termos uma oferta mais variada. Essa oferta variada deveria permitir a produção independente, a produção regional e a visibilidade da nossa heterogeneidade cultural, inclusive da heterogeneidade física: negros, índios, brancos, etnias e religiões diferentes também na televisão.

A questão é muito mais de como oferecer mais, como aumentar a oferta cultural para poder promover a melhora da qualidade da televisão.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR**(Deputado Orlando Fantazzini) - Obrigado, Heloísa. Todos os nossos expositores foram bem fiéis aos seus tempos.

Vamos passar aos debates. Também teremos meia hora. Vamos abrir algumas inscrições. Minha proposta é de ouvirmos todos aqueles que tenham algum questionamento a fazer e depois a Mesa responder em bloco, a fim de ouvirmos o maior número de pessoas possível e depois as respostas.

**A SRA. ROSÁRIODE POMPÉIA** - Meu nome é Rosário. Sou do Centro de Cultura Luiz Freire, uma ONG de Pernambuco. Também fazemos parte da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*, e estamos na coordenação da CRIS/Brasil; para quem não sabe, é uma campanha internacional pelo direito à comunicação. Também faço parte da Intervozes, que é um coletivo de comunicadores. Tenho 9 perguntas para fazer, mas vou restringir-me a algumas.

Prof. Murilo, qual a sua concepção de direito de comunicação? Ele está fundado no tripé da liberdade de expressão, do direito à informação e do direito a produzir a informação? Esses 3 fatores estão na concepção do direito à informação? Como V.Sa. analisa essa abertura que o Governo afirma que vai existir para discutir a Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa? Uma outra pergunta diz respeito ao sistema público: na sua concepção, esse sistema público regeria os sistemas privado e estatal? E, além da reformulação dos Conselhos, haveria fundos de apoio a comunidades como, por exemplo, as indígenas e as quilombolas, para produzir informação?

E uma pergunta dirigida ao Sr. Eugênio: V.Sa. acredita que existe no Brasil liberdade de expressão? É possível, com esse modelo neoliberal, exercer o direito à comunicação?

A última indagação é para Romão: como o Ministério da Justiça trabalha com a questão da etnia? Por exemplo, esses estereótipos em relação à questão indígena, no sentido de que há índio puro, índio misturado — refiro-me a essas informações dadas pela mídia, à falta de informação sobre a questão étnica e racial no Brasil —, como os senhores estão trabalhando com isso? E, quanto à mercantilização do corpo da mulher, como está esse debate?

Obrigada.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Orlando Fantazzini) - Obrigado, Rosário.

**O SR. ALESSANDERWILCKSON CABRAL SALES** - Meu nome é Alessander. Sou Procurador da República no Estado do Ceará. Quero fazer uma indagação ao representante do Ministério da Justiça sobre classificação indicativa. No Estado do Ceará tivemos um embate judicial recente em relação a esse tema.

Há algo na televisão brasileira que todos devem conhecer e que suscita muitos questionamentos. Refiro-me aos chamados programas policiais, que existem em âmbito nacional, mas também são difundidos em âmbito local. No Ceará, a programação policial é feita sem qualquer medida. Decidimos então não entrar na discussão do controle da qualidade do programa; em vez disso, resolvemos gravar 3 programas durante cerca de 1 mês e encaminhar as fitas ao Ministério da Justiça, para que, por meio da respectiva diretoria, classificasse esses programas. Não queríamos entrar em nenhuma discussão acerca de controle, conteúdo, sensor etc. Isso ocorreu com a diretoria anterior. E o Ministério da Justiça fez a classificação desses programas, que são exibidos entre 11h30min e 13h, ou seja, no horário do almoço, e simplesmente mostram corpos mutilados e cadáveres, sem falar na indignidade a que são submetidos alguns presos, que ficam expostos ao escárnio — tudo isso com a conivência do aparato estatal policial.

A classificação do diretor responsável àquela época foi feita da seguinte forma: esses programas só poderiam ser exibidos a partir das 22h. Isso foi repassado para o Ministério Público, que ingressou com uma ação solicitando à Justiça Federal que fizesse com que aquela indicação fosse obrigatória, determinando que aqueles programas só passassem com aquele conteúdo a partir das 22h. A Justiça Federal deferiu então a ordem liminar. No entanto, a diretora de classificação, sem uma demanda do Ministério Público, mas aproveitando-

se da situação — penso que corretamente —, resolveu também classificar os programas que eram exibidos em âmbito nacional. A partir daí veio a pressão das emissoras em âmbito nacional, porque se fez a classificação também para esses mesmos horários. Sabemos que esses programas são exibidos no período da tarde e começo da noite. A partir dessa classificação, com base na portaria anterior, as emissoras fizeram pressão e a consequência foi absolutamente inusitada: o diretor foi afastado das funções e a respectiva portaria foi revogada, o que deu ensejo à formulação de novos parâmetros, aos quais estou tendo contato agora, com a sua exposição.

Esses novos parâmetros também chamaram minha atenção. São fundados em conceitos normativos indeterminados, pela minha avaliação, e dão ensejo a atuação subjetiva, mesmo que sob a perspectiva democrática, inclusive com ampla defesa, contraditório, ou seja, num procedimento de classificação que vai fazer com que esses programas continuem sendo exibidos até que outros profissionais, de outras áreas, venham para este grande debate e a sociedade passe a interagir, para que se chegue a uma conclusão.

O resultado é o seguinte: a partir do momento em que a portaria anterior foi revogada, o juiz resolveu que aquela classificação do Ministério da Justiça não valia. É preciso fazer uma nova classificação. E os programas continuam a ser exibidos na mesma perspectiva. Ou seja, não tivemos nenhum ganho de classificação.

Minha pergunta é a seguinte: qual seria o caminho correto: partir para uma nova provocação do Ministério da Justiça para que, com base no novo modelo, construa para esse tipo de programação uma nova indicação? Seria essa a perspectiva de atuação do Ministério Público? E aguardaríamos essa indicação, que seria formulada após o transcurso de todo esse procedimento administrativo, com contraditório, ampla defesa, amplo debate com a sociedade? Enquanto isso, os programas continuam com a mesma apresentação, no mesmo horário, para o mesmo público, com o mesmo apelo comercial e com difusão desenfreada da violência. E a sociedade, que gosta de vê-los, vai cobrar do Ministério Público uma atuação judicial mais efetiva?

A situação está totalmente fora de controle. Indago: o que fazer?

**O SR. FRANCISCO PEREIRA** - Meu nome é Francisco Pereira. Como todo Francisco, chamam-me de Chico. Sou diretor do Sindicato dos Radialistas e ex-membro do Conselho de Comunicação Social. Ontem a colega de Pernambuco referiu-se a esse Conselho.

Sempre que falamos do problema da programação, visualizamos a questão da produção independente. Eu também defendo a produção independente. Mas ela significará necessariamente uma boa programação? Os independentes, quando produzem, são realmente independentes. Qual a limitação dessa independência? É a indagação que faço. Não estou dirigindo a pergunta a uma pessoa determinada. Quem tiver oportunidade e achar que deva pode me responder.

Conforme foi dito ontem pela companheira de Pernambuco, quando falou do Conselho de Comunicação Social, uma pessoa dirige uma emissora por 30 ou 40 anos e hoje representa naquele órgão a sociedade civil; como se explica isso? Nessa interação entre Legislativo e Judiciário, deveríamos ter algum tipo de vigilância sobre o que seja a representação sociedade civil. Em tese, todo o mundo é representante da sociedade civil e reivindica-se como tal. Mas uma determinada pessoa, no mandato anterior, representava um segmento de empresa, e agora esse mesmo cidadão — não vou citar nomes — permanece lá como representante da sociedade civil. Todos os senhores aqui são leitores ativos e devem ter conhecimento dos fatos; então, reservo-me o direito de não citar nomes, mas a situação é cristalina. O presidente do Conselho, há cerca de 30 anos — não sei ao certo há quanto tempo —, era diretor da *TV Manchete*. Hoje esse cidadão preside o Conselho. Todos devem saber que o presidente tem de ser representante da sociedade civil. Como isso ocorre?

Para concluir, lamento que nem a RADIOBRÁS, nem a *TV Câmara*, nem a *TV Senado* estejam aqui transmitindo este belíssimo debate. Nas próximas oportunidades, lembremo-nos dessa parceria. Certamente o fato passou despercebido. Não faço qualquer crítica, e sim um alerta, porque nunca vamos ver um debate como este na *Globo* 40 anos. (*Risos.*)

Obrigado.

**O SR. DOMINGOS**- Para nós que tentamos desenvolver algum controle sobre os programas num País tão desigual, em que a mídia está absolutamente concentrada, esta é uma manhã muito feliz, porque temos a oportunidade de encontrar pessoas que refletem perspectivas diferentes em relação ao mesmo tema. Podemos perceber — sobretudo nós, do Ministério Público — que não estamos sós.

Eugênio Bucci, venho estudando bastante, há muito tempo, o que você escreve — porque também pesquiso nessa área — e acho que deve estar sofrendo um pouco, assim como muitos de nós, com este Governo, com as políticas, com a desesperança que está sendo semeada. Tentamos resistir a tudo isso alimentando a alma aqui e ali com algumas coisas. E pergunto-lhe com muita



franqueza: você tem alguma esperança de que o Governo Federal tome alguma iniciativa? Talvez a pergunta mais adequada seja: que iniciativas o Governo está tomando para elaborar uma política pública em relação à mídia, sobretudo à mídia eletrônica? Não deve ficar preso somente à TV digital, que é uma política obrigatória que se injeta, porque é uma nova tecnologia que entra. O que está sendo produzido? Sei que é pedir demais, mas não conseguimos, na organização do evento, trazer ninguém do Ministério das Comunicações. Então, sobrou para você mesmo, dado o seu compromisso com o debate e com a vida nessa área.

E faço uma observação: há na Mesa um homem pequenino no tamanho, mas que tem sido, nessa luta dentro do Estado, um Davi lutando contra Golias. Refiro-me a Romão, que sem dúvida alguma está fazendo um trabalho extraordinário. Não sei onde consegue apoio político para se sustentar. Nós no Ministério Público temos mantido uma forte relação no grupo de trabalho com o objetivo de construir critérios para que a classificação indicativa, dentro dessa tarefa que é do concessionário do Poder Público, tenha critérios e elementos. Deve ser um instrumento para a sociedade começar timidamente a construir estandartes de qualidade, padrões de forma de utilização democrática da mídia eletrônica.

Então, não tenho nenhuma pergunta a fazer a Romão, mas não poderia deixar de destacar que neste deserto ele ainda nos traz um pouco de esperança de que é possível construir algo.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Orlando Fantazzini) - Vou ter de me retirar, e por isso pedirei à Dra. Ella que assuma a Presidência dos trabalhos, mas não posso sair daqui sem fazer um rápido comentário: ouvi dizerem muitas vezes na Mesa que a baixaria é uma questão subjetiva, que nos inclinamos muito para o lado da moral; ora, desde o início tivemos a preocupação de, primeiramente, apropriarmos-nos de um tema popular. Constatamos que até hoje as TVs são propriedade privada; portanto, seus proprietários têm o direito de fazer o que bem entenderem, e quem não estiver satisfeito que não assista aos programas. Então, apropriamo-nos do termo “baixaria”, mas tivemos o cuidado de definir o que seja baixaria para a campanha. E é algo objetivo, do nosso ponto de vista: a violação dos direitos humanos, que estão consagrados na Constituição Federal, nas convenções internacionais, na legislação ordinária e assim por diante.

As senhoras do Rio de Janeiro coletaram mais de 400 mil assinaturas e queriam colocar seu manifesto no nosso *site* porque consideravam uma aberração mulher beijar mulher. E nós dissemos: *“Lamentamos, mas nós defende-*

*mos inclusive o direito da opção sexual, e não vamos aceitar esse tipo de conduta”.* Então, para nós, a campanha não tem essa conotação do moralismo, muito pelo contrário; seu sentido é de defesa mesmo dos direitos de todos os setores da sociedade. Quero frisar esse aspecto.

Por outro lado, a campanha também cumpre o papel de desmistificar a questão das concessões públicas, de que a população também não tem conhecimento. Murilo, temos certeza de que sem pressão de fora para dentro o Congresso Nacional não mudará nada. Ou nós conseguimos envolver a sociedade no sentido de que faça a pressão para que tenhamos uma regulamentação e possamos democratizar os meios de comunicação ou vamos assistir ao aumento do número de concessões públicas para Senadores e Deputados. É óbvio que esses senhores proprietários dessas concessões não vão querer sequer cogitar que haja qualquer mudança na legislação, porque do jeito que está eles estão indo muito bem, obrigado. Então, não poderia deixar de prestar esse esclarecimento.

A Mesa vê, inclusive, outra alternativa além da discussão do controle da qualidade, do conteúdo. Refiro-me à forma como é prestada a informação. Por exemplo, pode-se informar à sociedade que um policial militar cometeu suicídio às portas do Palácio dos Bandeirantes em São Paulo, mas não é preciso ficar exibindo por 1 hora a cena do policial com a arma apontada para a cabeça até que ele a dispare. Há diversos modos de prestar a informação. Entendemos que esse enfoque é pernicioso, que atenta contra os direitos humanos, que afronta a Constituição, que desrespeita a sociedade. É essa a perspectiva.

E a pergunta é: hoje temos condições, temos força suficiente para fazer as alterações na legislação, para criar um marco regulatório para os meios de comunicação ou vamos precisar de fato de um amplo respaldo da sociedade para que esta Casa possa conscientizar-se de que a sociedade está cansada e de que queremos de fato liberdade de expressão? Não só liberdade de expressão para os proprietários, para os concessionários, mas para toda a sociedade.

Rosário falou sobre a questão indígena. Na televisão, o índio é vendido como um vagabundo, um indivíduo que não gosta de trabalhar. E como fica a classificação etária? Adianta dizer que esse programa pode ser exibido até às 21h, se ele está afrontando a dignidade de um conjunto? Basta classificar somente, ou temos que ir além da classificação? Quer dizer, podem ser violados os direitos humanos após às 21h? Antes, não, mas depois podem? Como podemos avançar nesse contexto?

Peço desculpas a todos, mas não vou poder ficar para ouvir as respostas, mas tomarei conhecimento delas *a posteriori*.

Convido a Dra. Ella Wiecko a assumir a presidência dos trabalhos.

**A SRA. COORDENADORA** (Ella Wiecko Volkmer de Castilho) - Duas pessoas querem fazer perguntas. Diante do adiantado da hora, vou receber apenas essas duas inscrições. Depois passarei à rodada de mesa. Quem são essas duas pessoas? (*Pausa.*) Bem, então são 3 pessoas.

**(Não identificada)** - Sou estudante de Comunicação da UnB. Minha pergunta é dirigida a Romão. Não conheço o trabalho que faz, como o procurador disse conhecer, mas a partir do que expôs sobre o trabalho de classificação realizado, gostaria de saber qual o grau de sua eficácia, porque não consigo entender que haja uma classificação, baseada na violência, na expressão de sexo em excesso, que permita a exibição na TV de filmes violentos como os de Van Damme às 14h do domingo. Por isso eu gostaria de saber a eficácia dessa classificação, já que esse tipo de filme continua sendo exibido na TV nesse horário.

**A SRA. COORDENADORA** (Ella Wiecko Volkmer de Castilho) - Muito obrigada.

Com a palavra o segundo inscrito.

**(Não identificado)** - Tenho muitos anos de janela, nessa brincadeira de ficar assistindo a seminários, mas a um painel com tanta densidade e brilhantismo é muito raro assistirmos. Quero parabenizar a Procuradoria e a Comissão de Direitos Humanos pela realização deste painel. Tenho muito a dizer, mas não há tempo. Enfim, fiquei muito feliz com este debate.

A pesquisa que Edgard fez é muito interessante. Vai, talvez, um pouco na contramão do que o Prof. Mancuso disse ontem. O professor disse que já existe norma suficiente, mas, pelo que mostrou Edgard, não existe. Por exemplo, considero o ECA o núcleo dessa classificação e de tudo que se disse aqui. O mais importante é fazer com que se respeite o ECA. Outros estatutos também, mas o ECA é o que está mais consolidado. Não temos nada daquilo que Edgard descobriu, por exemplo, na legislação européia. E ele não foi muito longe, chegou só até o Canadá. Imagino que haja muito mais por aí. Gostaria de saber como os senhores vêem isso. É algo que temos de lutar para que seja auto-regulamentado ou vale a pena fazer um projeto de lei que garanta tudo isso? Ou vamos ficar no casuísmo ou no direito canônico, na vigência de um novo Papa, que foi o chefe da Sagrada Congregação da Fé?

**O SR. ADILSON ZANATTA** - Bom dia. Meu nome é Adilson, sou assessor da bancada federal do Partido dos Trabalhadores e comecei a acompanhar esta semana o projeto de lei do Deputado Orlando Fantazzini. Teremos grandes embates, e de fato fiquei um pouco preocupado com a própria concep-

ção do projeto, que na minha opinião não reflete o nível dos debates. Parece-me que o projeto tem algumas questões de ordem formal que atingem o mérito e podem contribuir para uma opinião da ANCINAV. Estou inserindo-me agora nesse debate; no entanto, tenho acompanhado, como bom brasileiro, a discussão sobre a baixaria na televisão e a questão da regulação, que acho seríssima.

Quero fazer apenas duas ponderações, uma delas para a Prof<sup>a</sup>. Lena: como observador, essa sensação de cisão já me havia sido passada. Como se situa isso no que diz respeito às televisões aberta e fechada? Parece-me que a televisão fechada tem outro espaço, um espaço elitizado, que também contém muita baixaria, mas parece que aí há uma tolerância.

A outra ponderação é dirigida a Eugênio. Não é bem uma ponderação, mas uma provocação. Não sei se você é responsável por isso. Na Bahia, outro dia uma entidade da qual faço parte ganhou uma ação contra a Igreja Universal pelo uso das imagens da mãe de santo de forma ofensiva. Estamos num Estado secular, mas mesmo assim ainda percebemos que não apenas as concessões usam a televisão de forma messiânica; parece-me também que a TV pública brasileira abre espaço. É claro, somos um País de maioria católica, mas temos outras religiões. Já ouvi um questionamento nesse sentido. A questão é a seguinte: quando do debate sobre a BBC de Londres na guerra do Iraque, li um pouco e descobri que lá eles têm um outro modelo de TV pública. Ou seja, lá a TV é mais do que estatal, é pública. Há a participação da sociedade no conteúdo da TV.

Eram as questões que gostaria de pontuar, e agora gostaria de ouvir a Mesa. Muito obrigado.

**A SRA. COORDENADORA** (Ella Wiecko Volkmer de Castilho) - Temos um limite de horário. Agora são 12h30min; às 13h teremos que finalizar esta Mesa. São várias as questões a serem apresentadas. Naturalmente, cada um dos nossos painelistas não vai conseguir responder no tempo que gostaria. Proponho que cada um responda em mais ou menos 5 minutos. Eu estava pensando em começar pela mesma ordem da apresentação.

Com a palavra o Prof. José Rebouças.

**O SR. JOSÉ EDGARD REBOUÇAS**- Achei muito interessante as falas de todos os participantes, além das da Mesa, que foram muito ricas. Este seminário foi coroadado, pelo menos na parte da manhã, com uma boa interação entre o público e a Mesa. Os assuntos levantados dariam um outro seminário, que culminaria num volume muito grande de análise.

Vou deter-me em duas questões básicas, uma de Zanatta, que acho que é o ponto principal, já que estamos neste seminário junto com os Procuradores e

na Casa dos legisladores; então, somos tomadores de decisão e também aqueles que ficam procurando se as decisões estão sendo cumpridas ou não. Sempre digo que os Procuradores têm que começar a encontrar mais do que procurar, e acredito que aqui poderemos dar algumas pistas para isso. Quanto à pergunta de Zanatta, se a saída seria a auto-regulamentação ou uma legislação específica, quero dizer que a auto-regulamentação, como o nome já diz, defende o interesse privado de quem está auto-regulamentando-se. No caso da publicidade, no caso da televisão, auto-regular, em se tratando de interesse privado, vai totalmente contra o que é o princípio da televisão de interesse público. Então, não haveria nada de regulamentação com interesse público. Continuaría prevalecendo o interesse privado.

Trazer para nossa Casa de leis a regulamentação disso leva-nos a um outro problema, porque, como lembrou o Deputado Fantazzini, não vi ainda os números do DIAP desta atual Legislatura, mas na Legislatura passada 21% dos Parlamentares das duas Casas eram proprietários de emissoras de rádio e televisão. Esse percentual é muito grande. Lembro-me de que, na época da votação do art. 222, só um Deputado se declarou impedido de votar. Foi um Deputado do interior do Paraná, dono de uma rádio. Ele disse publicamente que não manifestaria seu voto porque era parte interessada. E os outros? Na época quase 100 Parlamentares eram ligados a essa área.

Regular algo que não tem a participação da sociedade é muito complicado. Se não tivermos uma proposta muito bem fundamentada do que queremos para a televisão, para o rádio e para a mídia em geral, vamos acabar incorrendo no mesmo equívoco da ANCINAV. Nossa proposta vai morrer no nascedouro. Essa proposta tem de trazer para o nosso lado — são pessoas sempre bem-intencionadas — a sociedade civil organizada, nossa sociedade civil como um todo. O representante da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social, que não é da sociedade civil coisa alguma — o presidente tampouco —, acabou de lançar um livro enaltecendo Roberto Marinho. Então, trazer para o nosso lado essa sociedade civil que é uma maioria silenciosa, como lembrava Pereira, que assiste televisão, mas não discute a televisão.

Tínhamos de abrir esse debate na *TV Câmara* ou na *RADIOBRÁS*, começar a ocupar os meios de comunicação, chamar a sociedade para a campanha contra a baixaria, começar a colocar a voz do cidadão e a participação da sociedade para fazermos um *lobby* preventivo. E se queremos chegar a uma proposta de regulamentação e queremos que a sociedade possa comentar os meios de comunicação da mesma forma como comenta o capítulo da novela

de ontem, sabendo que as emissoras são concessões públicas, que essas concessões são renovadas e têm que prestar relatórios ao Governo — em princípio, ninguém sabe disso — então, vamos prestar esses esclarecimentos à sociedade. Só que esse é um trabalho longo. Se sairmos com uma proposta de regulamentação imediata, correremos o risco de ver engavetadas nossas pretensões muito rapidamente. Como não estamos pensando somente na sociedade de hoje, mas também na do futuro — e toda legislação, pelo menos do pouco que entendo do Direito, é pensada no sentido de que dure o máximo de tempo possível —, que comecemos a realizar as ações, e que cada um de nós se torne um multiplicador do debate com a sociedade, que todos possam falar de televisão, para que haja efetiva regulação social, e não simplesmente uma regulação social maquiada de especialistas ou de legisladores.

São esses os pontos que eu queria destacar: se a regulamentação nascida nesta Casa de leis é realmente representativa para esse ponto específico, já que boa parte delas é também composta de radiodifusores, e se não nos estamos colocando na posição de achar que só nós temos conhecimento porque estudamos mais sobre isso. Por que a sociedade, que é tão participativa e que passa boa parte da sua vida em frente à televisão, também não pode participar desse processo, em vez de ficar só como espectadora?

Essa é a minha proposta.

**O SR. MURILO RAMOS-** Este ano, além dos 40 anos da *Globo*, comemora-se o transcurso dos 25 anos do Informe *Mac Bride*, aquele rica discussão dos anos 60 e 70. Naquela época, houve uma grande, belíssima e produtiva — e até hoje atual — discussão sobre a comunicação, que tinha 3 eixos fundamentais: uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, políticas nacionais de comunicação e direito à comunicação.

Por que é importante o direito à comunicação, que vocês defendem na campanha *Communication Rights on the Information Society* — CRIS? Porque o liberalismo burguês se apropriou, no tempo, da idéia de liberdade de expressão. Ele outorgou essa liberdade às empresas de comunicação, à comunicação comercial, particularmente iniciando pelo mais notório jornal americano. É como se o telejornal por si tivesse mandato para falar por nós todos. Quando se fala em direito à comunicação, está-se horizontalizando a relação, e não é à toa que a discussão da UNESCO morreu quando Reagan e Thatcher assumiram e veio a hegemonia neoliberal; eles mataram essa discussão porque sabiam que ela tinha um potencial transformador muito grande. A idéia de sair da liberdade de ser informado para a liberdade de informar também, esse é o vigor teóri-

co do conceito de direito à comunicação, e ele tem de ser perseguido. Quando da discussão da Constituição de 1988, tentamos inserir isso e tivemos mais uma derrota, porque os empresários sabiam que aquilo ia representar uma mudança de eixo, abrindo mais canais, mais possibilidades.

O sistema público tem uma chance de qualificar melhor minha crítica. E aí, rapidamente, vou lembrar — e Eugênio sabe que não foi pessoal — que alguns anos atrás tivemos um Governo petista em Brasília. Emília e Chico estão presentes e vão lembrar-se disso. Fiz parte de uma comissão da *Rádio Cultura*. Nós íamos “publicizar” a *Rádio Cultura*. Ela tinha um slogan: *Uma emissora do Governo do Distrito Federal*. Participamos de várias reuniões, e um dia um dos colegas da comissão telefonou-me e disse: “Murilo, você já ouviu? Ligue o rádio na Cultura. Eles têm um slogan novo.” E ouvi lá: “Uma emissora do Governo do Distrito Federal”. Não sei se ainda é esse o slogan. Não deve ser. O que ocorreu? Essa é a questão. Nem o Governo do PT em Brasília teve a coragem de abrir mão da *Rádio Cultura*. Dentro do Governo, havia aqueles que diziam: “Temos que ter a nossa rádio para combater a do Roriz. Roberto Marinho está aí.” Não tiveram coragem de abrir mão, de mudar a natureza jurídica da *Rádio Cultura*. E aí pode-se perder a eleição e no dia seguinte haver o desmonte de tudo.

Lembro-me do meu querido amigo, o professor de Direito José Geraldo de Souza Júnior. Ele tinha um belo programa na rádio. Um dia telefonou-me e disse: “Murilo, foi tudo para o espaço”. Esse é o risco. Hoje temos Eugênio Bucci na presidência da RADIOBRÁS. Hoje dispensamos qualificativos, e a fala dele mostrou claramente quem é Eugênio Bucci. Amanhã podemos não ter mais Eugênio Bucci na RADIOBRÁS. E aí?

Essa é a coragem que eu queria ver o Governo ter, a de iniciar esse processo, que é longo, difícil, complicado, e exige não só vontade como também dinheiro, financiamento. Há vários problemas, mas em algum momento é preciso começar esse processo.

Li a pergunta de Adilson. Tenho em mãos alguns anexos sobre os quais não pude falar, mas recomendo a você, que está trabalhando com isso na Assessoria Legislativa, que olhe a consulta pública da BBC, a nova Carta Real da BBC. Se quiser, passo-lhe as referências. E leia o livro de Laurindo Lalo Leal Filho, intitulado *A Melhor TV do Mundo*. Tirando o título, que é um pouco abusivo — e Lalo sabe disso; aliás, ele poderia estar aqui conosco, falando dessas questões todas —, entendo que a BBC ainda é a melhor referência para tentarmos pensar uma TV de serviço público, guardadas as devidas proporções.



Acho extremamente importante fazer essa verificação, tendo em vista que há uma consulta em andamento. Estão renovando a carta real da BBC, de 2006 a 2017, para 10 anos. É a renovação que se faz periodicamente. Essa é a reposta que tenho para a questão do sistema público. Em algum momento há que se enfrentar essa questão.

Quanto à indagação ainda da Sra. Rosário, de como vejo a Lei Geral, outro dia, numa primeira conversa com uma autoridade de médio escalão, mas muito ativa no Governo, ouvi aquele “quem sabe, quem sabe, mas não para já, eu vou ter que acreditar num segundo mandato”...

Notei que há boas intenções, a lei é necessária, é fundamental, evidentemente, mas até a pessoa com que conversei, embora não tenha afirmado, deixou claro: temos a missão, temos a responsabilidade, vamos precisar de apoio, de participação, porém não há um *timetable*, não há um cronograma.

Agora, vou responder às perguntas do Chico, que formulou questões fundamentais. Esta é a minha grande preocupação teórica neste momento: como rever o conceito de sociedade civil, como rever o conceito de ONG, de terceiro setor. Por isso fui retomar um autor que sempre prezei — e vou fazer de novo o comercial do recém-lançado livro, que está aqui — para trabalhar esse conceito de sociedade civil em grande, tal como interpretado pelo grande Norberto Bobbio, com a idéia de aparelho privado de hegemonia.

Criou-se a idéia de ONG, terceiro setor, comunitário, sociedade civil, é tudo bom, só que existem imensas contradições em todo esse processo. Por isso temos que qualificar esse debate. Por isso que o Arnaldo Niskier — vou dizer o nome — é o presidente do Conselho de Comunicação hoje, e o Roberto Wagner voltou para o Conselho na qualidade de membro da sociedade civil, quando ele representava o empresariado. Isso também é culpa nossa, porque não adianta colocar apenas o organizado, com aquela desculpa, somos colegas e tal... Não adianta inventar para depois ter que fazer uma autocrítica. Por isso é que aqui, hoje, fico estudando, lendo, forçando, e aí se cria a idéia de que esse lado é bom e a mesma coisa é o terceiro setor.

Então, despolitiza, desideologiza, é parte da onda neoliberal, é parte da onda do pensamento único. De repente, fica tudo igual. Temos que voltar a fazer polarizações. Claro, é uma missão acadêmica, mas tem que ter reflexos na política. Aí, por exemplo, o que vem ocorrendo na macroeconomia brasileira desilude. Não tem como. A economista petista Leda Maria Paulani, conceituada em economia política, tem um conceito chamado TINA — *There is No Alternative*. Ela diz assim: *There is* — há. Há, sim, outras alternativas que po-

dem ser buscadas. Então, que se assuma que a alternativa que está sendo buscada é específica, mas não se diga que não há alternativas, porque há alternativas, sim. Economia não se gera apenas de uma maneira. Portanto, não posso aceitar alguns discursos oficiais da área macroeconômica de que estamos fazendo isso. Mas é isso que tem de ser feito. Estou cansado de ouvir isso todo dia.

Como se vê, essa discussão em torno da sociedade civil... O que aconteceu é reflexo daquilo que politicamente vínhamos falando, isto é, de a gente de repente colocar tudo no mesmo campo e, na realidade, o campo não ser esse.

**A SRA. COORDENADORA** (Ella Wiecko Volkmer de Castilho) - Agradeço a V.Sa. por ter ficado circunscrito ao horário. Obrigada.

Com a palavra o Dr. Romão.

**O SR. JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO** - Como o tempo é curto, eu vou pedir a todos que acessem o site do Ministério da Justiça [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br), porque lá temos *links* de classificação, alguns detalhamentos do que temos feito por aqui e parte dessas discussões que conseguimos reproduzir nessa página.

Quero fazer menção à existência de um grupo de trabalho, com prazo de 120 dias para concluir esse processo. Após a conclusão desses trabalhos, vai-se dar início a um processo de consulta pública, processo esse que está sendo articulado para que se tenha certas situações em determinadas cidades, como Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, locais onde já existe algum movimento, para que possamos discutir mais profundamente cada uma das questões aqui levantadas, e até mesmo aquelas que não foram debatidas, que a Rosário não pôde enumerar. Há uma série de questões que eu gostaria de tratar aqui, mas no processo de consulta pública, certamente, poderei ouvi-la, além de receber novas contribuições e debatê-las com vocês. Vou tentar me referir aqui ao que foi levantado.

Quanto ao tema da mercantilização do corpo da mulher, dentre outros de relevância para a efetividade dos direitos humanos ou para a responsabilização de quem os considera, temos atuado da seguinte forma: quando disse que é uma abertura de procedimento, demandamos alguns conselhos específicos, como, por exemplo, em relação à FUNAI, ou seja, que ela elencasse um conjunto de temas relevantes para compreensão do índio. Não significa que a FUNAI vai determinar tudo, ela será a parceira com quem naturalmente deveremos manter contato.

Ao Conselho da Mulher solicitamos, na Secretaria Especial da Mulher, a pauta de políticas e direitos que ocupam as discussões nesse âmbito. Do mesmo modo, o CONANDA — e aqui temos um representante desse Conselho —

foi acionado por nós para que participasse, num primeiro momento, das discussões sobre classificação indicativa, ou de conteúdo, analisada nesse processo, e dissesse o que deve chamar a atenção dos analistas quando tratarmos de temas relativos a crianças e adolescentes.

Com isso, possibilitamos a um grupo amplo de pessoas opinarem — e um jornalista da *Rádio Câmara* me indagou a respeito disso. Mas quem determina essa classificação? Pessoas como nós, que, pouco provável, receberam informações específicas sobre o tema; aqueles egressos do Curso de Comunicação, orientados pelo professores Murilo Ramos e Luiz Martins, bem como o Prof. Fernando Paulino, que, no IESB, conseguem já produzir opinião e formar esse campo de classificação indicativa. Eles acabam sendo naturalmente atraídos por nós. Entram como estagiários e depois se tornam funcionários do Departamento. Contudo, não há especialização nessa área. Há escassez de literatura. Qualquer um aqui que se dedique a levantar dados sobre o tema verificará que pouco se escreveu sobre classificação, pouco se refletiu, embora ela faça parte do texto constitucional há 17 anos.

Então, essa confusão a que se referiu o Eugênio, com a lucidez que lhe é peculiar, praticamente acabou, pois hoje já existe certa compreensão da censura, que se estabilizou, embora ainda ocupe parte do nosso trabalho — devo responder por ela —, mas quanto à classificação muito pouco se fez.

Enfim, as pessoas que analisam cada situação podem fazê-lo melhor se compreenderem bem, ao entrarem em contato, cada um desses temas e contextos. Nosso esforço, nesse primeiro momento, foi contatar esses atores — movimentos, entidades e conselhos — para que nos oferecessem pautas. Parece um pouco burocrático, mas foi essa a preocupação que tentei estabelecer aqui. Como disse o Murilo, não se sabe se o Eugênio vai estar lá no momento seguinte, como não se sabia do José Geraldo. Aqui não se trata de qualidades pessoais. Tenho tentado junto com a equipe — devo fazer menção a esse grupo de pessoas que hoje se organizam no Ministério da Justiça — constituir procedimentos e processos para que, mesmo não havendo mais essa equipe, quando não mais estivermos lá, esses mecanismos possam ser acionados por decisão judicial, por provocação do Ministério Público e do cidadão. Temos tentado também produzir portarias, avançar na regulamentação por decreto para que tudo isso se estabilize como norma, como direito, como garantias processuais.

Esse era o primeiro ponto que desejava abordar.

Para além dessa relação sobre temas, o que esperamos produzir com a classificação indicativa, como nos sugeriu a Maria Rita Kehl, co-autora do

livro *Os sentidos do trabalho da ideologia*, trabalho fundamental que faço questão de mencionar nesse processo de revisão de classificação pelo Ministério, que se faça com que a classificação não emita apenas uma opinião negativa sobre o conteúdo. Ou seja: “*Este programa não é recomendável para menores de 18 anos*”. Segundo sugestão da Maria Rita Kehl, essa informação deve produzir discussão em casa. Mais adiante, ela sugere, nos cartazes de filmes, que se adicione “*Discuta aborto com seus filhos*”; “*Discuta discriminação sexual...*”, “*Discuta homofobia...*” E é isso que o Ministério da Justiça tem tentado fazer: sair dessa análise bastante limitada, como bem expressou aqui o Deputado Orlando Fantazzini, das pequenas possibilidades da classificação para ir ao encontro de políticas de defesa dos direitos humanos. Por outro lado, ela pode muito pouco: produzir uma informação e sugerir o debate.

É o que temos tentado fazer em comum acordo com alguns movimentos e conselhos, quando acolhemos pautas e produzimos uma informação positiva: “Discuta, sim, a homofobia”, “Discuta, sim, violência doméstica”, “Discuta degradação moral dos jovens de classe média”, tema de filme recente.

Quanto aos programas policiais, é um dos temas que mais ocupam as nossas atividades. Novelas também e programas de variedades, como vocês conhecem.

Outra atividade do Ministério da Justiça, além de classificar, é o monitoramento da exibição dessa classificação e seu cumprimento. Embora não esteja sob nossa competência a responsabilização e a punição de quem infringe a classificação, no monitoramento nós encaminhamos ao Ministério Público e ao Ministério das Comunicações — também por um novo procedimento criado — a informação de que aquele programa infringiu ou descumpriu a classificação do filme para crianças e adolescentes.

Temos conseguido alguns avanços a partir desse processo um tanto quanto — não sei se é o termo correto — metódico, mas é o meu papel, que me foi delegado quando o antigo diretor foi exonerado. Sou professor do Curso de Direito e de algumas disciplinas consideradas meio marginalizadas, como Direito Constitucional I, parte dos Direitos Fundamentais, Introdução ao Estudo do Direito II, Hermenêutica e também Metodologia Científica, até então uma disciplina não só marginalizada mas pouco valorizada. E foi por essa razão que a Dra. Cláudia Chagas, Promotora de Justiça e atual Secretária Nacional de Justiça, me convidou para assumir essa tarefa. Ela, vivenciando essa situação da exoneração do diretor e a fragilidade do trabalho de classificação, porque não havia procedimento, me chamou e disse: “*Romão, acho que*

*você pode colaborar*”. Eu respondi: “Cláudia, não entendo bulhufas de classificação”, e se viessem me perguntar sobre censura eu diria que sou contra.

Mas foi com esse desafio de organizar um procedimento que produza resultados com alguma eficácia e que traga informação com clareza que acabei aceitando essa atribuição que me foi conferida.

Vou exemplificar com um caso mencionado aqui: o *Cidade Alerta*. Claro que naquele momento eu concordava com a grande maioria das pessoas que aquele programa — e foi classificado por um ato do ex-diretor — deveria mesmo ser classificado e com as razões por todos conhecidas, pois se trata de um programa que não só expressa a violência, mas que poderia aqui, com tranquilidade, classificá-lo como de baixaria. Pelo procedimento agora adotado, vou ter de fazer o registro com essa precisão. Não houve sequer uma decisão judicial ou provocação do Ministério Público Federal. Havia, sim, uma petição inicial, mas não vou entrar em detalhes a respeito. A AGU, acho que no Ceará, pede, como faz na administração pública, ao diretor responsável informações, que, por sua vez, numa fragilidade de procedimento, se sente obrigado a classificar, sem que houvesse um processo administrativo, sem que se tivesse garantido sequer a possibilidade de defesa e de contraditório. Aí é muito fácil demolir um ato como esse. E sendo a Cláudia e o Ministro Márcio Thomaz Bastos, o que é que eu faço — e tenho de fazer menção já que adentrei um pouco nessas considerações? Há apoio político? O Ministério da Justiça no Governo anterior — é imprescindível dizer isso — teve 9 Ministros em 8 anos. O Ministério da Justiça sequer era moeda de troca. Sempre convivi com isso. Era um chaveirinho. Troca de Ministério: você pode levar uma camiseta ou o Ministério da Justiça. Era assim. O Ministério da Justiça parecia algo de menor importância. Felizmente, o Ministro Márcio Thomaz Bastos tem conseguido atribuir ao Ministério essa feição técnica, um grupo que se mobiliza para produção técnica. Claro que há ingerências, há relações políticas que nos obrigam a determinadas ações. Mas é essa a característica. E a Cláudia não faz diferente na Secretaria Nacional de Justiça. Tem sua responsabilidade como gestora, mas antes disso ela é Promotora de Justiça e me obriga dessa forma. Talvez esse seja o apoio político que, entre outros, mencionou aqui no final.

Por fim, para deixar bem claro, nessa produção de resultados, faço, mais uma vez, um resgate sobre o *Cidade Alerta*: depois de 2 ou 3 meses de monitoramento — e o nosso monitoramento, em regra, era feito em 15 dias... Respondo ao Fernando Martins, que nos cobrava uma resposta sobre o *Cidade Alerta*, que finalizamos com um procedimento administrativo, nos termos da Lei nº 9.784,

com todos os prazos cumpridos, e encaminhamos para alegações finais. Quando a *Record* recebeu nosso produto, o processo de alegações finais... Desde o dia 8 de abril o *Cidade Alerta* nacional não é exibido. É cedo para comemorar? Acho que sim, bastante cedo. Desde o dia 8 de abril. Foi desde quando o processo, para nós, se concluiu. Foi encaminhado ao Fernando para que ele apresentasse alegações finais. Acho que isso revela um pouco a consistência do trabalho que temos tentado realizar ou a necessidade de um método. Com um método que cumpre prazos, que observa o contraditório, que garante a ampla defesa e que produz argumentos tecnicamente sustentáveis é difícil ficar enrolando. Alguns dizem: “*Mas o programa faz exame de DNA, o programa presta serviços*”. Enfim, foi-se reduzindo e acho que já existe um pouco de eficácia.

No caso dos regionais, há uma preocupação bem grande. O Ministério da Justiça consegue captar o sinal de Brasília. Não deixamos por menos. Aqui há um programa chamado *Barra Pesada*, exibindo informação violenta e contrária à classificação. Entramos recentemente com um pedido de direito de resposta. Conseguimos uma decisão administrativa. Ficamos uma semana veiculando esclarecimentos no *teipe* do programa. E fizemos veicular o vídeo da campanha. Garantimos não só a resposta do Ministério da Justiça, mas em 2 dias o programa teve de veicular os vídeos institucionais produzidos pela *TV Câmara*. Com essa associação, esse procedimento, esse movimento, essa legitimidade, podemos alcançar bons resultados, sim.

Conforme vimos, são várias as questões, mas quero finalizar dizendo algo que muito me agrada. Ontem, o Prof. Mancuso fez menção a Davi e Golias, mas um Davi sem funda, e hoje agradeço a todos os comentários e considerações gentis. Recebo com muita satisfação, porque, quando estudante de Direito, escrevi um artigo sobre pluralismo jurídico — era o tema de uma pesquisa na Universidade e por isso acabei vindo trabalhar com o José Geraldo na UnB —, intitulado *Uma pedra na funda contra o totalitarismo de mercado*, um pouco de alguém que começa na ciência na forma de militância. Mas não creio que a classificação seja uma funda, ou seja sequer um estilingue nesse processo; pode ser uma pedra. Para outros pode ser um instrumento bastante limitado, de pequeno alcance, mas pode colaborar. É este o meu esforço. Por isso, embora agradeça os elogios, eu tenho de reconhecer que não faço nada de novo a não ser prosseguir, sem falsa modéstia, no caminho aberto pelos movimentos, pela campanha, pelo trabalho e atuação dos Procuradores e de inúmeras pessoas que têm produzido discussão sobre o tema.

O que tenho tentado fazer, com autorização e estímulo da Dra. Cláudia, é ir a reboque do que vocês têm feito e, no âmbito administrativo, criar condições para que se estabeleçam patamares sólidos e procedimentos estabilizados. Este é o meu esforço. Se há um pequeno espaço, rapidamente nós procuramos nos articular e ocupá-lo com normas e garantias processuais. Não há outra razão e, por isso mesmo, acolhemos as considerações, agradecendo à Selva, ao Anderson, parte dessa equipe que tenta realizar algo com esforço, como procurei aqui demonstrar.

Esse trabalho consegue ser realizado também graças ao apoio político, à colaboração do Dr. Eugênio, que tem atuado conosco informalmente, com o pouco tempo de que dispõe na RADIOBRÁS. Mesmo assim, divide seu tempo conosco.

Um agradecimento especial também aos Procuradores, que, mesmo criticando algumas ações do Ministério, procuram nos auxiliar com sugestões. Embora nem sempre consigamos os resultados imaginados, saibam todos que temos tentado nos movimentar para colher, senão a totalidade das pretensões, parte delas.

Ainda no Ministério da Justiça, há um debate sobre a publicidade, embora não chegue ao meu departamento. As *majors*, e falamos bastante de emissoras, um conjunto de empresas, aquelas como a *Universal Pictures*, aquelas que veiculam filmes em âmbito internacional, também exercem bastante pressão sobre nós. Na verdade, é monstruosa essa pressão. Esse grupo demanda modificações no Ministério da Justiça no tratamento dos textos. São peças publicitárias. O que fizemos? Com essa relação, encaminhei à Secretaria de Direito Econômico, porque imaginava que poderia caracterizar publicidade enganosa ou publicidade abusiva, e é esse o tratamento que temos dado, sempre em conexão com outros textos. Embora não consiga disciplinar os termos referentes a adolescentes, essa comunicação parece profícua e produtiva e pode minimizar o impacto do que chamamos de baixaria, a baixa qualidade.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. EUGÊNIO BUCCI** - Rosário tinha 9 perguntas. Só tenho uma resposta. Fiquei pensando em como conseguiria responder. Falarei muito rapidamente.

Sou absolutamente contra programas religiosos em emissoras públicas. Estamos mudando algumas coisas para transformar esses programas em — a palavra não é boa — ecumênicos. Isso não acontece apenas na RADIOBRÁS nem nas emissoras públicas. Emissoras particulares também têm essa peculiaridade e, como já foi dito aqui, mas não nos lembramos, cumprem uma função pública, exercem um serviço público.



Um dos graves problemas em que não tocamos é a perigosíssima associação — a meu ver, indevida — entre Igrejas e meios de comunicação.

Estamos avançando nisso, convivemos com isso em algumas emissoras da RADIOBRÁS, porque queremos consolidar junto com os setores que fazem esses programas a idéia de que haverá um ganho para o cidadão e mesmo para a espiritualidade, em âmbito mais universal, se transformarmos esses programas de uma Igreja específica em programas compartilhados. Estamos caminhando devagar, mas isso está acontecendo. Já ocorreram mudanças.

Acho que o Chico tocou num problema fundamental, e o Sr. Murilo respondeu. Associo-me à resposta dele. Queria acrescentar algo sobre os programas sensacionalistas. Aquilo que o Romão disse traz uma solução que tem muito a ver com o Ministério Público: ações *a posteriori*, achar maneiras de fazer com que o programa que veiculou alguma barbaridade — e podem ser várias — reponha as coisas em seus devidos termos no seu próprio espaço, na sua própria programação.

Acredito muito nesse caminho. Há que se buscar coisas como o direito de resposta, não apenas uma ação de esclarecimento. E o direito de resposta deve servir para ações de outros tipos também.

Vou insistir nisto: *a posteriori*. Por quê? O jornalismo tem servido, às vezes, de biombo para práticas antijornalísticas e desinformativas. Sabemos disso. Mas uma democracia não pode impunemente estabelecer restrições à atividade jornalística. É muito difícil estabelecer uma classificação — é uma engenharia complicada, embora seja possível — para um noticiário que tem informação ao vivo.

Vamos pegar um exemplo extremo, o *Jornal Nacional*. É impraticável fazermos uma classificação dele, porque ele perderia seu caráter jornalístico. Teria de esperar por 3 semanas para ir ao ar. É muito complicado estabelecer um método de classificação prévia de um programa jornalístico, mas há possibilidade de ações posteriores à veiculação do programa, que o obriguem a reparar os danos, a corrigir as informações. Um dos capítulos desse livro “*Videologias*” trata do tema.

Foi o Domingos que me perguntou se estou sofrendo? Não sei se estou me esquecendo de algo.

Estou deixando algumas coisas de lado porque acho que já foram esclarecidas. Por exemplo, o Murilo disse que as coisas podem sofrer uma ruptura, uma descontinuidade. Tudo pode voltar a ser como antes, se não mudarmos a

natureza jurídica das instituições. Estou de pleno acordo com isso, quero deixar minha opinião muito clara.

A RADIOBRÁS é uma empresa pública, obrigada a realizar procedimentos públicos, obrigada a ter compromisso com a verdade e seu sustento juridicamente baseado na legislação disponível, que não pode fazer propaganda pessoal de governante — estamos avançando nisso com a legislação disponível. Mas é uma empresa cujo Conselho de Administração é inteiramente nomeado pelo Poder Executivo.

Sou a favor de mudar esse regime. Estamos introduzindo na RADIOBRÁS a figura de um observador a ser eleito pelos funcionários no Conselho de Administração, sem modificar a legislação vigente. Isso já foi aprovado no Conselho de Administração, mas é preciso ir adiante. E acho que aí precisamos caminhar.

Estamos estabelecendo no norte do País, na região do Alto Solimões, um regime de 9 emissoras de rádio — uma delas já existe, já é nossa —, que vão ser administradas por um fórum intermunicipal regional, com representação da sociedade. É uma experiência inédita e muito inovadora, que se traduz no seguinte: uma estrutura pública, que funciona em parceria entre o Ministério, a RADIOBRÁS, o Governo do Estado e a comunidade local, com gestão comunitária. É uma experiência muito interessante, que está começando agora no Alto Solimões.

O senhor fez uma pergunta, e preciso responder-lhe se estou sofrendo. O que me faz sofrer? Eu conto cada minuto e cada dia que estou aqui e cada minuto e cada dia que falta para acabar este Governo. E fico muito aflito. Mas o que me faz sofrer não são as veleidades do tipo: queria deixar minha marca na gestão, ter feito isso, uma aspiração autoral. Isso eu não tenho. O que consegui fazer, ótimo. Estamos tentando. Mas o que me faz sofrer — e me sinto responsável por isso — é o contingente de pessoas que não têm acesso à informação no Brasil.

Estou de pleno acordo com o conceito de direito à comunicação, que está, aliás, nas primeiras manifestações de direitos humanos. Desde o século XVIII o direito à comunicação aparece. Estou de acordo com ele. Mas eu, na condição de integrante e dirigente de uma empresa pública destinada a informar o público, fico particularmente tocado com o gigantesco contingente de pessoas que não têm acesso à informação. Não estou nem falando no direito à comunicação.

Falo de gente que não sabe o que está acontecendo porque mora em regiões em que o complexo empresarial destinado a promover a informação não faz reportagens, não tem interesse em veicular certo tipo de informação. Então, convivemos em nosso País com enormes bolsões de pessoas condenadas à desinformação. E informação é um direito fundamental, assim como educação.

Mas no Brasil não aprendemos a pensar assim. Convivemos normalmente com a idéia de que informação é uma mercadoria que se compra na banca ou se pega na televisão, quando dá, e não um direito fundamental, como saúde e educação.

Para mim, informação é um direito desse teor. Então, sofro do mesmo jeito, da mesma forma que sofreria se fosse responsável por um hospital público com gente morrendo na porta. Isso é o que vejo todo dia. Há um prejuízo gravíssimo para o funcionamento da democracia porque as pessoas não têm acesso à informação.

O que podemos fazer para diminuir esses bolsões de desinformação? Podemos fazer uma série de coisas relacionadas à comunicação pública, com a presença, sim, do Poder Público. É nisso que me bato, porque não gosto de deixar as coisas sem respostas. Se tenho esperança? Tenho esperança, sim.

Às vezes me socorro da seguinte idéia: é preciso, acima de tudo, ter esperança no Brasil. Este Governo pode deixar a desejar em várias áreas, e nós — eu — podemos fracassar em várias áreas. Mas tenho esperança nas pessoas deste Governo, esperança em coisas, como vimos aqui que o Romão está fazendo, que parecem pequenas, mas não são. Tenho esperança no Brasil.

Acho que, mesmo que o PT fracasse completamente, o que não acredito que vá acontecer, o Brasil encontrará energia para dar a volta por cima. Nisso eu acredito, nisso eu tenho esperança.

Estou aprendendo a conviver com a idéia de que realizamos algumas coisas e fracassamos em outras. Espero que isso ensine os que virão depois, e vamos andando desse jeito.

Muito obrigado.

**A SRA. HELOÍSA BUARQUE DE ALMEIDA** - Vou falar rapidamente. Quero reforçar a idéia de que, como antropóloga, a questão dos direitos é muito importante na televisão. É grave o fato de termos programas que desrespeitem os direitos humanos, sejam sexistas, preconceituosos em termos raciais, homófobos, preconceituosos contra pessoas portadoras de doenças, índios, religião — a questão religiosa é importante, porque estamos acostumados a ter programas de televisão que atacam de frente a umbanda e o candomblé. Essa também é uma questão importante. Não tenho uma reflexão sobre como combater isso, mas uma reflexão sobre como andamos em terreno espinhoso.

Outra coisa flagrante na televisão é o desrespeito ao direito do consumidor. A quantidade de propagandas enganosas no *merchandising* de programas

femininos diurnos é inacreditável. Fala-se em cogumelos miraculosos, ervas que curam o câncer. A situação é realmente revoltante.

Se ser independente traz uma boa programação? Acho que não necessariamente. O que é definido como qualidade é muito heterogêneo, o que torna difícil respondermos a isso. Mas acho que um pouco mais de heterogeneidade na programação é algo culturalmente interessante para o País. Era essa a idéia que queria trazer.

Quanto à cisão social no País, o problema é muito grande. Pesquisei pessoas de classes populares e depois fui pesquisar os publicitários. Temos uma elite no Brasil voltada para fora, completamente globalizada, mundializada. Ela não se importa com o que acontece aqui, não assiste à TV aberta, ou vê no máximo a novela da *Globo*, para assistir ao seu anúncio.

Acho que temos uma cisão social problemática, e há esforços sociais no sentido de mudar isso, mas uma das graves questões brasileiras ainda é sua desigualdade social.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA**(Ella Wiecko Volkmer de Castilho) - Acho que todos estão saindo daqui muito gratificados. Foi uma Mesa memorável. Acho que ela foi gravada, portanto teremos acesso às notas taquigráficas. Não sei se foi filmada, o que é uma pena.

São 13h10min. O painel que estava previsto para as 14h começará às 14h30min.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

**Seminário: Controle Social da Programação Televisiva****Data: 26/4/2005****Início: 14h03min      Término: 17h23min      Duração: 02h20min****Tempo de gravação: 02h19min****Depoente/convidado - Qualificação**

- ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.
- FÁBIO BASTOS STICA - Representante do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil.
- ORLANDO FANTAZZINI - Deputado Federal.
- RODOLFO CAMARGO MANCUSO - Professor de Direito da Universidade de São Paulo — USP.

**Sumário:****Seminário - Controle Social da Programação Televisiva.****Observações**

- Houve exibição de vídeo

**Transcrição**

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) - Declaro abertos os trabalhos do presente seminário, cujo tema é *Controle social da programação te-*

*levisiva*. Trata-se de uma promoção desta Comissão de Direitos Humanos, em parceria com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Boa tarde a todos.

A realização deste seminário é uma iniciativa da campanha *Quem financia a baixaria é contra a cidadania*, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, coordenada pelo Deputado Orlando Fantazzini.

Nosso seminário tem como objetivo propiciar um espaço de reflexão e debate acerca do papel do Ministério Público na promoção e proteção dos princípios constitucionais relativos à programação televisiva de todos os programas veiculados pelas televisões brasileiras, bem como na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Para iniciar os trabalhos, convidarei os componentes da Mesa.

Convido a compor a Mesa a Sra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, promotora deste seminário juntamente com esta Comissão. (*Palmas.*) Convido o Sr. Fábio Bastos Stica, que aqui representa o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores de Justiça. (*Palmas.*) Convido ainda o Deputado Orlando Fantazzini, coordenador da campanha *Quem financia a baixaria é contra a cidadania*. (*Palmas.*)

Antes de conceder a palavra à Sra. Ela, quero dizer aos senhores e às senhoras que este seminário é mais um passo importantíssimo numa discussão nacional que até há bem pouco tempo muitas pessoas achavam que não teríamos coragem de fazer. É preciso registrar a independência e o compromisso do Deputado Orlando Fantazzini. Os senhores sabem quanto é difícil para Parlamentares, que podem, da noite para o dia, ter seu trabalho desterrado pela ação da mídia, ter coragem de levantar essa bandeira num País em que o Estado e a própria sociedade pouca altivez tiveram em relação à hegemonia imposta pela mídia.

Faço este registro porque o considero fundamental. O Deputado Orlando Fantazzini, ao criar esta campanha, estimulou a organização da sociedade, que tinha uma insatisfação e não sabia como manifestá-la; queria discutir sob uma ótica libertadora, responsável, construtiva, nem passando perto de qualquer iniciativa que pudesse caracterizar censura ou algo parecido; queria debater o conteúdo dos programas televisivos no sentido de proteger as pessoas.

Assistimos permanentemente ao preconceito contra os pobres, os negros, as mulheres, os homossexuais; a um uso e abuso ilimitado dos gestos de violência, sejam físicos, sejam por meio de palavras.

Um debate como este que estamos fazendo num seminário desta natureza, junto com o Ministério Público Federal, que é um parceiro fundamental

e insubstituível nessa campanha, representa um passo adiante. Relembramos que, por ação do Ministério Público, em São Paulo a comunidade negra já foi protegida. Foi retirada do ar, por ação do Ministério Público, a programação que provocava e agredia negros e negras no Estado de São Paulo, no que se refere à opção religiosa deles. No Acre, por conta do fuso horário, foi determinado um rearranjo na grade de programação televisiva, de maneira que os programas inadequados a crianças e jovens sejam exibidos no horário a eles destinado.

Tais ações podem ser consideradas pequenas, mas colocam as coisas no lugar e dão enorme estímulo à organização social, que busca um canal por onde mostrar sua opinião e também transmitir seus anseios por mudanças.

Essas duas medidas tiveram como agente motivador as coordenações locais da campanha, que debateram e identificaram os problemas, e prontamente o Ministério Público agiu.

Cito esses exemplos para reafirmar a importância do evento.

Desejo que realizemos um seminário profícuo, que possamos fazer proposições no sentido de dar esses diversos passos adiante.

Agradeço novamente a todos a presença.

Solicito a presença à Mesa do nosso conferencista de hoje, Sr. Rodolfo Camargo Mancuso, professor de Direito da USP. Por favor, professor, dirija-se à Mesa e fique conosco. Ao final da abertura, concederemos a palavra ao senhor.

Registro ainda a presença do Sr. José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, um dos nossos palestrantes de amanhã. Agradecemos sua presença.

Com a palavra a Sra. Ela Wiecko.

A SRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO - Boa tarde a todos e a todas.

Este evento, conforme dito pela Deputada Iriny, está sendo promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Ele representa o encontro de 2 caminhos que estavam sendo tomados pelo Parlamento e pelo Ministério Público. Pelo Parlamento, por meio da magnífica campanha, coordenada pelo Deputado Orlando Fantazzini, *Quem financia a baixaria é contra a cidadania*; da parte do Ministério Público Federal, por meio de várias ações propostas. Em agosto do ano passado, o Encontro Nacional de Procuradores sobre direito do cidadão nos motivou a eleger como uma das prioridades da nossa atuação como procuradores ligados à cidadania o tema da comunicação social, com os



excessos e abusos perpetrados pelos meios de comunicação contra os direitos da pessoa humana.

No âmbito do Ministério Público Federal, especificamente da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, foi criado um grupo de trabalho, que se tem reunido com regularidade e está formulando uma estratégia que pretende repassar a todos os colegas dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais.

Esses 2 caminhos que estavam sendo trilhados encontraram-se neste evento, que é um passo nesse caminho lento e gradual, porque enfrentamos grandes dificuldades. Encontramos preconceito com relação a limites, ou seja, até onde os meios de comunicação podem ir sem violar valores da pessoa humana.

Há neste evento uma particularidade: este é um seminário em que nós, pela primeira vez, estamos nos encontrando para tratar do tema Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais de forma bastante ampla. E isso até no bojo de outro movimento que está acontecendo, cujo marco foi no mês de janeiro em Porto Alegre, antes do Fórum Social Mundial, quando houve o I Encontro Nacional dos Ministérios Públicos Estaduais em Direitos Humanos. Nesse evento, começamos a pensar numa agenda comum de Ministério Público. Temos competências concorrentes e temos de ter uma estratégia para atender às demandas da sociedade. E uma delas é justamente o debate do controle social da programação televisiva. É com muita alegria e satisfação que vejo a meu lado um representante do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, representando aqui todos os Ministérios Públicos Estaduais. Temos nesta sala colegas Procuradores da República, Promotores e Procuradores de Justiça. Nosso objetivo — e faço votos para isso — é sairmos daqui amanhã, ao final deste encontro, com algumas deliberações, com o início de uma rede que pretende se inserir em uma outra mais ampla, com toda a sociedade! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA(Deputado Iriny Lopes) - Obrigada, Dra. Ela Wiecko.

Registro a presença do Deputado José Linhares, do PP do Ceará, membro da nossa Comissão.

Tem a palavra o Dr. Fábio Bastos.

O SR. FÁBIO BASTOS STICA- Exma. Sra. Deputada Iriny Lopes, Dra. Ela Wiecko, Deputado Orlando Fantazzini, Prof. Rodolfo Camargo Mancuso, é com muita satisfação que neste ato fui incumbido pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais para representá-lo e, conseqüentemente, os Ministérios Públicos Estaduais.

Dizia há pouco à Dra. Ela que iniciamos com esta reunião um longo debate que haverá de prosperar porque é assunto novo, polêmico e difícil, especialmente em se tratando de uma parceria do Ministério Público não apenas com a Câmara dos Deputados, com o Poder Legislativo, mas com toda a sociedade brasileira. É, portanto, um assunto difícil. Não se trata — é óbvio — como bem disse a Dra. Ela, de impor limites, mas de reconhecer até onde os meios de comunicação podem ir sem que haja interferência nos direitos da pessoa humana.

É com grande satisfação que participo deste evento, tentando — e sobre isso conversei também com a Dra. Ela há pouco — ver até onde podemos ir, exatamente em que aspectos e em que momento os Ministérios Públicos Estaduais poderão nos auxiliar. Temos, é claro, como o Ministério Público de todo o Brasil, interesse extremo nessa matéria.

Desejo sucesso a todos nós que participamos deste evento e que, ao final, possamos, sim, tirar bons frutos dessa primeira conversa. Ela seguramente não ficará neste único evento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA(Deputada Iriny Lopes) - Obrigada, Dr. Fábio Bastos.

Vamos ouvir agora o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI- Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o Dr. Fábio Bastos; a Dra. Ela Wiecko de Castilho; o nosso conferencista de hoje, Prof. Rodolfo Camargo Mancuso, e especialmente a nossa companheira, Deputada Iriny Lopes. Depois de 2 anos em que ficamos sem a Presidência da Comissão de Direitos Humanos conseguimos reconquistá-la. Hoje ela não poderia estar em melhores mãos: está sob os cuidados da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Gostaria de agradecer à Sra. Deputada Iriny Lopes pela deferência que fez à minha pessoa quando da abertura dos trabalhos. Desde já para nós é fundamental estabelecermos esse laço maior entre o Ministério Público e a campanha. Começamos a campanha muito mais por um apelo da sociedade que deseja ter a possibilidade de se defender dos abusos que os meios de comunicação, em especial a televisão aberta e comercial, vem fazendo ao longo do tempo. E trata-se de se defender não apenas na perspectiva moralista, mas de não ver os nossos direitos sendo sistematicamente afrontados e violados pelos meios de comunicação, que se escudam atrás da liberdade de expressão para poderem subjugar o conjunto da sociedade.

Desde o início, nós, numa ampla articulação com as entidades da sociedade civil, procuramos construir uma campanha que não tivesse o imediato objetivo de sancionar, mas de construir um diálogo com as emissoras. Algumas pessoas já nos advertiam de que tentar diálogo com as emissoras de televisão seria um insucesso total, como já o foi por duas vezes com dois Ministros da Justiça do País. Esses Ministros tentaram um diálogo e as emissoras disseram “não”. E não houve diálogo. É lamentável que o Estado brasileiro não consiga fazer um diálogo com um concessionário de serviço público.

Optamos por fazer uma campanha com um aspecto mais educativo voltado para o conjunto da sociedade, com convencimento aos anunciantes e envolvimento dos mais diversos setores do Estado, no sentido de avançarmos na construção de algo que garantisse ou que pudesse assegurar de fato os dispositivos constitucionais.

Para nós foi uma grata surpresa saber que o que estávamos fazendo na área da construção, do movimento social, há muito já vinha sendo feito pelo Ministério Público, embora sem divulgação, sem que houvesse amplo conhecimento da sociedade. O Ministério Público, portanto, há muito está atento e vem fazendo suas ações no sentido de que as emissoras reconheçam, pelo diálogo e com mais conhecimento da própria lei, os seus limites.

Essas relações foram se estendendo de forma mais pessoal com alguns membros do Ministério Público. E aí eu quero fazer uma deferência muito especial à Dra. Eugênia Fávaro, com quem desde o início tive os primeiros contatos; ao Dr. Sérgio, que aqui está entre nós, e outros. Não vou citar mais nomes, pois posso me esquecer de algum e cometer uma injustiça.

O grande marco da proximidade das nossas ações com o Ministério Público se deu justamente no caso Gugu Liberato. À ocasião, o Ministério das Comunicações impôs uma multa de 1.782 reais por causa daquele programa horrendo que ele apresentou. A ação do Ministério Público fez com que ele tivesse um prejuízo na casa de 1 milhão e 200 mil reais. Ou seja, a ação do Estado servia muito mais de estímulo a que continuassem com uma programação daquele nível, enquanto a ação de pressão da sociedade e do Ministério Público, como fiscal da lei e como defensor dos interesses do conjunto da sociedade, fez com que houvesse de fato alteração no Programa do Gugu.

Para nós, sem qualquer dúvida — a campanha não é minha; é do imenso conjunto de entidades da sociedade civil; em caráter nacional são mais de 60 e de caráter regional elas passam de 150 entidades —, o maior parceiro, hoje, é o Ministério Público. E nós queremos ampliar essa parceria. Queremos também

fazer com que essa parceria se estenda pelos Ministérios Públicos Estaduais. Alguns Estados já a possuem. Estou vendo aqui o nosso companheiro de Pernambuco, que tem tido uma atuação no Ministério Público Estadual nesse sentido. Nós temos condições de fazer com que as emissoras compreendam que o que está em jogo não é um negócio; o que está em jogo são direitos. Portanto, em cima de direitos, não há valor algum que possa se sobrepor.

Por isso para mim é fundamental esse seminário no dia de hoje. Quando nós conversamos, pela primeira vez, com o Dr. Cláudio Fonteles, ele achou ótimo a idéia e solicitou que mantivéssemos entendimentos com a Dra. Ela, que, de pronto, também achou a idéia muito interessante. A partir daí começamos a construir este seminário, que hoje estamos realizando, com a certeza de que vamos ter excelentes resultados e que vamos conseguir avançar cada vez mais para que os direitos humanos não sejam apenas direitos consignados na Carta Magna, letras mortas. Que eles sejam de fato respeitados em nosso País. E, para começar a respeitar os direitos humanos, nós temos que fazer com que aqueles que têm o maior instrumento de divulgação não atuem contra os próprios direitos humanos. Referimo-nos, naturalmente, às tevês comerciais.

Tenho certeza de que obteremos aqui excelentes resultados e que vamos poder avançar cada vez mais nesse trabalho, principalmente agora, de forma melhor articulada, com todo o Ministério Público, seja o Federal, sejam os Estaduais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA(Deputada Iriny Lopes) - Muito obrigada, Deputado Orlando Fantazzini.

Convidamos o Dr. Mancuso a que ocupe a cadeira ali do centro. (*Pausa.*)

S.Sa. tem a palavra.

O SR. RODOLFO CAMARGO MANCUSO- Boa tarde a todos. Cumprimento os eminentes Deputados, os integrantes da Mesa, os participantes e a todos os presentes.

Em primeiro lugar, agradeço-lhes a gentileza do convite para que eu viesse aqui para dizer algo acerca desse problema que incomoda tanta gente há tanto tempo, como o Deputado Orlando Fantazzini disse, e que, com certeza, por conta dos grandes poderes econômicos e dos grandes interesses financeiros envolvidos no assunto, não se consegue dar eficácia prática a comandos constitucionais que regem o assunto. E digo comandos de plena eficácia — não são normas contidas, não são normas programáticas, e sim, normas de plena exequibilidade — para

emprestar efetividade ao trato desses temas. É preciso que a sociedade brasileira seja chamada a participar deste debate. Efetivamente, alguma coisa precisa ser feita. Não há mais condições de continuar com isso! (*Palmas.*)

No prédio em que moro houve um problema com a tevê a cabo e eu fiquei algum tempo assistindo somente à tevê aberta. A gente fica pensando como é que pode uma coisa dessas... Não é a primeira vez que eu me incomodo com o assunto. Acho que o meu nome foi lembrado por causa dos estudos que tenho publicado na *Revista dos Tribunais* sobre controle da programação televisiva. Eu diria até falta de controle. (*Muito bem.*)

O que nos choca no tocante ao assunto, eminentes Deputados, senhoras e senhores, é que se trata de matéria completamente regradada na nossa Constituição Federal. Não se trata de algo que esteja regulado por portaria, resolução ou decreto. Não. Pura e simplesmente, não se cumpre o que está na Constituição Federal!

Até para dar um pontapé inicial para as exposições, eu lembraria aqui um texto básico no assunto, que está na Constituição Federal, que diz o seguinte:

*“Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão — vejam que a norma não é permissiva nem autorizativa, ela fala no imperativo: ‘atenderão’ — aos seguintes princípios:*

*I preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;”*

É curioso! A leitura chega a ser até risível quando se compara com aquilo que acontece na realidade. Dá a impressão de que foi um texto redigido por outro país. O que se nota na visualização dos programas é curiosamente o contrário do que está estabelecido no texto mais alto da Nação. Vou reler: “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”.

Prossigo a leitura do referido artigo:

*“II promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;*

*III regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;*

*IV respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”.*

Pasmem! Uma coisa incrível! Aqui no texto constitucional estão os princípios estabelecidos, mas não se consegue dar efetividade prática a isso. Parece que, preocupado com isso, o próprio Constituinte previu, no § 3º do art. 220, o seguinte:

“Art. 220.....

§ 3º *Compete à lei federal:*

- I regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;”*

Realmente, é algo que choca! Há outro dispositivo que abre à comunidade os meios para que ela possa se defender — o verbo empregado pelo Constituinte é este mesmo: defender — da programação televisiva. Então é algo chocante ver que o problema não se dá em razão de um vazio normativo, por falta de normas, por falta de preocupação do Constituinte com o assunto. O problema não é de norma; o problema é de falta de efetividade! Acho que aqui deve haver uma preocupação muito grande com o diagnóstico certo. A gente, quando vai enfrentar um problema, tem como primeira preocupação fazer o diagnóstico certo; do contrário, a gente acaba indicando o remédio errado ou ineficaz. Eu lembro que há tempos atrás eu me preocupava com divergência jurisprudencial e súmula vinculante. Mas antes eu precisava fazer um diagnóstico para saber exatamente onde estava o problema. Considerar que existe — isso é só um exemplo que estou dando — um excessivo volume de processos represados, isso aí já é consequência. Tenho de deixar um pouco a consequência e ir à causa. Alguma coisa está acontecendo na causa para estar acontecendo aquela consequência lá na ponta. É a mesma coisa aqui com relação à televisão. Nós precisamos entrar aqui na gênese do assunto. Por quê? Porque, com relação à normação, ou seja, princípios e regras, estes existem.

Outra menção que eu queria fazer aqui — e a considero muito importante — é de que a televisão é um poder concedido pelo Estado. As tevês são concessionárias, permissionárias. Portanto, não podem fazer o que bem entendem. Há parâmetros estabelecidos.

O Deputado Fantazzini chegou a fazer uma observação interessante: o que se nota são forças contrárias muito poderosas que impedem que efetivamente se chegue a uma solução sobre o assunto.

Comentava há pouco com a Sra. Deputada Iriny Lopes que eu fiquei contente quando, em pesquisa, encontrei a Lei nº 10.359, de 2001, cujo texto pelo menos dispõe sobre inserção de *chip* ou dispositivo eletrônico em televisores para permitir às famílias a auto-regulamentação da programação. Ou seja, os pais ou responsáveis poderiam bloquear certos programas que julguem inadequados aos filhos. Para minha decepção, passados 3 anos, verifiquei que uma medida provisória revogou aquela lei: a Medida Provisória nº 195. E cito esse fato como exemplo prático. Aquela lei veio estabelecer — digamos — um começo, mas ela não resistiu. Porque 3 anos depois uma medida provisória a revogou. A tal medida, até com algum mérito, assim estipula em seu art. 1º: *“Os aparelhos de televisão comercializados no mercado interno deverão possuir dispositivo eletrônico — e não havia a expressão “poderão”, mas sim “deverão” — que permita ao usuário bloquear previamente a recepção de programas transmitidos ou retransmitidos pelas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviços de radiodifusão de sons e imagens”*. Diz, ainda, o art. 5º da mencionada lei: *“As concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviços de radiodifusão de sons e imagens, bem como as que operem serviços especiais, deverão divulgar previamente suas programações”*.

Não se trata de censura, porque este é um contra-argumento fácil. Sempre que se toca neste assunto vem logo à tona a alegação de censura. Mas não é isso. O art. 5º continua em seu texto: *“(…) divulgar previamente as suas programações, indicando de forma clara os horários e canais de exibição dos programas, com restrição etária”*.

Dentro de um critério de razoabilidade, na minha opinião, aqui estava sendo colocado um ponto de equilíbrio interessante. Mas também, para minha segunda decepção, fico sabendo que a tal medida provisória não foi prorrogada por esta Casa. Caiu. Pronto! Voltamos à estaca zero!

Alguma força — na física há uma força chamada entropia, que faz com que as coisas vão para baixo — parecida com a entropia não deixa o assunto ganhar força. Vejam que nem a lei federal resistiu. Passados 3 anos, uma medida provisória a revogou expressamente; logo depois a própria medida provisória, por falta de renovação, também não foi adiante. Voltamos, portanto, ao estado anterior. É claro que existem forças e interesses enormes contrariados trabalhando nesse sentido, porque não existe consequência sem causa. Como não é dada a devida divulgação a isso? As pessoas não ficam sabendo. Ou seja: lida-se com a televisão hoje segundo o critério do “quanto pior, melhor”. E nada é feito a respeito, no sentido prático da coisa. Trata-se de um poder concedido,



um serviço concedido, uma permissão, uma concessão. Como então os donos desses serviços não prestam contas?

Isso não é um detalhe. O critério é um só: ganhar dinheiro. É pura e simplesmente isto: a televisão serve para as pessoas ganharem dinheiro. O mote — como muito bem colocado pelo Deputado — “a quem serve a baixaria na televisão?” pode ser respondido assim: serve para que pessoas ganhem dinheiro. Só isso! Não há compromisso com a cultura brasileira ou com a apresentação de programas mais elaborados e aproveitáveis.

Quero deixar claro que não estou pregando que as tevês devam ser transformadas em canais culturais, como são as TVs Educativas. Não é a isso que estou me referindo. O que lamentamos é que horas e horas de televisão sejam utilizadas exclusivamente para entretenimento de baixo nível.

Vamos, então, enfrentar o primeiro contra-argumento. Sempre que tocamos no assunto, a primeira alegação é a seguinte: gosto não se discute e não é possível que uma autoridade, seja juiz ou autoridade administrativa, imponha seus gostos, suas idiossincrasias como parâmetros à comunidade em geral.

Vamos enfrentar esse ponto. Primeiro, não é verdade que gosto não se discute. Essa é a tradução literal da expressão latina *degustibus non est disputandum*. Tudo o que traduzimos de outra língua deve passar pela devida adaptação. Na verdade, o que mais se discute são os gostos. Basta abrirmos jornais e revistas que verificaremos que isso é o que mais se discute. Alguns até se lamentam. Portanto, esse argumento não é admissível. O problema não está aí.

Entendo ser impossível que uma pessoa razoavelmente inteligente, vendo certas barbaridades na televisão, não consiga identificar que se trata de uma programação de baixo nível, de humor rasteiro, grosseiro. Não é possível que tais pessoas não consigam identificar esses programas. Não se trata, portanto, desse contra-argumento fácil de que se está querendo impor gostos.

Outro contra-argumento é a censura. Reitero que não tem nada a ver uma coisa com outra. A Constituição Federal manda preservar a liberdade de expressão, de criação artística. Enfim, trata-se de texto que todos conhecem. Mas não é isso que se discute, mas sim a necessidade de controle de uma pauta mínima da programação televisiva a fim de que outros princípios constitucionais sejam igualmente preservados, como o que eu acabei de ler, do art. 221.

Hoje, quando se lida com Constituição, propõe-se sempre a predominância da chamada interpretação conforme a Constituição. O que quer dizer isso? Como a Constituição é o texto norteador do ordenamento jurídico, se quisermos interpretá-la bem devemos buscar parâmetros em seu próprio texto,

caso contrário interpretaremos a Constituição à luz de textos hierarquicamente mais baixos. A Constituição não pode ser interpretada à luz de leis; é o contrário. Para extrairmos do texto constitucional o máximo, devemos cotejá-lo com outros textos da própria Constituição. Há um texto que diz que não pode haver censura; mas há outro texto que diz que televisão é serviço concedido ou permitido, portanto, sujeito sim a controle e aos princípios que regulam e balizam esse serviço. Não há sentido pinçar artigos da Constituição que proíbem a censura e utilizá-los como bandeira na defesa da tese de que em televisão tudo é permitido.

Encontrei um estudo excelente do constitucionalista Luiz Roberto Barroso, cuja leitura quero recomendar. Foi publicado na *Revista dos Tribunais* nº 790, em agosto de 2001. Em determinado trecho, aquele doutrinador estabelece o seguinte contraponto entre censura e controle:

*“Censura é a submissão à deliberação de outrem do conteúdo de uma manifestação do pensamento como condição prévia de sua veiculação. Costuma ser associada a uma competência discricionária da administração pública pautada por critérios de ordem política ou moral. Trata-se de prática vedada expressamente pelo direito constitucional positivo brasileiro. Com ela não se confunde a existência de mecanismo de controle, que é a verificação do cumprimento das normas gerais e abstratas preexistentes, constantes da Constituição e dos atos normativos legitimamente editados e eventual imposição de consequências jurídicas pelo seu descumprimento”.*

De maneira que o segundo contra-argumento também não resiste à análise mais detida. Destarte, não é de censura que se está falando, mas de controle que não só pode como deve ser feito, porque a Constituição determina.

Terceiro contra-argumento. A Constituição diz que não se pode estabelecer licença prévia a manifestações artísticas etc. Também não é disso que aqui se trata. Quando um canal de televisão é concedido, é entregue, é autorizado, é permitido a alguém, efetivamente o procedimento para que haja essa outorga já deve ter sido observado. Então, não é disso que se trata. Esse procedimento de outorga já aconteceu. Trata-se de saber, a partir do momento em que a televisão entra no ar, qual a pauta e qual o nível de qualidade de programação estarão sendo ofertados. Esse é o problema. As forças contrárias ao movimento mora-

lizador da televisão adoram pegar esses falsos argumentos, esses sofismas, para tornar a discussão nebulosa. Ora é censura, ora é porque gosto não se discute, e assim por diante. Argumentos facilmente afastáveis, analisáveis tecnicamente não resistem à análise técnica.

O Prof. José Carlos Barbosa Moreira, que reputo o processualista número 1 do Brasil, data vênua de tantos outros importantes, tem um estudo sobre o controle da programação televisiva no Brasil. Lá pelas tantas, com a verve que o caracteriza, diz que quando a Constituição fala em controle, com certeza não está se referindo a controle remoto. O controle remoto está na casa de todos, e não se deve fazer uma redução de complexidade desse jeito. Esse é um controle interno da casa das pessoas. Não é disso que se está falando. Pelo poder que a televisão tem, há coisas que não podem ficar soltas no ar para serem utilizadas ao livre arbítrio, ao livre critério, ao talento de quem teve a sorte de conseguir a concessão de exploração de um canal de televisão. Esse é o ponto. Então, quando examinamos tecnicamente o assunto, vemos que coisas precisam ser feitas.

À medida que fui levantando o material existente, percebi que a cada passo dado levanta-se uma força contrária, inicia-se uma entropia muito forte que joga tudo para trás novamente. Por quê? Porque as pessoas que estão se locupletando com a televisão não deixam o movimento civilizador avançar. Esse é o ponto.

O Prof. Luiz Roberto Barroso menciona que existe o Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, baixado em 1993 pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Pelo que se nota, também não há efetividade; é mais um texto sem efetividade. No entanto, nesse Código de Ética são afirmados certos princípios. E vejam bem: aqui já não é mais a Constituição, mas regulamentação baixada pela própria Associação Brasileira de Rádio e Televisão.

O art. 6º do Código de Ética de Radiodifusão diz o seguinte:

*“Art. 6º. A responsabilidade das emissoras que transmitem os programas não exclui a dos pais ou responsáveis, aos quais cabe o dever de impedir, a seu juízo, que os menores tenham acesso a programas inadequados, tendo em vista os limites etários prévios e obrigatoriamente anunciados para orientação do público”.*

Notem que o referido artigo conclama à atuação mais de um setor: os pais, os responsáveis e o poder público. Ou seja, o poder público faz, como diz a Constituição, a indicação em função do horário e da faixa etária e depois isso



seria complementado pelos pais e responsáveis dentro de casa. Portanto, a Lei nº 10.359, de 2001, à qual fiz referência anteriormente, dispõe sobre a inserção obrigatória de um *chip*, de um dispositivo, nas televisões. Isso vai ao encontro do que está disposto no próprio Código de Ética da Associação Brasileira. Mas, como vinha ao encontro e, portanto, ia somando a favor da idéia de se conseguir uma televisão de melhor qualidade, as forças contrárias logo atuaram e a coisa não funciona! Volta-se para trás! É o que se nota. Não se consegue simplesmente avançar na idéia.

Mais adiante, o Prof. Barroso informa que há também o Conselho de Comunicação Social regulamentado, mas que até hoje não foi instalado. E assim vamos observando que precisamos fazer algo para tirar o assunto desse estado inercial constante. A tendência deste tema em debate é que volte para o ponto inercial. Forças se aglutinam e não deixam a matéria avançar.

Pois bem. Qual o critério hoje que move a televisão? Poderíamos citar 2 critérios: um qualitativo e outro pragmático/financeiro. Com certeza, critério qualitativo não é, porque se sabe que o programa de televisão, principalmente ao vivo, no qual o problema aparece com mais intensidade, é simplesmente balizado por uma régua, um aparelho que vai mostrando o índice de IBOPE. À medida que a régua sobe e mostra que mais televisores estão ligados, aumenta o interesse do dono da televisão, do anunciante e do patrocinador. Tudo é ligado em função do dinheiro. Pura e simplesmente isso. Se a régua cair, os empregos começam a ficar ameaçados. O anunciante insinua que vai se retirar, o dono da televisão faz a sua pressão, e assim por diante. Portanto, a qualidade do programa não entra em debate. Então, precisamos mudar esse critério, porque não tem base constitucional. Ele é puramente monetário, financeiro, de interesse material. Além de não estar previsto na Constituição, ele vai contra o que está previsto. Não que a Constituição tenha dito, tenha determinado que televisão deixa de ser entretenimento. Não é isso. Esse mundo todo do audiovisual, voltado para a população em geral, é calcado, sim, no entretenimento. Ninguém vai a cinema ou teatro para se aborrecer. E ninguém vai ligar a televisão para não se divertir. Contudo, o problema não é esse. O problema é que não é deixado um espaço mínimo para que, além do entretenimento, seja apresentado algo que venha somar para a cultura brasileira. Esse é o ponto. Nem mesmo esse pequeno espaço — a esta altura diria uma concessão — é liberado. Todo o espaço é voltado, pura e simplesmente, para se angariar dinheiro. E o dinheiro entra dependendo do número de televisores que estejam ligados, do IBOPE e, assim, forma-se um círculo vicioso perverso.

O Deputado está lutando para conseguir inverter esse círculo vicioso, mas é uma luta que lembra Davi e Golias. É terrível! A respeito disso, o Prof. Barbosa Moreira escreveu sobre a ação popular. Dizia que o autor popular, o coitado do cidadão eleitor que se abala ao defender a boa gestão da coisa pública no Brasil, era um Davi sem funda. Por quê? Porque, na história de Davi e Golias, o Davi pelo menos tinha uma funda. É essa a situação, mais ou menos, em que estamos. Há grandes interesses, digamos, do lado de lá, trabalhando contra diuturnamente. Alguma brecha, alguma fresta nessa muralha, nessa parede nós temos que encontrar. O único instrumento que temos é aquilo que está na Constituição. O Brasil está passando por um momento muito sério. A partir do instante em que o texto constitucional pede efetividade, nós ficamos completamente à mercê de qualquer arbitrariedade. Se o texto constitucional não consegue impressionar o setor privado na sociedade, o que vamos fazer? A quem recorrer? Esse é outro ponto.

Eu lembraria ainda, voltando à Constituição, o inciso II do § 3º do art. 220, em que o Constituinte garantiu a possibilidade de a sociedade se defender de programas ou programações de rádio e televisão. De maneira que é preciso fazer valer esses instrumentos que aí estão.

Como proposta a apresentar neste momento, diria o seguinte: nós precisamos trabalhar no sentido de mudar o critério. O critério atual de um programa de televisão continuar no ar e ter o seu espaço em função do IBOPE, de número de televisores ligados, isso tem que ser alterado.

Outro aspecto que quero colocar é a absoluta falta de visibilidade, de exposição ao público quanto a saber quem são os donos dos canais de televisão. É feito algo, acredito, proposital. Não há nenhuma transparência, visibilidade. A sociedade fica sem saber, afinal de contas, a quem pertence tal canal de televisão. Isso se perde nos meandros do mundo da pessoa jurídica. Pessoa jurídica deve ter sido a instituição que mais se deturpou com o passar do tempo! Ela foi criada com a finalidade técnica de agilizar o mundo dos negócios, mas, com o passar do tempo, ela se deturpou. E hoje ela serve para esconder pessoas físicas que estão atrás da cortina. Por isso mesmo o Código do Consumidor trouxe para nós a famosa desconsideração à pessoa jurídica. Veio da doutrina norte-americana a possibilidade de desconsiderar a pessoa jurídica; é o único jeito de se atravessar tudo isso e chegar à pessoa física que está por trás.

Hoje, quando se vai lidar com programa de televisão, é assim: o apresentador não tem responsabilidade porque ele é só apresentador. E o salário que é pago no fim do mês? Mas, se o problema não é com ele, quem fez a pauta?

Foi a produção. Mas o que é produção? Alguém já viu uma produção andando por aí? É outra expressão vaga feita de propósito: não se sabe quem é que faz, quem é o responsável. Lembro outra vez, por exemplo, o programa daquele famoso apresentador: na hora de se descobrir o responsável foi aquele jogo de empurra-empurra. Por quê? Porque a idéia é só tirar proveito da televisão, e sem responsabilidade. É uma maravilha! Algo que é concedido pelo Estado e de que as pessoas se valem para simplesmente ganhar dinheiro sem nenhum compromisso com a coletividade brasileira, com qualidade da programação, com coisa alguma. E isso vem acontecendo aos olhos de todos.

Efetivamente, todos os que estão lutando não podem ficar sozinhos. Os formadores de opinião na sociedade brasileira, a comunidade, a sociedade, têm que se coligar em torno desses paladinos. Eles não podem ficar sozinhos, pois do lado de lá tem um Golias enorme e é preciso juntar forças para combatê-lo. Esse aspecto da visibilidade, da transparência do que se passa num programa de televisão deve, sim, ser colocado. Antes de um programa ir ao ar deve-se indagar se esse programa é de responsabilidade de fulano de tal, que fez a programação; se serão apresentados os números assim assado; se a faixa etária indicada é tal etc. Isso é um poder e também um dever. É direito dos pais e responsáveis saber disso antecipadamente, e não serem surpreendidos. Liga-se um canal de televisão, e logo se sabe o que está acontecendo no começo, mas não se tem a mínima idéia do que vai acontecer no meio e no fim. A comunidade não raro é surpreendida.

Então, o quadro está longe de ser auspicioso. Eu vinha no avião refletindo sobre uma linha que deveria adotar nesta exposição. Quando escrevi e publiquei artigo sobre o assunto, naturalmente como jurista, minha visão era técnica. A esta altura, ela é um pouco técnica, mas com um pouco daquela justa indignação de que falava São Paulo, o Apóstolo: *“A voz da justa indignação dentro de mim é a voz de Deus”*. Pois eu também não me conformo! Também estou indignado com essa situação! E vejo que as vozes contrárias a esse sistema que aí está estão isoladas, infelizmente. E é preciso conclamar a coletividade a que participe.

Eu lembraria — fechando minha exposição, porque os debates são importantes — que o modelo republicano federativo consignado na Constituição de 1988 não é só de democracia representativa. Senão bastaria que houvesse Vereadores, Deputados, Senadores. Não é isso. Está muito claro em dezenas de artigos da Constituição Federal que nós estamos numa democracia participativa. Então a sociedade civil, através de cidadãos isolados ou reunidos em associação, em grupos e classes, precisa ser motivada a participar dessa discussão.

Agora, participar sem informação, não tem jeito! Fica um debate estéril, e vamos cair num “achismo” que não leva a nada. Seria preciso, quem sabe, a elaboração de uma cartilha escrita num português que as pessoas comuns pudessem entender. Acredito que as pessoas vão ficar surpresas ao comparar aquilo que a Constituição determina para a programação televisiva com o que acontece na prática. Seria importante uma cartilha com um texto apropriado, seguindo a linha do código de ética instituído pela própria Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT. Informação é poder, todo mundo sabe. Nós precisamos passar informação para a sociedade organizada entender o que está acontecendo e se organizar. Não podemos mais tolerar que num domingo alguém se detenha num canal de televisão por horas e horas, ouvindo conversação inócua, vazia, que não leva a nada. Depois de muitas horas em que a pessoa está vendo aquilo, desliga o televisor e toda aquela quantidade de coisas faladas não terá acrescentado nada à vida da pessoa; pelo contrário, terá tirado, porque se a pessoa, ao invés, tivesse ido passear na rua teria ganho mais do que ficando em casa, assistindo àquelas coisas.

Então, acho que talvez se pudesse fazer uma cartilha, um boletim nesse sentido, que tivesse ampla divulgação.

Li, outro dia, estudo de uma professora — e parece que há uma tendência a que apareçam argumentos contrários. O estudo que elaborei indica que, se nada funcionasse, restaria a via judicial. Eu indico ali a ação civil pública. E o Ministério Público tem-se valido da ação civil pública, porque, afinal de contas, trata-se da cultura brasileira que está sendo violentada. É claro que há o interesse difuso para que os programas de televisão apresentem um nível mínimo, uma pauta mínima de qualidade. Quanto a isso não há dúvida. Isso não é “achismo”; é o que está na Constituição Federal. Se ela está sendo descumprida, isso já é outra coisa. Mas, enfim, eu indicava a ação pública por reconhecer aí a existência desse interesse difuso. Mas o jurista que fez o estudo disse que a ação civil pública não serve porque não tem cabimento um juiz de direito etc. e tal. Ora, então será ele, tendo como base seus gostos e idiossincrasias, que vai estabelecer aquilo que é melhor para a coletividade brasileira?

O problema não é esse. Essa é uma maneira míope, distorcida de ver o fenômeno. Primeiro, não há outra saída. Todo mundo sabe que, se os interesses não são resolvidos entre os contraditores diretos, assim como a Justiça não pode ser feita com as próprias mãos, tem-se de ir para o Judiciário, é claro. Trata-se então de visão distorcida. A intervenção do Judiciário nunca pode ser arbitrária porque a Constituição Federal é que estabelece a indeclinabilidade



ou a ambigüidade da função jurisdicional. Se houver controvérsia e os diretamente interessados não conseguirem se compor, não haverá outra alternativa a não ser levar o assunto para o Judiciário. Começa logo daí. Depois, ninguém, numa ação civil pública, vai pedir ao Estado-juiz que determine qual deva ser a pauta de um programa de televisão. Obviamente não é isso. O que se vai pedir na ação é um comando inibitório para que programas grosseiros, violentos, plenos de sexualidade vazia sejam suspensos, em nome da qualidade que a própria Constituição manda observar. Evidentemente, só pode ser esse o objetivo da ação. E isso o Poder Judiciário não só pode como deve determinar.

É claro que, na seqüência, teríamos de enfrentar um outro problema: saber se realmente o comando judicial teria efetividade prática. Já vimos que a norma está sem efetividade prática. Vamos, então, para o segundo degrau: levar para a Justiça. O pedido tem de ser muito bem formulado para que o comando judicial seja efetivamente exequível, porque senão teremos dado mais um passo em falso. Mas esse já é um segundo momento.

Sugiro, num primeiro momento, que se tente resolver a questão na instância primária, vamos dizer assim. A coletividade, a sociedade, os donos de televisão, os anunciantes etc. devem tentar mudar a situação. Se não se chegar a uma situação satisfatória, então caberá recurso ao Judiciário. Eu, particularmente, não sou muito favorável a que se recorra ao Judiciário *per saltum*, como se diz — ou seja, pulando, evitando o contraponto e a discussão na instância primária.

Eu entendo que a função judicial é substitutiva. Ela se legitima quando os diretamente interessados não conseguem se compor. Pressupõe, sim, o esgotamento da discussão que se deve estabelecer no nível primário. Quando não se conseguir isso, efetivamente se deve recorrer ao Judiciário. Acho que existe essa possibilidade. Ela foi tentada em São Paulo. Mas eu não sei o que, na seqüência, em execução, efetivamente se conseguiu.

Oxalá não fosse necessário chegar a esse ponto! Há certas políticas públicas que, uma vez judicializadas, são difíceis de serem manejadas. E por quê? Porque a vocação dessas políticas públicas — e incluo aí a política pública de controle da programação televisiva — é a de serem enfrentadas e resolvidas nos órgãos competentes envolvendo os setores diretamente interessados. Por isso, quando não se esgota essa instância e se vai direto ao Judiciário, muitas vezes se consegue a procedência da ação, o comando judicial — só que ele não tem efetividade.

Parece-me que se deve insistir nessa iniciativa que o Deputado Fantazzini tenta implementar.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer. Parabênizo todos pelo esforço feito em favor do assunto.

Antes de encerrar, informo que pensei em algo curioso: quando publicamos alguma coisa, logo pensamos que ninguém vai ler, que o trabalho vai ficar na prateleira. Muitos anos depois, somos chamados a participar de determinado evento por causa daquela publicação — e nos surpreende saber que alguém a leu!

A propósito, lembro-me da história de um escritor que andava na rua quando encontrou um sujeito que lhe perguntou: “O senhor não é Fulano de Tal?” Ele respondeu: “Sou”. “O senhor não escreveu o livro tal?”. Ele disse: “Sim”. O outro disse: “Eu comprei o seu livro”. “Ah! Então foi o senhor?” (Risos.)

Sempre há esse risco.

Agradeço o gentil e honroso convite. Tenho muito prazer em comparecer a este seminário. Se houver debate na sequência, gostaria de participar.

Obrigado a todos. (*Palmas prolongadas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Passamos agora aos debates.

Peço à nossa assessoria que providencie um microfone sem fio para ser usado no plenário. As pessoas interessadas em falar já podem se inscrever.

Enquanto o microfone não chega, e para não paralisarmos os trabalhos, sugiro aos presentes que usem este, próximo à Mesa.

Registro a presença do Deputado Geraldo Thadeu, do PPS de Minas Gerais, membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

**A SRA. ROSÁRIO DE POMPÉIA** - Boa tarde. Meu nome é Rosário de Pompéia. Sou jornalista e integrante do Centro de Cultura Luiz Freire. Represento aqui o Fórum Pernambucano de Comunicação.

Pela primeira vez participo de debate em que há pouquíssimos jornalistas. É muito bom isso. (Risos.) É verdade. Os jornalistas só discutem entre si. Considero um avanço quando pessoas que atuam em outras áreas debatem livremente comunicação social.

Eu teria muitas coisas a dizer, mas vou tentar resumir. Começo comentando o que disse o Prof. Mancuso sobre a conjuntura da comunicação na América Latina, no mundo e especificamente no Brasil. Apesar de ser signatário de várias convenções internacionais, o nosso País não considera a comunicação social como direito humano e, por isso, não a efetiva como política pública. Ela é vista como serviço.

Quanto às concessões de radiodifusão, estão divididas no Brasil em 3 sistemas: público, privado e estatal. Praticamente, só conhecemos o sistema privado, porque não existem conselhos que dêem condições à sociedade de ter acesso à liberdade de expressão, que não significa 9 famílias falando e 180 milhões de brasileiros ouvindo, como ocorre hoje. Por coincidência, hoje é o aniversário da Rede Globo de Televisão, que completa 40 anos de existência... (*Risos.*)

Que liberdade de expressão é essa? Pergunto ao Prof. Rodolfo Mancuso: como podemos ter liberdade de expressão num país onde 3 ou 4 famílias dominam o sistema de comunicação social. E refiro-me não só a emissoras de televisão, mas também à propriedade cruzada? Uma mesma família é dona de rádio, de tevê, de jornal e de provedor de Internet. Então que liberdade de expressão é possível nesse caso, principalmente sob o modelo neoliberal de governo? Sabemos que uma de suas estratégias é o monopólio da comunicação. E isso não é à toa. Um dos artifícios usados para isso foi a defesa da liberdade de imprensa. Ela foi usada a partir da revolução da burguesia, com a chamada liberdade de expressão. Alegavam que, por se tratar de serviço público, a imprensa precisava de liberdade para servir à população. Mas que liberdade é essa?

Dizem que não há censura, mas ela existe: é a censura privatizada. Os anunciantes, de certa forma, censuram o acesso de alguns segmentos sociais à informação. Censura existe, sim, mas praticada de modo diferente da que se verificou na época da ditadura militar, quando a Polícia Federal agia.

Em relação ao Conselho de Comunicação Social, foi renovado agora, mas a sociedade não se sente representada nele. Infelizmente, quem a representa são os empresários da comunicação. Além disso, o Conselho é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Ele tem legitimidade para discutir comunicação? Somente os empresários estão lá discutindo.

Por último, devemos pensar em propostas não só em relação ao controle social da programação televisiva, mas também à definição, pelo Governo, das suas estratégias para que pessoas e comunidades produzam a informação veiculada. Só isso vai garantir a diversidade cultural. Por exemplo: populações indígenas e quilombolas não vão obter o acesso à produção da informação se o Governo não lhes der condições para isso.

A liberdade de imprensa e a comunicação como direito humano não significam apenas ter controle social sobre a programação da tevê, mas também ter acesso à sua produção.

Que a pauta da comunicação social não fique só a cargo dos comunicadores; que seja nacional, da sociedade e de todas as bandeiras.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Obrigada, Sra. Rosário. Há mais alguém interessado em se manifestar? (*Pausa.*)

Peço a todos que se identifiquem ao microfone, registrando o nome, a entidade e o Estado que representam, tendo em vista que o seminário está sendo gravado para posterior transcrição.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA** - Meu nome é Sérgio Suiama e sou Procurador da República em São Paulo.

Gostaria de indagar ao Prof. Rodolfo Mancuso se há outras medidas a serem adotadas numa ação civil pública, com relação ao controle social. S.Sa. falou a respeito da tutela inibitória, no caso de tirar um programa do ar. Talvez seja essa uma medida mais extrema. Haveria outras possibilidades? Por exemplo: dano moral coletivo; direito de resposta coletivo; obrigação das emissoras de respeitarem a classificação indicativa do Ministério da Justiça etc.

Mais especificamente, que tutela seria possível pleitear numa ação civil pública para obrigar as emissoras a cumprirem o art. 221 da Constituição Federal, relativo à preferência a finalidades educativas e culturais na produção e na programação televisiva? Que tipo de provimento jurisdicional seria possível nesse caso? Tenho pensado no assunto e gostaria de ouvir sugestões para aplicá-las em São Paulo.

Parece-me também que seria mais interessante falarmos a respeito dos direitos humanos e fundamentais expressos na Constituição Federal, em vez de citar algo mais abstrato, ou seja, o controle da qualidade da programação. Estrategicamente, parece-me mais interessante obrigar as emissoras a respeitar os direitos fundamentais. Dessa forma escaparíamos do argumento de que é mais subjetivo etc. e tal.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Vamos ouvir 3 pessoas do Plenário, em seguida o professor se manifesta.

Há quem queira fazer outra indagação? (*Pausa.*)

Com a palavra o Prof. Rodolfo Camargo Mancuso.

**O SR. RODOLFO CAMARGO MANCUSO** - Essa palavra também me preocupa, porque a língua também tem limites. De fato, dizer que a qualidade é uma coisa subjetiva, ou que qualidade para um não é qualidade para outro, é uma maneira de fazer redução de complexidade e de esvaziar a discussão, levando a coisa, talvez, para a história do “gosto não se discute”. Na verdade, não é disso que se trata.

Muitos dizem que a Constituição estabeleceu conceito vago e indeterminado no art. 221. A todo momento temos de lidar com conceito vago e indeterminado; não há como sair disso no campo do Direito. Isso é normal em ciência jurídica. Não é tudo que pode ser tipificado, não é tudo que cai na esfera do Direito Penal, do Direito Tributário, que são áreas do Direito que trabalham em cima de tipos fechados. Volta e meia existe a necessidade de se deixar conceito vago e indeterminado, até para que o texto legal tenha mais durabilidade. É uma técnica para que o texto legal tenha durabilidade, porque, se o tempo vai passando e faço um texto fechado, logo ele fica defasado. Então, o conceito vago e indeterminado é também importante.

Lembraria até que a Constituição Federal, quando trata de ação civil pública, abre espaço para outros interesses difusos e coletivos. Que outros interesses difusos e coletivos? Por que o art. 129, inciso III, da Constituição, usou expressão aberta? Foi de propósito. Por quê? Porque, em 1988, os interesses difusos e coletivos eram, em número, menos identificados do que hoje. Eles eram, digamos assim, menos conhecidos do que são hoje. Imaginem se a Constituição tivesse enumerado os interesses difusos e coletivos! Teria sido pior. Isso porque, depois, apareceriam outros que ficariam de fora. Então, conceito vago e indeterminado não é falha da lei; é técnica legislativa, e é muito importante. Com o passar do tempo, se o texto ficar muito defasado, pode-se eliminá-lo, não é verdade? Caso típico, recentemente, ocorreu com o crime de rapto. O Código Penal tem 60 anos. O texto dizia “raptar mulher honesta”. Naquele tempo isso fazia sentido; o conceito é aberto. Hoje ficaria ridículo! Então tira-se, e não tem problema algum. Não é falha da técnica legislativa — às vezes é importante colocar isso.

No tocante à judicialização, muitos acham até que política pública não tem como ser judicializada ou dar certo. Será que não dá certo? Transposição do Rio São Francisco é política pública de recurso hídrico. Ninguém duvida disso. O Ministério Público está movendo ações — isso é de conhecimento geral. Existe no Distrito Federal, em Recife, em Salvador, em Belo Horizonte. Como não se consegue judicializar? O que não pode ser judicializado são atos governamentais tipicamente discricionários ou exclusivamente políticos. Afora isso, não só é possível como também o Poder Judiciário tem o dever de intervir e de dar o comando.

Ninguém vai pedir ao Estado-juiz, numa ação civil pública, que determine a programação de domingo de tarde, o que deve ser passado na televisão. Isso seria uma coisa risível. Não é disso que se trata. Mas, diante de um caso concreto, é plenamente possível que se coloque numa ação, como causa de pe-

dir, o descumprimento de textos cogentes, impositivos e de eficácia plena que existem na Constituição. E, como pedido, deve ser colocado um comando de natureza inibitória, mas, quem sabe, temperado com determinado tempo de adaptação. Ou seja, dar-se-ia algum tempo para que o dono da televisão, para que o programador se adaptasse aos comandos constantes da Constituição Federal, a fim de evitar algo de maior impacto, digamos. Essa seria uma idéia.

Outra idéia que pode funcionar nesse campo — acredito no próprio instituto — é o ajustamento de conduta, o termo de ajustamento de conduta que, envolvendo as partes interessadas, pudesse resolver o caso. Acredito muito na eficácia prática do ajustamento de conduta, porque a ação judicial é impactante. Ao mesmo tempo que é impactante, ela chama a juízo as partes para colocar todas sob o manto da coisa julgada. Já o ajustamento de conduta desarma os espíritos já na pendência da lide. Então ele é muito importante porque objeto judicializado já está demarcado. Ou seja, do contrário, ninguém vai escapar, porque o objeto já estará demarcado, sobre ele já estará pesando a coisa julgada. A menos que antes as partes se componham, através do ajustamento de conduta. Essa é uma excelente idéia. Acho até que, como esse tipo de ação, baseando-se na Constituição, está fadado a ser julgado procedente, o ajustamento de conduta é o maior estímulo a que as pessoas se recomponham. É o que se pode fazer. No mais, vai depender de cada caso concreto. A Lei Orgânica confere ao Ministério Público poderes para convocar as pessoas que têm poder de decisão. Nada dessa coisa vaga, produção, pauta... Ninguém sabe quem está por trás disso. Tem de aparecer o responsável, porque esse é que tem de ser chamado para um primeiro contato, um primeiro debate. Caso fique frustrada essa primeira tentativa, não vai restar outra alternativa senão judicializar a controvérsia.

Tenho um estudo sobre judicialização de política pública, mas, tratando-se de maneira geral sobre o assunto, meu posicionamento é esse. Na democracia participativa que a Constituição instaurou inclui-se também a participação da coletividade pela via jurisdicional. O cidadão, quando promove uma ação popular demonstrando para o Judiciário que uma obra pública foi feita sem licitação e com preço superfaturado, ele está, sim, participando da boa gestão da coisa pública, via Judiciário. Então, o Judiciário não está excluído desse contexto. Pelo contrário, ele também está sendo chamado.

Como o Poder Judiciário só responde quando provocado e no limite da provocação, porque não é uma instância primária, então é preciso dizer o que se quer dele, principalmente em termos de exequibilidade do comando, ou seja, não pedir coisas que extrapolem o bom senso, o limite da razoabilidade, que

depois não tenham como ser implementadas na prática. Isso seria muito ruim porque banaliza o instituto e tira a força do comando judicial. Portanto, isso é muito perigoso; se a coisa não funciona depois de judicializada, não existe terceira alternativa. Por isso é preciso ponderar bem antes de dar esse passo. Deve-se fazê-lo de maneira correta. Cito como exemplo as indenizações que estão sendo pagas para as pessoas que se sentem prejudicadas pelo tempo da ditadura etc. O Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública. Visto de fora o problema, pode-se questionar como o Judiciário vai poder se manifestar e resolver o caso baseado na lei. Mas, pelo que li da petição inicial, da ação civil pública do MP Federal, a causa de pedir foi baseada na falta de moralidade ou na ofensa à moralidade administrativa. Se isso procede ou não, é outra coisa; é o mérito que o Estado-juiz vai decidir. Mas que existe possibilidade técnica, existe. Não podemos deixar de considerar que o delito de ação é abstrato e, portanto, independe de que a pretensão seja fundada ou infundada. A gente não deve ter esse tipo de preocupação. Se, razoavelmente, existe um direito lesado, vulnerado ou ameaçado, é quanto basta para o interesse de agir. Se procede ou não, isto é outra coisa. É assim que devemos considerar.

Mas eu tentaria mais uma vez a instância da conversação, desde que estabelecida com pessoas que têm poder de decisão no assunto. Com dono de televisão e anunciante é possível se estabelecer isso. Há muitas pessoas se locupletando com exploração, no pior sentido, de rede de televisão, o que é um absurdo, porque é um poder concedido, permitido, autorizado e altamente condicionado. Este é o grande problema: altamente condicionado. Não é algo solto no mercado para ser manejado por leis de mercado, de oferta e procura, pura e simplesmente. A exploração de televisão está longe disso. O que dói dentro da gente, como cidadão, é ver que essas pessoas estão simplesmente ganhando dinheiro sem a mínima preocupação com a sociedade brasileira. É triste isso. O curioso é que é algo que não é tão difícil de se consertar. A má vontade em sentido contrário é que é muito grande. Essa má vontade labora a favor da manutenção do *status quo*. Muita gente quer a manutenção do *status quo* porque está se locupletando com isso. É uma luta terrível!

Quero lembrar algo que tenho para uso interno. Gosto muito de São Paulo, o Apóstolo. Gosto dos dois São Paulo: do meu Estado e do Santo. E este diz uma coisa interessante para fazermos na vida: sermos fortes na essência, na substância, e termos também na suavidade, na maneira de agir. Isso retempera nossa conduta na vida. Vamos ver se conseguimos aplicar isso nessa luta.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Registro a presença do Deputado Adão Pretto, do PT do Rio Grande do Sul, membro da Comissão, e do Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Luiz Couto, que estava na Comissão de Constituição e Justiça e, por isso, não chegou antes ao nosso seminário.

Peço que declinem nome, entidade e Estado, pois este seminário está sendo gravado.

**O SR. PAULINO**- Sou Paulino, estudante da Faculdade de Comunicação da UnB.

Prof. Mancuso, tenho 2 perguntas bem objetivas a fazer, cujo conteúdo, acho, deve estar também relacionado ao dia-a-dia dos promotores e procuradores: de que maneira o Ministério Público pode ajuizar algum tipo de ação no que se refere à renovação de concessão de rádio e tevê, já que é responsabilidade do Congresso Nacional, segundo a Constituição, fazer esse tipo de apreciação? Sabemos que o Congresso não tem feito uma avaliação satisfatória da atuação das rádios e tevês com base no que está previsto na Constituição.

A segunda pergunta está diretamente ligada ao que a colega já havia abordado anteriormente: as rádios comunitárias no direito à comunicação. Que tipo de atuação o Ministério Público pode ter para garantir que tratados internacionais sejam cumpridos, como o art. 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos, para garantir a liberdade de expressão às comunidades que fazem uso das rádios comunitárias e que, por vezes, entram com a solicitação no Ministério das Comunicações, e, após 3, 4, 5 anos, não conseguem uma resposta, ainda mais se levarmos em conta que, curiosamente, a repressão a essas rádios tem aumentado no Governo Lula?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Com a palavra o Sr. Eduardo Zanata.

**O SR. EDUARDO ZANATA** - Achei muito interessante a composição do seminário, como bem lembrou a colega jornalista, com uma forte presença de juristas. E a minha primeira questão é justamente — porque não está claro para mim, pelo menos, que sou um jornalista muito desinformado a respeito dessa linguagem jurídica — sobre a diferença de uma ação civil pública e um termo de ajuste de conduta. Como processa o ajuste de conduta? É aquele caso em que a caca foi feita e a pessoa conserta, resolve, fica tudo bem? Como de fato ele funciona? Qual a diferença da ação preliminar? Que tipo de ações que podem resolver a questão e ajudar, por exemplo, a penalizar alguém responsável por um programa desses?

Eu discordo do senhor quando diz que não existe uma pessoa responsável. Existe, sim. Existe uma pessoa responsável, que se esconde diante da opinião pública sob linguagens empoladas, como, aliás, também há no Judiciário. Mas há uma pessoa responsável que pode ser penalizada de alguma forma, posta na cadeia, se for preciso, se descumprir o que estava previsto para determinado horário.

Outra questão sobre a qual gostaria de ouvir os seus comentários é como se interliga a ação judicial com a ação política? Até agora, no caso do Parlamento, vê-se — o senhor mesmo lembrou — que falta ação política. Não são só os Parlamentares, mas também os movimentos sociais. O movimento que o Deputado Orlando Fantazzini vem encabeçando é muito interessante, porque ataca direto a questão do financiamento dos programas, ataca o bolso de quem está se locupletando com a baixaria. Mas, pergunto, como isso pode ser articulado mais diretamente com a ação da Justiça, já que hoje temos aqui a presença de movimento, Parlamento e pessoas da área jurídica?

**A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) - Há mais alguém para essa rodada ? (Pausa.)**

Tem a palavra o Sr. Domingos Silveira, do Ministério Público Federal, do Rio Grande do Sul.

**O SR. DOMINGOS SILVEIRA - É uma alegria juntar o homem à lenda, porque esteja certo que o que o senhor tem escrito em matéria de tutela coletiva, a sua forma peculiar e incisiva de trabalhar processo e política tem sido guia, fator de entusiasmo e motivação para atuação de muita gente aqui presente. Então, o senhor é culpado de muita coisa.**

O consenso de que o senhor fala também pode — e eu gostaria de ouvir sua opinião a respeito — ser objeto de inquérito civil público, o instrumento constitucional de atuação do Ministério Público. Então, o primeiro aspecto que eu gostaria que o senhor enfocasse seria esse.

O segundo, um pouco na linha da primeira pessoa que interveio nessa série, é que, com relação à concessão, está certo: há um expediente de renovação previsto para não acontecer, até porque são três quintos de cada Casa do Congresso Nacional para evitar que se renove a concessão. Mas o que também me pergunto é se é possível, por meio da ação civil pública, buscar anulação, portanto o desfazimento da concessão outorgada pela sua má utilização, porque, aí, há outra figura distinta daquela prevista na renovação e no controle parlamentar das concessões.

Em terceiro lugar, insisto na pergunta do Sérgio: afinal de contas, veiculada a baixaria, não se conseguindo inibi-la em tempo próprio, é possível ação para buscar indenização por dano moral coletivo na ação civil pública?

**O SR. RODOLFO CAMARGO MANCUSO-** As perguntas são um pouco vastas, mas não vou esquecer.

Realmente, a pedra de toque é a vontade política, não adianta minimizarmos esse aspecto, porque é uma realidade. Tudo que queremos alterar e que tenha grande repercussão na sociedade, sem vontade política é impossível. A norma vai até certo ponto; depois, é preciso implementar.

Exemplo: reforma agrária. Falta texto? Não, todos os textos estão aí. Quando ela vai ser implementada? Aí entra a tal da vontade política, e assim por diante. Não tem como ser diferente. O Direito é instrumento de que o poder político se vale, é o parâmetro, é o balizamento para que se evitem arbitrariedades.

Vejam que dispomos de Código Penal, de leis penais extravagantes, mas a superlotação dos presídios o Direito Penal não tem como resolver, porque entram problemas orçamentários, metas governamentais etc. Às vezes, existe expectativa muito grande em cima da norma jurídica.

O Prof. Comparato tem estudo maravilhoso sobre o tema, e ele diz: “O Brasil virou uma *nomocracia*”. *Nomos*, norma. Aqui é assim: apareceu um problema tome norma e mais norma. É a floresta normativa.

Ao invés, o que ele propõe, seria melhor, desejável: a teleocracia, que seria o estabelecimento de programas exequíveis, implemento de condutas, de atuações do Governo para resolver o caso.

Com a devida vênia, não resisto neste momento a fazer menção à Emenda Constitucional nº 45, que acrescentou ao largo rol dos Direitos e Garantias Individuais mais um lá na ponta: o direito à razoável duração do processo. E se não durar... Nem está no conceito indeterminado, que de fato é, e o Direito lida muito com isso. E quem vai estabelecer isso? O que acontece se não durar?

O exemplo é bem claro. Ao excessivo acúmulo de processos, respondeu-se com norma. Agora, o que se poderia fazer? Vamos ver o que está na causa do acúmulo excessivo de processos. Vamos fazer um diagnóstico, vamos levantar os números, vamos identificar as causas. E vamos atacá-las, para obtermos resultados. Se só cuidarmos da febre do doente, ele vai morrer porque não lidamos com a causa da doença. Esse é o grande problema.

Lidamos com a baixaria na televisão, sabemos quem está se locupletando, quem está levando vantagem indevida. Todo mundo percebe. Agora, precisamos atacar a causa.

Foi mencionado que a Constituição prevê o concurso do Poder Legislativo para cassar. Aí já seria medida extrema. Estamos bem no começo. Vamos tentar ver o que é possível fazer em termos de conversação.

Foi apresentado o problema do ajustamento de conduta. Muitos não sabemos, mas não só na lei da ação civil pública — por exemplo, também na Lei Antitruste, que regula o funcionamento do CADE — existe ajustamento de conduta. Por quê? Porque o assunto — concorrência desleal, formação de cartel, de truste — favorece que se tente, em primeiro lugar, solução negociada antes que venha o peso da sentença judicial.

O inquérito civil é o meio por excelência para se tentar o ajustamento de conduta. É perfeitamente possível que o Ministério Público abra inquérito civil e tome depoimento das pessoas, principalmente em relação a esses programas notoriamente chocantes.

Quando se fala em baixaria, o que se entende? Na baixaria, entra violência absurda e o apelo excessivo à sexualidade, inclusive com desrespeito a horário e a faixa etária. Quem não sabe, no Brasil, qual a receita para novela dar certo? É fácil. Tem de se colocar uns personagens que concentrem manifestações de mau-caratismo, depois coloca-se bastante sexualidade gratuita, inclusive a situação curiosa que as pessoas praticamente não trabalham. Os senhores devem ter notado que, nas novelas, as coisas se passam na sala-de-estar. Ninguém se levanta de manhã, vai para o trabalho e volta de noite. Por quê? Para, subliminarmente, passar à sociedade a idéia de que trabalho não vale a pena. Todos os personagens dessas novelas sobrevivem; não se escuta falar em quem trabalha e traz dinheiro para casa. Não! As pessoas comem, vão a entretenimentos, viajam e não aparece a fonte do dinheiro. É só namoro, gravidez precoce, ou seja, a banalização da crônica diária da vida brasileira.

E a quem serve isso? Alguém descobriu que isso dá Ibope. Então, como não se cumprem os parâmetros estabelecidos na Constituição Federal, é ótimo para muita gente. Agora, reverter essa situação é muito difícil; vamos tentar ver o que se consegue.

A idéia apresentada, do ajustamento de conduta, é um começo perfeitamente possível. Se não me engano, o Ministério Público de São Paulo tentou em relação a um desses programas de auditório. Como eu não sou da instituição, não sei dizer, na seqüência, a que ponto se chegou, mas uma coisa muito importante seria, sim, levar ao conhecimento da população brasileira os textos que regem o assunto.

As pessoas devem achar que a televisão é uma espécie de terra de ninguém, de terra arrasada, sem lei nem rei, onde se faz o que bem se entende para ganhar dinheiro, pura e simplesmente. A mercancia aberta, incondicionada e irrestrita. É essa a mensagem que vai sendo passada, e as pessoas acreditam que deve ser isso mesmo.

Discussão objetiva e efetiva sem informação não existe. É verdade que informação é poder, e é mesmo. Então, é preciso passar esse poder para as pessoas, e isso só pode ser feito com informação.

Os Srs. Deputados e suas assessorias poderiam elaborar uma cartilha, e uma idéia seria se colocar, se fosse o caso de uma ação, ou de um ajustamento de conduta, a obrigatoriedade de a televisão, antes de apresentar o programa, dizer que ele atende a tais princípios estabelecidos na Constituição Federal, a classificação é “x”, o horário é “y”, é recomendável, não é recomendável. E isso nada tem a ver com censura; tem a ver com controle prévio que a própria Constituição estabelece. Não existem direitos absolutos. Nenhum direito é absoluto, nem o de propriedade.

Então, se alguém recebeu a concessão ou a permissão, o direito de explorar aquela atividade não é absoluto. Ele é condicionado. Já os romanos, os sábios romanos, diziam algo interessante: que onde está a vantagem está o encargo. Não existe na sociedade algo que só seja vantagem. Onde está o bônus está o ônus. Não há como sair disso. Tudo tem que ter uma explicação, tem que ter uma causa. Se pessoas estão se locupletando com isso, tem que haver a contraprestação correspondente. Quem é o destinatário dessa contraprestação? É a sociedade brasileira, os tais dos telespectadores.

Outro dia ouvi uma professora da USP — ela tem um trabalho a respeito da televisão — dizer que não é verdade que o povo só gosta de bobagens. Como não é ofertada coisa melhor, como saber? Esse argumento é uma falácia. Se fosse ofertada coisa melhor... Teríamos de ter um parâmetro para fazer a avaliação. Enquanto ficarmos no mundo do quanto pior melhor, não encontraremos uma saída. E o pior é que se está notando uma tendência que se está exacerbando. Por falta de resistência eficaz, ela vem aumentando. Vai chegar uma hora em que ela pode fugir completamente do controle. Está muito perto de escapar totalmente.

Portanto, o primeiro passo seria informar a sociedade de coisas que, com certeza, ela não sabe, de elementos e subsídios que ela não tem. Temos de deixar as pessoas refletir. Com certeza, informada, a sociedade brasileira vai pensar duas vezes antes de ligar em determinado canal, e — quem sabe? — conseguiremos passar uma massa crítica para os telespectadores. Essa idéia está longe

de ser uma camisa-de-força, nada de arbitrariedades. Não, mas temos de, pelo menos, passar elementos para que as pessoas possam formar uma massa crítica espontaneamente e fazer suas escolhas.

Agora, se se ofertar 5 coisas ruins, qualquer uma que for escolhida será ruim. Esse é o ponto. Não é verdade?

Não sei se deixei escapar alguma questão, mas era isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Alguém ainda deseja fazer mais alguma pergunta? (*Pausa.*)

**O SR. FERNANDO PAULINO**- Eu havia perguntado sobre as rádios comunitárias e o Ministério Público, o que seria recomendável para garantir a liberdade de expressão, na medida em que o Ministério das Comunicações não tem dado conta das solicitações. E havia perguntado também, com referência à renovação das concessões de rádio e tevê, se, diante do fato de a Câmara simplesmente chegar e aprovar, às vezes, até *ad referendum*, haveria a possibilidade de o Ministério Público Federal ou Estadual atuar nesse sentido.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Prof. Rodolfo Mancuso, o senhor pode responder.

**O SR. RODOLFO CAMARGO MANCUSO**- Como disse no início, sabem os senhores que as condutas inconstitucionais não são apenas as comissivas. Também existem as condutas omissivas. Eu posso praticar uma inconstitucionalidade por omissão. Se não cumpro o que está determinado, também estou praticando uma conduta inconstitucional. A própria Constituição prevê inconstitucionalidades por omissão. Essa seria uma hipótese.

Outra hipótese que até já me ocorreu teria a ver com o mandado de injunção, porque, conforme estabelece o art. 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal, esse mandado é viável sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

De repente, poderíamos explorar essa possibilidade, ou seja, o órgão a quem cabe o controle dessa comunicação social ou bem não está atuando, ou está — digamos assim — adotando conduta que não está sendo eficaz. Na verdade, o mandado de injunção serve para diminuir a distância entre a previsão da norma e a eficácia prática. Essa é a idéia do mandado de injunção. Na verdade, uma possibilidade.

Acho também que o problema estaria menos no tecnicismo processual e mais na vontade política de fazer os textos atualmente existentes atuarem nas

instâncias primárias. Sinceramente, é o que eu acho que devemos fazer para esgotar isso.

A Constituição Federal tem um dispositivo interessante a respeito desse esgotamento prévio na instância primária. O art. 217 da Constituição diz que os conflitos desportivos devem ser esgotados, primeiro, nas instâncias desportivas; só depois vão para o Poder Judiciário, se for o caso. Foi muito sábio o Constituinte. Por quê? Porque no calor da paixão clubística, o tempo que se vai gastar nos tribunais da justiça desportiva deve ser suficiente para que os ânimos fiquem amainados e a coisa se resolva por ali, sem necessidade de ir ao Judiciário. Nesse caso, o próprio Constituinte mostrou como é importante o esgotamento da instância primária. Acho que esse procedimento deve ser utilizado em outros casos.

Vejam, por exemplo, na questão ambiental, a importância das audiências públicas. Por quê? Como é que o Governo vai estabelecer uma política pública de recurso hídrico sem ouvir as populações diretamente interessadas e concernentes à conduta ou ao empreendimento projetado? Não tem sentido. Como o destinatário da conduta ou da obra pode deixar de ser ouvido numa democracia em que o próprio Constituinte quis que fosse participativa? Não tem lógica.

É a mesma coisa aqui. Política cultural que envolve a Constituição conclama a participação da coletividade. No fundo mesmo, estamos falando de cultura nacional através dessa mídia fantástica que é a televisão. Ela tem uma força incrível. Lembro, a propósito, o texto muito importante do art. 216, § 1º, da Constituição Federal, que diz o seguinte:

*Art. 216. ....*

*§ 1º. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro...*

Então, vejam aqui, a democracia participativa: “O poder público, com a colaboração da comunidade...” Por que o Constituinte colocou isso? Porque ele sabe que, na verdade, o Poder Público isolado, quando lida com esses assuntos de espectro muito aberto, muito largo, não consegue dele dar conta, se não houver a colaboração da comunidade envolvida. É uma ilusão imaginar que o Poder constituído vai resolver tudo com norma. Nós caímos outra vez naquele problema da “nomocracia”, que não leva a nada.

Outro dia, eu elaborava um texto sobre meio ambiente e encontrei um autor que disse uma coisa muito preocupante: “A degradação ambiental, no



*Brasil, aumenta na razão direta que aumentam os textos que tratam de meio ambiente*". É algo para realmente se pensar. Quanto mais se normatiza o meio ambiente, mais árvores são cortadas. Então, estamos falando do quê? Isso até faz lembrar de uma história em quadrinhos, onde o desenho tratava sobre o meio ambiente. Havia uma floresta pela metade e na outra metade os troncos eram cortados rasos. Então, uma pessoa olhou e disse: *"Agora eu sei porque chamam de meio ambiente, é só a metade"*.

Eu tenho grandes desconfianças em relação a tentativas de resolver problemas por decreto. Há um filósofo que fez uma consideração interessante: *"Muitas vezes, vemos a sociedade mudar a lei. Agora, lei que mudou a sociedade nunca se fez nenhuma, não existe essa via contrária"*. É interessante considerarmos isso. O Direito, na verdade, é uma experiência viva e a norma é uma parte do Direito. O Direito não é reduzido à norma. Ele abrange muita coisa, inclusive costumes. O próprio conceito de ordem pública, a boa gestão da coisa pública, tudo isso está dentro do Direito. Não adianta querer reduzir o Direito à norma, porque não funciona, ele não foi feito para isso.

Então, existem medidas judiciais que podem ser tomadas: o mandado de injunção, a ação civil pública, o inquérito civil, e no bojo dele, eventualmente, a celebração de um ajustamento de conduta, que, pela lei, tem força de título executivo. Essa é a grande vantagem do ajustamento de conduta: descumprido, ele permite sua execução imediata. Hoje, consegue-se muita coisa, na parte ambiental, mais com o ajustamento de conduta do que com o comando de mérito que venha no final, depois de muitos anos, quando transitar em julgado a decisão. O momento é de privilegiar o resultado. Estamos vivendo um momento de velocidade na sociedade. Por isso, temos que dar prioridade às condutas, às técnicas que possam resultar no que se está buscando, de maneira mais simples, direta e rápida.

Tenho certa reserva quanto ao fetiche da judicialização. Esse deve ser deixado como última alternativa. Aliás, a idéia é essa mesma. Os advogados antigos, quando faziam as petições iniciais, colocavam alguma coisa assim: *"Sr. Juiz, esgotados os meios suasórios..."*. Não precisa dizer isso, porque, efetivamente, se a pessoa está recorrendo à Justiça, é porque os meios suasórios não deram certo. Mas de todo modo eles faziam consignar que, de balde a solução amigável, consensual da controvérsia, está se recorrendo ao Judiciário. Mas a idéia do Judiciário é essa mesma: que ele venha, como o xerife, depois da briga e não antes dela. Não havendo como fazer a composição, vamos recorrer à intervenção judicial como última alternativa. A idéia maior é essa.

Quero até citar um acórdão do Tribunal de Justiça, porque achei bem interessante esse negócio do fetichismo do acesso à Justiça. O art. 5º da Constituição diz que nenhuma lesão ou ameaça pode ser subtraída à apreciação do Judiciário. Isso cria, a meu ver, um excesso de expectativa com relação à intervenção judicial, que, depois, o Judiciário não consegue atender. É isso que está na base do desencanto social com a Justiça. Aquela história: vá procurar os seus direitos. Sim, todo mundo procura seus direitos. Depois o que acontece? Só em São Paulo, para se distribuir uma apelação, leva quase 4 anos. Quer dizer, quando sai a decisão lá no fim, às vezes não há nem mais interesse em face do tempo que passou. A experiência do Direito é muito relacionada ao tempo. Os criminalistas sabem disso. Eles adoram lidar com o tempo, pois sabem que tempo que passa é verdade que foge. Quanto mais tempo se leva, mais favorece o lado deles. Portanto, hoje, não podemos brincar com o tempo. Estamos vivendo um tempo de velocidade. Temos que atentar para isso. Por isso, eu deixaria a solução judicial como última alternativa.

Insisto, mais uma vez, na necessidade de informação à população. Vamos permitir à população tomar conhecimento dos seus direitos, estabelecidos na Constituição. O endereço desses textos é a própria população. Não há outro endereço. Simplesmente não existe informação. E, sem informação, não existe poder de agir concreto ou, pelo menos, eficaz.

O Deputado, como representante eleito, tem mandato popular. O juiz não tem mandato popular, mas quem o tem vive esse corpo a corpo natural com a população. Por isso, a Câmara tem todas as condições de fazer essa cartilha, de chamar para conversação os donos de televisão e dizer: *“Os senhores vão informar à população, antes de cada programa, o que será apresentado, a pauta, a faixa etária indicada, etc”*. Isso não é censura, isso é controle. Isso é um fato importante.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Indago se há mais alguma pergunta ao Prof. Rodolfo Mancuso. *(Pausa.)*

Não havendo mais perguntas, agradeço a S.Sa. ter atendido ao convite da comissão. Com certeza, esta tarde foi importantíssima para o debate que estamos fazendo.

Em seguida, vamos assistir a um filme de 10 minutos, produzido pelo Ministério Público de Pernambuco. Posteriormente, concederei a palavra para as pessoas de Pernambuco aqui presentes que queiram fazer alguma consideração sobre o vídeo e seus resultados.

Solicito a exibição do vídeo.

Antes, porém, o Sr. Weskri quer fazer uso da palavra.

**O SR. WESKRI** - Boa tarde.

O Ministério Público de Pernambuco monitorou, ao longo de um mês, alguns dos programas que intitulamos *Os Piores dos Piores*. Em parceria com a sociedade civil organizada, demos o vídeo para uma entidade integrante do Fórum Pernambucano de Comunicação — FOPECOM para estadualizar a campanha *Quem financia a baixaria é contra a cidadania*.

Hoje, em Pernambuco, há o FOPECOM, fruto da iniciativa do Ministério Público de articular as entidades que já tinham experiência na área de comunicação, mas que estavam muito atomizadas. Então, nosso papel foi reunir essas entidades e ajudá-las no processo de formação do FOPECOM, que hoje, afortunadamente, anda com suas próprias pernas. O Ministério Público Estadual não mais integra o Fórum, apenas apóia suas ações.

*(Exibição de vídeo.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Depois de assistirmos a esse vídeo, entendemos que o nome faz exatamente justiça ao vídeo. Não pode haver coisa pior.

Vamos encerrar as atividades deste seminário no dia de hoje.

Lembro aos presentes que o seminário retorna amanhã, às 9h, com o painel *O olhar crítico sobre a qualidade da programação televisiva*.

Os debatedores serão: Eugênio Bucci, Presidente da RADIOBRÁS; Prof. Murilo Ramos, do Departamento de Jornalismo da UnB; Heloísa Buarque de Almeida, antropóloga e pesquisadora da UNICAMP; Edgar Rebouças, jornalista e professor de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo; José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Classificação do Ministério da Justiça.

Depois do debate, haverá um intervalo. À tarde, às 14h, o seminário retorna com o segundo painel *E daí... o que fazer?*, que discutirá os instrumentos jurídicos sociais de controle da programação televisiva.

Os debatedores serão: Deputado Orlando Fantazzini, Coordenador da Campanha *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*; Dr. Fernando Martins, Procurador da República em Minas Gerais; Dr. Sérgio Suiama, Procurador da República em São Paulo; Prof. Ricardo Balestreri, do Comitê de Educação para os Direitos Humanos.

Em seguida, vamos proceder ao encerramento do seminário.

Reitero agradecimentos ao Prof. Rodolfo Camargo Mancuso pelo atendimento ao nosso convite. Sua contribuição foi excelente.

Agradecemos a todos que participaram deste seminário.

Estão suspensos os trabalhos deste seminário até amanhã, às 9h.

**Seminário: Controle Social da Programação Televisiva****Data: 27/4/2005****Início: 14h50min      Término: 17h52min      Duração: 03h02min****Tempo de gravação: 03h01min****Depoente/convidado - Qualificação**

- FERNANDO MARTINS – Procurador da República do Estado de Minas Gerais.
- SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA – Procurador da República do Estado de São Paulo.
- WESTEI CONDE Y MARTIN JUNIOR – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
- RICARDO BALESTRERI – Representante do Comitê de Educação para os Direitos Humanos.

**Sumário:****Seminário - Controle Social da Programação Televisiva.****Painel: E daí... o que fazer? Instrumentos jurídicos e sociais de controle da programação televisiva.****Observações**

- Há orador não identificado.

**Transcrição**

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) - Boa-tarde a todos e a todas.

Vamos retomar nosso seminário. Este último painel tem um nome bastante sugestivo: *E daí... o que fazer?* Depois do debate que fizemos na tarde de ontem e na manhã de hoje, em que várias questões foram abordadas, este painel é dedicado ao debate do tema *E daí... O que fazer? Os instrumentos jurídicos e sociais de controle da programação televisiva*.

Convido para compor a Mesa o Deputado Orlando Fantazzini, Coordenador da Campanha *Quem financia a baixaria é contra a cidadania*; o Sr. Fernando Martins, Procurador da República em Minas Gerais; o Dr. Sérgio Suiama, Procurador da República em São Paulo; o Prof. Ricardo Balestreri, do Comitê de Educação para os Direitos Humanos. Temos 2 mineiros, 2 paulistas e 1 gaúcho.

Para representar os Ministérios Públicos Estaduais, contamos com a presença do Sr. Westei Conde, Coordenador do CAOP Cidadania, Promotor de Justiça em Pernambuco. Agradecemos a todos a presença.

Ouviremos o primeiro expositor, Sr. Fernando Martins.

O SR. FERNANDO MARTINS- Boa-tarde a todos. Agradeço o convite que me foi feito. Parabenizo a Comissão de Direitos Humanos, tanto na pessoa da Deputada Iriny Lopes quanto na do Deputado Orlando Fantazzini, pela iniciativa extremamente louvável.

Pedi uma alteração na ordem dos expositores e me antecipei, em virtude do voo de regresso, às 18h. Portanto, fico na cômoda posição de jogar a pedra e não esperá-la voltar, pois infelizmente não estarei aqui nos debates.

Todas as discussões teóricas já foram bem desenvolvidas. Agora, discutiremos sobre o que fazer. O que fazer de prático, de concreto? O que posso trazer para enriquecer o seminário é minha atuação como Procurador em Minas Gerais.

A ONG TV Bem iniciou no Estado um trabalho muito bem feito de controle da televisão. Os integrantes dessa ONG começaram a entrar em contato conosco mediante representações. Representação é uma simples manifestação de qualquer cidadão, por escrito, dirigida ao Ministério Público Federal, sem qualquer preocupação quanto à forma. Ela fez uma série de representações relativas a distorções que estavam ocorrendo em programas televisivos. Exatamente por isso, acabei ingressando nessa área com ações civis públicas.

A primeira ação civil pública, o meu batismo de fogo nessa área, foi em 2000, e teve origem numa representação da TV Bem e acabamos abrindo o inquérito civil público. O inquérito civil nada mais é do que um procedimento interno do Ministério Público Federal para colher elementos de prova, para se decidir se aquela representação tem fundamento ou não — ou se arquiva

aquilo ou faz alguma coisa. Mas precisa-se do inquérito para amadurecer o ponto de vista.

Abrimos inquérito civil público, e a primeira providência foi entrar em contato com o Ministério da Justiça, o Departamento de Classificação Indicativa. E o Dr. Elias Romão aqui presente, de forma brilhante, apresentou o trabalho desse Departamento. À época, para nosso espanto, o quadro vinha classificado como “livre”. Nós pedimos uma reclassificação, uma melhor análise do quadro. Quem não se lembra da *Banheira do Gugu*, os casais se esfregando com o sabonete, para tentar pegar sabonetes. Eram cenas que, segundo os especialistas, despertavam a sexualidade de crianças e adolescentes de forma prejudicial. Era totalmente impróprio para o horário. E o Departamento de Classificação Indicativa, à época, reclassificou o programa como impróprio para menores de 14 anos — portanto, inadequado para antes das 21h. Acreditei que a questão estivesse resolvida, porque essa reclassificação, para as 21h, é consentânea com o teor do programa.

Para nossa surpresa, houve um recurso do SBT, um recurso interno ao Departamento de Classificação Indicativa, e o Departamento acatou as razões do SBT. São elas: como o *Domingo Legal*, do Gugu, acaba às 20h30min — e a *Banheira do Gugu* é um quadro do *Domingo Legal* —, não havia como veicular às 21h; então, pediam uma reconsideração. A única fundamentação foi essa. Aí o Departamento, à época, a nosso ver de forma equivocada, atendeu a essa solicitação.

Ingressamos com ação civil pública, que foi exitosa, e conseguimos fazer com que o quadro, que antes era exibido por volta das 15h, fosse exibido às 21h. Realmente, o horário acabou inviabilizando o quadro e ele foi retirado do ar.

Foi uma experiência extremamente bem-sucedida. A razão desse sucesso, acredito que foram duas: primeiro, a sociedade provocou o Ministério Público de forma organizada, por meio dessa ONG. Eles fizeram um trabalho tão bem feito que me forneceram até mesmo um psicólogo para a avaliação do programa. Ali eu vi a atuação em concreto da sociedade, ao ingressar no Ministério Público com uma representação para que pudéssemos atuar. E o Judiciário respondeu de forma brilhante também: para minha surpresa, a liminar foi deferida, o programa foi retirado do ar, o Tribunal confirmou. Eu falei: “Poxa, é fácil; engraçado, não é tão difícil assim”.

E essa ONG continuou seu trabalho. Eles viram o caminho aberto e continuaram a pegar no meu pé. Entraram com diversas representações, e aí começamos com as ações.

A segunda ação foi contra o programa, também do SBT, *A ilha da Sedução*. Para quem não sabe, era uma *reality show*, cuja essência era a seguinte: colocar casais separados numa ilha paradisíaca onde existem pessoas solteiras. Por exemplo, a mulher fica num lado da ilha e existem homens solteiros tentando seduzi-la, e o marido vendo. E o marido, do outro lado da ilha, com mulheres solteiras também tentando seduzi-lo. Imaginem o teor do programa. Ele foi autorizado para ser veiculado a partir das 21h. Também entendemos que o teor não permitia a veiculação nesse horário, entramos em juízo com uma ação pedindo 22h, e o caminho foi o mesmo: obtivemos sucesso. Pensei: “*Pôxa, realmente é interessante*”. A atuação é algo que aparentemente era difícil.

Aí começaram a vir as decepções. Em seguida, veio uma representação contra o programa *Hora da Verdade*, ligado à emissora *Bandeirantes*. Fizemos o mesmo caminho, entramos em contato com o Ministério da Justiça. À época, apontaram que o programa era inadequado para o horário em que estava sendo exibido — era exibido às 16h. Trouxe aqui alguns quadros. Imaginem um programa às 16h com as seguintes reportagens: “*Filha de 3 meses morre e o pai confirmou que a mãe a espancou*”. São mostradas cenas das lesões na criança. A criança morta, imaginem, sendo exibida a cena às 16h.

O interessante, e estava tendo os primeiros contatos nessa área, é que o programa nem tinha sido submetido à classificação do Ministério da Justiça, porque as emissoras não respeitavam o órgão. Simplesmente recusavam-se a seguir a classificação. A Rede Bandeirantes, à época, não enviava qualquer programa para classificação, e ficava por isso mesmo.

Então, ingressamos com essa ação, pedindo que o programa fosse retirado do horário vespertino ou que fosse proibida no programa a veiculação de quaisquer cenas de violências, em especial com armas de fogo, cenas com sangue, assassinatos, estupro, trocas de tiros, crimes passionais, exploração da sexualidade, de dramas familiares, aberrações físicas. Quer dizer, juntei o quadro mais grotesco do programa. Infelizmente, essa ação não deu certo. Então, ingressamos com a ação civil pública. Mas, nessa ação, que continua em andamento, a antecipação de tutela não foi deferida, não conseguimos a curto prazo uma resposta do Judiciário, que praticamente perdeu seu objeto.

De qualquer forma, para nossa surpresa, a Rede Bandeirantes passou a submeter sua grade de programação à classificação do Departamento de Classificação Indicativa. E todas as emissoras passaram a submeter suas grades a ele. Os quadros do programa ficaram amenizados. Mesmo essa ação, que não teve uma resposta imediata e tão rápida quanto as anteriores, teve esse resulta-



do indireto, que foi trazer maior respeito por parte das emissoras ao trabalho do Departamento de Classificação Indicativa.

Outras ações vieram, como contra a *Rede TV — Repórter Cidadão* e *Canal Aberto* —, já mencionadas aqui. Também consegui uma liminar, houve um êxito relativo. O conteúdo era terrível. Por exemplo: “*Mãe afirma que filho está lhe matando aos poucos*” — isso às 17h; “*Maníaco do estilete fura nádegas de mulheres em Taubaté*”; “*Mulher com doença misteriosa no rosto vem ao palco com uma máscara; o apresentador permite que algumas pessoas a vejam*”. Isso num programa vespertino. E a Constituição determina que esse é um horário específico destinado a crianças e adolescentes, e com todas as restrições ligadas ao horário.

Outro exemplo, no programa *Canal Aberto*: “*Grande trauma destruiu a vida da minha filha; deixei meu filho na creche e quando fui buscá-lo estava morto*”. E por aí vai. O teor da reportagem era terrível. Quer dizer, sob o pretexto de informar o público, as redes, no caso, acabam expondo a miséria humana como forma de atrair ibope.

Ingressamos com a ação contra a *Rede TV — Repórter Cidadão* e *Cidade Alerta* — e obtivemos um êxito parcial. A ação continua em andamento. Inclusive, o Dr. Romão fez menção a essa questão e vai me enviar o material da análise final, que vai ajudar em muito no andamento dessa ação.

Vou dar mais um exemplo de ação interessante. Foi a ação civil pública contra filmes. Alguém da platéia chegou a mencionar os filmes que vêm sendo exibidos nos domingos, com cenas de violência, erotização precoce. Entramos com ação contra todas as emissoras de televisão com o objetivo de corrigir essa distorção. O filme era impróprio para menores de 14, 16 anos, para ser exibido depois da 20h, 21h, mas todas as redes os exibiam nas tardes de domingo, às 14h.

Ingressamos com ação nesse sentido, mas essa foi interessante. O juiz deferiu a liminar e todas as redes tiveram de parar de exibir esses filmes. Posteriormente, quase um ano após, o juiz voltou atrás em função de recurso da Rede Globo e tudo o mais, e eles voltam a exibir os filmes. O interessante é que as emissoras tiveram uma iniciativa que reputo como uma vitória, apesar dessa reforma da decisão inicial. As emissoras passaram, de iniciativa própria, a retirar as cenas de violência dos filmes. Quando você assiste a um filme à tarde, um personagem dá um tiro e o outro já aparece morto, a cena foi cortada. Isso ocorreu em face dessa ação. Está sendo discutido nos tribunais, eles procuraram amenizar com essa iniciativa. Apesar de não ser o ideal, não deixa de ser um resultado positivo.

Foram essas as ações civis públicas. A ação civil pública é um instrumento recente colocado à disposição, entre outros legitimados do Ministério Público, e é uma arma interessante de atuação prática, não só com relação à televisão, mas a diversas outras questões, passando pelo meio ambiente e outros direitos que vêm sendo agredidos. E o Ministério Público, a partir da Constituição de 1988, tem exercido essa atuação também.

Trago a minha experiência, mas existem outros colegas que se têm utilizado da ação civil pública como meio de correção dessas distorções nas redes televisivas.

Existem outras formas de atuação do Ministério Público. A ação civil pública é uma provocação feita pelo Ministério Público ao Judiciário. Pelos exemplos concretos, é uma faca de dois gumes: pode-se ter um êxito total, como eu tive em algumas ações, como em outras o Judiciário não tem a necessária presteza na resposta àquela questão, principalmente no que diz respeito à programação televisiva, em que os programas entram e saem do ar com uma rapidez incrível. É uma forma de ação que traz resultados, como realmente trouxe nesses casos, mas não é totalmente eficaz. Muitas vezes a ação é uma fruta que apodrece e não é consumida.

Também o Ministério Público age administrativamente, sem provocar o Judiciário. Procuramos atuar no âmbito do próprio Ministério Público tendo em vista o caso concreto. Pode ser um termo de ajustamento de conduta. Nada mais é do que sentar com a outra parte e chegar a um acordo, em que os interesses vão sendo compostos: cede-se um pouco daqui, a outra parte cede um pouco de lá. Chegamos a uma solução e firmamos um termo, colocamos isso no papel. É um documento legal, um título que pode ser executado.

De concreto, no que diz respeito à programação televisiva, também em função de uma representação, houve uma em relação ao desenho *South Park*. É um desenho extremamente cômico, mas que vinha sendo veiculado na Net, no canal *Multishow*, às 15h. E o teor do desenho é totalmente incompatível com o horário. Trouxe alguns trechos da nossa pesquisa. Por exemplo, em alguns episódios do *South Park*, o oficial Barbrady é obrigado a descobrir qual o maníaco que anda violentando sexualmente as galinhas do *South Park*. Isso veiculado às 15h! É brincadeira! Outro exemplo: um elefante faz amor com um porco; a mãe de Cartman, um dos personagens, ainda é uma vagabunda suja; a enfermeira que tem um feto morto grudado no rosto. É cômico, mas às 15h! Tentativa de suicídio: o avô de Stan, de 102 anos, tenta de todas as formas morrer, mas não consegue. Kenny, após ser esmagado por satélite, acaba sendo molhado por um produto que o torna morto-vivo. Quer dizer, algo totalmente incompatível.

Chamamos os representantes da Net e fizemos uma recomendação. É outra forma de atuar, fazer uma recomendação. No caso, a Net é que corrige a irregularidade. Recomendamos que eles passassem o programa para as 22h. Eles nos apontaram alguns problemas técnicos, que demandariam algum tempo. Então, firmamos um Termo de Ajuste. “*Tudo bem, vocês estão alegando que vai demandar algum tempo para a adaptação.*” Ele queriam, inclusive, que nós cedêssemos no que diz respeito a horário, mas a questão das 22h para nós era inegociável. Então, cedemos no que diz respeito à implantação. Eles demoraram alguns meses para alterar a grade de programação, se não me engano, 2 meses. Esse é um exemplo prático de Termo de Ajuste de Conduta. E resolveu, foi excelente.

Outras recomendações também foram feitas. Fizemos uma à *TV Globo* — aliás, ela foi dirigida ao Departamento de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, em função de reclamações. O problema era a novela *Celebridade*, com temática totalmente inapropriada. Estava sendo classificada como imprópria para antes das 20h. Como a novela envolvia relações cercadas de questões envolvendo inveja, nudez, cobiça, sexo, entendemos que era o caso de ser veiculada após as 21h. Fizemos uma recomendação ao Ministério da Justiça para que revisse a classificação. Realmente, eles reclassificaram a novela para as 21h e a *TV Globo* acatou, para meu espanto. O que eu pensava que seria uma boa briga acabou a *TV Globo* acatando e a novela sendo exibida às 21h. Houve adaptação com relação ao horário.

Outro exemplo: uma recomendação ao Ministério da Justiça para reclassificação de alguns programas do SBT, como *As Espiãs* e *Fastlane*. Eram veiculados à tarde e passaram a ser exibidos à noite.

Em geral, nossa prática reputo bem-sucedida, apesar dos reveses que por vezes temos tido.

Falarei também sobre os arquivamentos. Muitas representações foram arquivadas. Por exemplo, contra a novela *Chiquititas*, que a representação dizia que “*incentiva o namoro e atos libidinosos em crianças*”. Vimos que nada tinha a ver. Houve uma parecer do Ministério da Justiça, procuramos nos respaldar, e verificamos que *Chiquititas* não era tão pesada assim. Não sei onde o sujeito viu atos libidinosos na novela.

Existem casos que são meio polêmicos. Houve uma representação com relação a *Malhação*, apontando que havia referências a sexo entre adolescentes — e realmente há —, dizendo que o horário era impróprio. Submetemos a classificação ao Ministério da Justiça e entramos em contato com uma psicóloga, mas tanto um quanto o outro apontaram pontos positivos da programação, como advertência

em relação ao uso de camisinha, uma série de aspectos positivos, e acabei arquivando a representação. Não ingressamos com ação sentido. E por aí vai.

Existem representações mais recentes com referência à falta de classificação indicativa no que diz respeito a propagandas, que estamos iniciando. Nem entramos em contato com o Departamento de Classificação Indicativa, mas já oficiamos ao CONAR. Selecionei vários exemplos, mas não dá tempo de mencioná-los.

A conclusão a que cheguei com relação a essa forma de atuação foi a de que os instrumentos existentes que podem ser acionados pelo Ministério Público são eficazes. O que nos falta é mobilização da população, maior contato com ela, uma ponte entre ela e o Ministério Público. A ponte que o Deputado Orlando Fantazzini criou entre o Legislativo e a população eu sinto que falta no que diz respeito ao Ministério Público. A população não sabe da atuação do Ministério Público. No meu caso, por exemplo — sou Procurador da República num Estado de 850 Municípios, Minas Gerais; minha área é consumidor e educação —, seria impossível eu ter esse volume de ações se não houvesse um sujeito chato — digo chato, mas tiro o chapéu para ele — que ficasse no meu pé, o Presidente dessa ONG, que ficasse fazendo representações a toda hora e que fosse lá para ver se o procedimento parou, se não parou. Então, falta esse tipo de provocação.

Infelizmente — não sei por que cargas d'água — a ONG parou. Ela atuou muito entre 2000 e 2003, depois diminuiu sua atuação. Mas a experiência é muito rica no sentido de demonstrar que falta provocação da população ao Ministério Público. Em que pese aos colegas que têm representações, falta ainda maior mobilização nesse sentido. Se criarmos uma ponte, como a que o Deputado Orlando Fantazzini vem criando entre a população e o Legislativo, talvez as ações se multipliquem. E, multiplicando-se, as ações vão acabar acarretando danos econômicos. Estou aguardando o desfecho de algumas ações contra emissoras que envolvem muitas pesadíssimas. Quando isso vier a se concretizar, não vai ser lucrativo manter programas impróprios em horários inadequados. Então, repito, falta provocação para que avancemos.

Infelizmente, como disse no início, não vou poder fazer parte dos debates, mas fico à disposição para responder a perguntas. Se alguém tiver alguma questão, pode dirigi-la à Deputada Iriny Lopes, que posteriormente a encaminhará para mim.

Agradeço o tempo concedido. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) - Muito obrigada, Dr. Fernando Martins.**

Ouviremos agora o Dr. Sérgio Gardenghi Suiama, Procurador da República em São Paulo.

**O SR. SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA - Boa-tarde a todos.**

Nesta segunda parte do dia, a idéia é discutirmos questões práticas. Quando montamos o seminário, a idéia que tentamos pôr em prática — e acho que conseguimos pleno êxito — foi reservar a parte da manhã para críticas à televisão.

Quem quer trabalhar com questão relativa a meio de comunicação e televisão a primeira coisa necessária é ter olhar crítico sobre a televisão, sobre o poder dos meios de comunicação, sobre o direito à comunicação que está sendo violado. Esse era o primeiro ponto e, em relação a isso, achei fantástica a parte da manhã. E recomendo vivamente *Videologia, um livro excelente de crítica à televisão, de autoria de Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl*.

Elenquei alguns instrumentos que considero importantes. Gostaria de discutir com os senhores como podemos difundi-los.

Antes disso, vou fazer um resgate da questão crítica para chegar ao que quero dizer: o direito de resposta coletivo, que me parece o principal instrumento, aquele com que mais venho trabalhando nos últimos tempos.

Deixei ali fora 2 artigos — não sei se haverá cópia para todos — em que desenvolvo as idéias que vou mencionar hoje.

Em qualquer tentativa de controlar os meios de comunicação, a cantilena, o discurso que as emissoras apresentam em resposta é sempre o mesmo: a história da liberdade de expressão. Então, a primeira coisa que temos de fazer é enfrentar esse argumento. Nós estamos, de fato, ferindo a liberdade de expressão quando tentamos exercer controle social dos meios de comunicação? Essa é a primeira questão.

Permito-me, então, fazer o resgate desse direito para que possamos verificar se de fato há ou não ofensa a ele.

Lembro que esse direito, de primeira geração, como chamamos, está muito ligado à matriz liberal dos direitos humanos. Já na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, ele está declarado como uma limitação — daí a idéia de limite — material ao poder estatal. Essa idéia do limite material ao poder estatal — os senhores todos sabem — está na matriz do liberalismo e das revoluções burguesas do século XVIII.

A preocupação com os limites do Estado — preocupação importante, tem de ser reconhecida — fez com que o foco dos nossos estudos em direitos humanos se centrasse justamente na concepção de que a única fonte de poder que mereceria ser limitada seria o poder estatal. Acontece que, desde a

segunda metade do século XX, o Direito e as ciências sociais vêm percebendo o que sempre foi óbvio: o Estado não é a única fonte de poder que temos na sociedade. Daí todo o trabalho de Michel Foucault para mostrar a microfísica do poder, os micropoderes que estão disseminados na sociedade — e também são poderes. Fazendo o resgate, vemos, desde a década de 50, todas as ciências sociais começarem a estudar o fenômeno do poder social, que às vezes está fora do Estado e muitas vezes contra o próprio Estado.

Citando Foucault, observamos que a questão do poder fica empobrecida quando considerada unicamente em termos de legislação e de constituição ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é muito mais complicado, denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado.

No campo do Direito, há algumas iniciativas de estudos que envolvem os poderes extra-estatais. Recordo-me, por exemplo, de que, em relação ao Direito Empresarial, há alguns estudos das décadas de 70 e 80 sobre o poder de controle nas sociedades mercantis, comerciais. Tratam dos direitos das minorias, dos sócios minoritários, algo nesse sentido.

No que diz respeito ao Direito Econômico, tem sido dado relevo ao abuso do poder econômico. É necessário haver controle, pelo Estado, do abuso do poder econômico. Daí a história do CADE, da Secretária de Direito Econômico, com o objetivo de proteger a livre concorrência, os direitos dos consumidores e o meio ambiente. Entretanto, ainda não temos acúmulo crítico suficiente para reconhecer a necessidade de regulação do poder dos meios de comunicação. Ou seja, enquanto o Direito tem um setor que regula abuso de poder econômico, outro que regula abuso de poder de empresa, nada tem sobre abuso de poder dos meios de comunicação. E acho — e a parte da manhã serviu para demonstrar isso — que aí temos uma situação clara de poder.

Vou citar alguns dados para ficar mais claro o que estou dizendo. Hoje, as redes de televisão aberta alcançam todos os Municípios brasileiros. Vejam: há Municípios que não têm escola, há Municípios que não têm correio, há Municípios que não têm banco, mas todos têm televisão.

Havia, em 1999, 53 milhões 583 mil aparelhos de televisão instalados em 37 milhões de domicílios. Para os senhores terem idéia, o número de moradias que possuem televisores é maior do que o número de moradias que têm geladeira e do que o número de moradias que têm água encanada.

O IBGE, há 2 meses, divulgou pesquisa segundo a qual a média de assistência diária à televisão é de quase 5 horas. Se considerarmos que um brasileiro médio dorme 8 horas por dia, trabalha outras 8 e leva 1 para chegar a casa

— na maior boa vontade —, concluímos que ele passa praticamente o resto de seu tempo livre na frente de um aparelho de televisão. Então, é evidente que estamos diante de um fenômeno de poder. E, se estamos diante de um fenômeno de poder, como podemos refletir sobre liberdade de expressão? A questão fica totalmente modificada e passa a ser: quem, nos dias de hoje, tem liberdade de expressão? Considerando que as emissoras de televisão aberta atualmente estão no poder de 9 grupos econômicos, quem pode divulgar suas idéias, discuti-las e discordar das que são apresentadas pelas emissoras? De fato, não há essa possibilidade.

Como há uma restrição de faixa de frequência das emissoras de televisão aberta que permanecerá até que chegue a TV digital, temos problema de limitação e de concessão. As concessões estão nas mãos de 9 grupos econômicos. Então, temos 9 grupos econômicos que falam e outros 180 milhões de brasileiros que não falam.

É preciso reconhecer, como disse de manhã o Sr. Eugênio, que o único espaço público que existe hoje é o midiático, o da televisão. Não há outras formas de espaço público. Os grandes comícios e a idéia de o povo ocupar a rua foram muito enfraquecidos nos últimos anos. Portanto, a referência de espaço público que temos é a televisão e um pouco o rádio. Entretanto, infelizmente, a essa televisão e a esse rádio não há acesso de forma democrática. Então, em verdade, não estamos indo contra a liberdade de expressão na televisão; ao contrário, o que estamos querendo é garantir a liberdade de expressão de todos e não apenas desses 9 grupos econômicos. Daí a idéia, que acho muito interessante, de resgatarmos o que diz John Stewart Mill em seu libelo sobre a liberdade:

*“O único modo pelo qual é possível um ser humano tentar aproximar-se de um conhecimento completo acerca de um assunto é ouvindo o que podem dizer sobre isso as pessoas de grande variedade de opiniões e estudando todos os aspectos em que podem considerar os espíritos de todas as naturezas.*

*O hábito constante de corrigir e completar a própria opinião cotejando-a com a de outros, longe de gerar dúvidas e hesitações ao pôr em prática, constitui o único fundamento estável para que nela se tenha confiança”.*



Ou seja, parece-me que hoje a questão não se refere a cercear a liberdade de expressão de ninguém, mas, ao contrário, a garantir a mais ampla liberdade de expressão das pessoas.

Como podemos fazer isso? Em outros Estados há um mecanismo muito útil, o direito de antena. No Estado brasileiro há o direito de antena apenas para os partidos políticos — aquele exercido no horário político obrigatório. Em outros Estados — por exemplo, Portugal e Espanha —, o direito de antena é garantido também a sindicatos e a organizações da sociedade civil, às ONGs. Como funciona atualmente com os partidos políticos, haveria a obrigação de todas as emissoras reservarem um espaço de sua programação para divulgação de idéias de sindicatos, de ONGs, enfim, da sociedade civil. Essa é uma das formas de assegurar a democratização dos meios de comunicação — nós não a temos.

Outra forma — nós a temos e poderia ser melhor explorada — é justamente a possibilidade do direito de resposta coletivo. Como os senhores sabem, o direito de resposta está na Constituição, art. 5º, inciso V, que diz:

*“Art. 5º ..... ”*

*V - É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.”*

Se observarmos a doutrina do Direito, verificaremos que o direito de resposta foi muito associado à questão do direito à honra. Isso acontece ainda hoje nas campanhas eleitorais. Um candidato ofende outro, o ofendido vai ao TRE e pede o direito de resposta, sem nenhum problema. Ocorre que a Constituição não restringe o direito de resposta à honra. Repito: *“É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo”*. Que agravo? Qualquer um, qualquer dano a qualquer direito fundamental, parece-me. Logo, sempre que houvesse dano a um direito fundamental, seria assegurado o direito de resposta. Quando esse dano é provocado contra uma pessoa específica, temos um direito de resposta individual. No entanto, o que fazer diante daqueles casos em que o agravo, o dano é proporcionado a um grupo, a uma coletividade? Cito 2 exemplos para deixarmos mais clara a questão.

Aquele programa já citado aqui, *Zorra Total*, tinha um quadro que mostrava o pai de um homossexual estereotipado — agora tiraram do ar; não sei se vai voltar: vestia-se de cor-de-rosa, desmunhecava, etc., sempre na mesma situação, que envolvia o pai, o filho e outra pessoa amiga do pai. O filho fazia toda a sua *mise-en-scène*, e o pai, ao final, com vergonha do filho, virava para a câmera

*e perguntava: “Onde foi que eu errei?” E as pessoas davam gargalhada como se isso fosse realmente engraçado. Qual é a mensagem implícita? É a seguinte: sou pai, tenho um filho homossexual e tenho vergonha do meu filho. É um erro o fato de meu filho ser homossexual, e isso me causa vergonha.*

Ora, essa mensagem transmitida todo sábado para uma audiência de milhões de pessoas não causa dano ao grupo dos homossexuais? É evidente que causa. Isso contribui para reforçar o estereótipo, para reforçar o preconceito que já existe na sociedade contra esse grupo. Depois achamos estranho quando um grupo de *skinheads*, na *Praça da República*, mata uma pessoa que estava andando na rua de mãos dadas com seu namorado. Achamos isso uma barbaridade. Mas não é uma barbaridade a TV Globo transmitir aquele quadro? Não é também um ato de agressão, danoso?

Outro exemplo que cito diz respeito a uma ação civil pública com a qual o Ministério Público Federal em São Paulo ingressou por meio da Sra. Eugênia Fávero. A TV Record — e agora a TV Gazeta também — sistematicamente usa programas religiosos para fazer proselitismo religioso da Igreja Universal do Reino de Deus e para ofender as religiões afro-brasileiras. Eles não usam as expressões “pai-de-santo” e “mãe-de-santo”, mas usam “mãe de encosto”, “pai de encosto”, “casa de encosto” e, à medida que descrevem o quadro, todos ficam sabendo que, de fato, estão referindo-se às religiões umbanda e candomblé. O que fazer diante disso? Não há uma situação de dano, de preconceito religioso com o objetivo de captar a clientela para essa Igreja? Parece-me claro esse objetivo. Nesse caso específico, o Ministério Público Federal em São Paulo entrou com uma ação civil pública pedindo justamente o direito de resposta coletivo. Fizemos isso em conjunto com as ONGs e a associação que congrega os vários terreiros de candomblé e as várias casas de umbanda. A juíza ainda não julgou. Já está lá há 4 meses. Ela pediu a manifestação da Record, e estamos aguardando o julgamento pelo Poder Judiciário.

Então, qual é a idéia do direito de resposta? É a possibilidade de usar o mesmo espaço e o mesmo tempo gasto para veicular a expressão danosa para responder à ofensa proferida. Repito: quando o dano é individual, a lesão é causada a uma pessoa específica; o Fulano é Tal, o Fulano está legitimado. Agora, quando o dano é causado a uma coletividade, quem seria o legitimado para ingressar com o direito de resposta? Ora, as mesmas pessoas da lei da ação civil pública, ou seja, o Ministério Público, o Poder Público e as ONGs constituídas com essa finalidade. Esta é a idéia do direito de resposta: a possibilidade de essas ONGs, o Ministério Público e o Poder Público ingressarem em juízo, pleiteando ocupar o mesmo espaço de tempo e o mesmo canal para responder às ofensas.

Parece-me que esse instrumento é um dos que mais asseguram a liberdade de expressão — justamente o que queremos fazer — e menos ofendem os eventuais direitos das emissoras. Com esse instrumento, conseguimos escapar do argumento falacioso das emissoras de que as estamos censurando. Ao contrário, ninguém as está censurando: podem divulgar o que quiserem; entretanto, em caso de ofensa a um grupo, a uma coletividade, o Ministério Público e os outros legitimados podem usar o mesmo espaço para responder à ofensa.

Em relação às outras questões, remeto os senhores ao texto que mencionei, se quiserem dar uma olhada nele. Gostaria de mencionar outros instrumentos que me parecem importantes, para discutirmos um pouquinho as linhas de atuação, a estratégia, etc.

Os senhores sabem que foi formado um grupo de trabalho no Ministério Público Federal para discutir a questão do controle social dos meios de comunicação. Parece-me que se estão firmando no grupo duas tendências que na verdade se completam. Uma delas é pela classificação dos programas televisivos. Sobre o tema, o Dr. Fernando tem trabalho pioneiro e importante que merece ser divulgado e ampliado. O Sr. José Eduardo Elias Romão falou hoje de manhã sobre o significado da classificação, os limites impostos pelo Ministério da Justiça e os tipos de programas que seriam objeto de classificação, basicamente, sexo e violência.

A outra tendência é justamente aquela a que se referiu o Deputado Orlando Fantazzini pela manhã: a violação dos direitos humanos, o que não se resolve com a classificação da programação televisiva. Por exemplo, preconceito explícito ou agressão às religiões afro-brasileiras são veiculados pela televisão de madrugada. Vamos fazer a classificação dessa transmissão com qual finalidade? Vai adiantar alguma coisa classificá-la? A idéia é a seguinte: não importa o horário, se houve violação dos direitos humanos, não pode passar em brancas nuvens.

Se ficaram caracterizados o ato discriminatório, a violação da presunção de inocência contra os presos, a afronta à dignidade da pessoa humana através de gincanas em que são obrigadas a comer insetos, por exemplo, não importa o horário da programação: às 10h da manhã, às 5h da tarde, à meia-noite ou às 5h da manhã. O que importa é que a emissora praticou a violação dos direitos fundamentais. E temos de fazer algo efetivo para coibi-la.

É com estas duas linhas que trabalhamos: a de obrigar as emissoras de televisão a respeitar a classificação dos programas — trata-se de ação importante — e a de incentivar os Ministérios Públicos a desempenharem o papel de

fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente e de tornar obrigatória para as emissoras de televisão a classificação da programação indicativa do Ministério da Justiça.

Mas existem outras questões que precisam ser tratadas. Vou elencar algumas delas. A primeira diz respeito à omissão da União. Não me refiro ao órgão do Ministério da Justiça dirigido por José Eduardo Elias Romão, mas, sim, ao Ministério das Comunicações. Sabemos que essa Pasta sempre foi moeda de troca, sempre foi aparelhada para ser oferecida aos partidos aliados do Governo e nunca teve atuação mais efetiva no sentido de fiscalizar e de controlar os meios de comunicação.

Pesquisando a legislação antiga, surpreendi-me com o avanço nela verificado. A Lei nº 4.117, de 1962, a Lei das Telecomunicações, diz em seu art. 10:

*“Art. 10. Compete privativamente à União:*

*.....*  
*II - fiscalizar os serviços de telecomunicações por ela concedidos, autorizados ou permitidos”.*

Cito também o art. 52, que diz o seguinte:

*“Art. 52. A liberdade de radiodifusão não exclui a punição dos que praticarem abuso no seu exercício”.*

O art. 53 elenca as hipóteses de abuso do exercício da liberdade de radiodifusão, a saber:

*“Art. 53. ....*  
*e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião;*  
*.....*  
*g) comprometer as relações internacionais do País”.*

Parece-me que há comprometimento com a violação de normas ou tratados internacionais de direitos humanos.

O art. 61 menciona as penas no caso da infração: multa; suspensão de até 30 dias da transmissão; cassação da concessão; e pena de detenção, que me parece não ter sido recepcionada.

O Decreto nº 52.795, de 1963, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão — e todas essas legislações constam do *site* do Ministério das Comunicações, mas passam em brancas nuvens —, em seu art. 28, diz o seguinte:

*“Art. 28 - As concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão, além de outros que o Governo julgue convenientes aos interesses nacionais, estão sujeitas aos seguintes preceitos e obrigações:*

*11 - subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão;*

*12 - na organização da programação:*

*b) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;*

*c) destinar um um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;*

*d) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do horário da sua programação diária o tempo destinado à publicidade comercial;”*

Atualmente, algumas emissoras praticamente só veiculam comerciais, ou seja, programas comprados. Cito o caso da *TV Gazeta*, de São Paulo, que vendeu o programa para a Igreja Universal do Reino de Deus.

Prossigo na leitura:

*“16 - submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional (...)”.*

Enfim, há vários instrumentos que nos permitem mostrar que a União tem o dever de fiscalizar a programação televisiva. A quem compete essa fiscalização? À Secretaria de Serviços de Radiodifusão, conforme estabelece o Decreto nº 3.354, de 28 de janeiro de 2000, subordinada ao Ministério das Comunicações.

Em São Paulo, antes mesmo da ocorrência desses casos de violação de direitos humanos por parte das emissoras, comecei a oficialar ao Ministério das Comunicações indagando se fazia a fiscalização; de que estrutura fiscalizatória dispunha; o número de processos instaurados; o número de punições aplicadas. Enfim, a idéia é responsabilizar a União. No mínimo, parece-me que há improbidade administrativa porque ela tem o dever, de ofício, de fiscalizar o setor, mas não fiscaliza.

Precisaríamos discutir outras formas de responsabilização da União. Eventualmente, multa diária ou indenização pela omissão relativa à fiscalização dos programas televisivos. Acho que seria interessante analisar o que podemos fazer. De qualquer maneira, temos de exigir da União que cumpra o seu papel.

Poderão dizer que o valor da multa é pequeno. Não importa. Vamos, assim, criando a cultura de que a União não pode continuar omissa nessa área. Se, de fato, o valor da multa é pequeno, por outro lado, a imposição sucessiva de multas pode redundar em pedido, por parte do Ministério Público, de cassação de concessão, por exemplo; ou então em melhoramento do decreto pelo Ministério das Comunicações. A imposição sucessiva de penalidades pode justificar o ajuizamento, pelo Ministério Público, de ação civil pública para cassar a concessão. Essa possibilidade está prevista na Constituição. Não há nenhum empecilho para concretizá-la. Acho que o primeiro instrumento importante é o da exigência ao Ministério das Comunicações de cumprimento da lei.

Para quem vai atuar no âmbito das telecomunicações, é importante a formação de um *corpus* de análise, para que não continue a discutir em tese. Em tese, todos acham que propaganda para crianças é ruim; em tese, todos acham que *merchandising* é ruim. Mas que tal gravarmos os programas, editá-los, como foi feito no Estado de Pernambuco? Achei aquela iniciativa excelente, justamente porque mostra com clareza o descompasso que existe entre as obrigações assumidas pelo Brasil com os órgãos internacionais, o que está escrito na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, e a programação apresentada. Que tal fazermos isso com as outras programações? Por exemplo: propaganda para criança, discriminação contra mulheres e homossexuais, etc.

Também acho importante a possibilidade de ajuizamento de ação por dano moral coletivo. A próxima ação com a qual vamos ingressar na Justiça diz respeito a esse assunto. No caso de violação de direitos humanos, pretendemos do Judiciário a fixação de indenização por dano moral coletivo, a ser revertido ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, administrado por um conselho público.

Pensei ultimamente no que poderíamos fazer para garantir que as emissoras cumpram o inciso I do art. 221 da Constituição Federal, que fala da preferência, das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas na produção e na programação televisivas. Como poderíamos exigir isso das emissoras? A *Rede TV*, por exemplo, só transmite um jornal; o resto são programas de auditório, de fofoca, de João Kléber e companhia. Não há finalidade educativa ou cultural na programação da *Rede TV* ou da *TV Gazeta*, ultimamente. Como podemos obrigá-las a cumprir a lei? Aventurei a possibilidade de ajuizar ação civil pública para que seja determinada pelo juiz a apresentação prévia da grade de programação da emissora, dizendo ela própria quais são os programas que atendem a finalidades educativas e culturais. O juiz, então, faria esse controle para verificar a programação que atende ou não à finalidade educativa e cultural prevista na Constituição Federal. Eu sei que haveria problema quanto à coisa julgada. Mas seria interessante trazer o tema ao debate.

Por último, acho que caberia também definir a tutela inibitória específica, ou seja, impedir que certa cena do programa seja levada ao ar, ou todo o programa; mas isso somente em casos extremos. Correríamos o risco de ouvir a alegação de que há nisso certa ofensa, na medida em que é feito o controle prévio da programação. Parece-me possível e viável. Isso foi feito no caso da entrevista de integrantes do PCC, no programa do Gugu. Houve suspensão da transmissão por 30 dias. Mas me parece que o ideal nesses casos é a tutela inibitória, para obrigar a concessionária a não veicular certo programa que viola os direitos humanos; porém, só em casos extremos.

Seria interessante, embora não seja objeto de debate neste seminário, falar das rádios comunitárias, que desenvolvem papel fundamental na democratização dos meios de comunicação. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça expediu acórdão determinando que, se o Ministério das Comunicações não apreciar o pedido de autorização de funcionamento no prazo estabelecido, a emissora de rádio comunitária pode funcionar, automaticamente, até que seja proferida a decisão. Essa idéia é interessante. O problema enfrentado pelas rádios comunitárias atualmente é o seguinte: as associações pedem autorização para funcionamento, mas o Ministério das Comunicações não decide, simplesmente se omite da decisão.

Nesse caso, parece-me que seria possível ação coletiva. E é o que estamos tentando fazer em São Paulo; estamos instruindo o procedimento. A finalidade é de, por ordem judicial, autorizar o funcionamento das emissoras que já tenham formulado pedido e que não obtiveram resposta, sem obstáculos, até



que seja proferida a decisão definitiva pelo Ministério das Comunicações. Essa medida é interessante porque força o Ministério a se manifestar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Agradecemos ao Dr. Sérgio Gardenghi Suiama.

Vamos ouvir agora o Sr. Westei Conde y Martin Junior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

**O SR. WESTEI CONDE Y MARTIN JUNIOR**- Saúdo os integrantes da Mesa e a assistência. Boa-tarde a todos.

Desde logo parablenzo os organizadores do evento: a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Câmara dos Deputados por esta iniciativa tão importante para a nossa sociedade. Ao mesmo tempo, apresento justificativa de ausência. Em verdade, estaria aqui outro colega, do Ministério Público do Piauí, mas por dificuldades financeiras S.Sa. não pôde se deslocar para Brasília. Então, vou tentar substituí-lo.

Senhoras e senhores, diante do gigante que temos de combater, na discussão do tema *E Daí? O Que Fazer?*, parece-me que, embora não tenhamos a resposta a esta pergunta, sem sombra de dúvida ações integradas no sentido mais amplo da palavra nos são impostas.

No que diz respeito aos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, não há nitidez de fronteira sobre qual seria a matéria específica de um e de outro. Não se tem, muitas vezes, essa nitidez. Temos experiências exitosas pelo País, tanto de atuação do Ministério Público Federal quanto dos Ministérios Públicos Estaduais. De sorte que a idéia da integração não pode estar contida somente em discursos, mas deve ser materializada no cotidiano dessas instituições, em prol da sociedade. Cimentamos essa possibilidade de integração, não apenas e especificamente sobre o setor de telecomunicações, mas também em relação aos direitos humanos de maneira geral, com a realização do 1º Encontro Nacional do Ministério Público e Direitos Humanos, do qual participaram Promotores de Justiça e Procuradores do Brasil, dias antes da abertura do Fórum Social Mundial. No processo de diálogo mantido com o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, aprovamos a proposta de criação de um grupo nacional de defesa dos direitos humanos. Esse grupo foi criado e está sendo estruturado nos âmbitos nacional, estadual e regional, o que permitirá que nessas bases haja atuação mais efetiva e integrada dos Ministérios Públicos, no enfrentamento das graves violações aos direitos humanos.

Entendemos o Ministério Público na perspectiva da sua incompletude institucional. Ele não se basta enquanto instituição. Concorde com o que Fernando dizia sobre a edificação de uma ponte de ligação com a sociedade civil, sobretudo a organizada. Embora tenhamos todos esses instrumentais desde 1988, ou até antes, com a ação civil pública, se não mantivermos o diálogo permanente com a sociedade civil, o nosso atuar poderá ser desastroso. De sorte que dialogar com a sociedade civil é fundamental.

E faço aqui o relato da experiência, no Estado de Pernambuco, desse diálogo com a sociedade civil, diante de representação formulada ao Ministério Público por associação de moradores de um bairro de classe média alta, que reclamavam dos programas de televisão e cobravam ajuizamento de ação civil pública. Paradoxalmente, tivemos de tutelar o pedido, quando na verdade, na perspectiva emancipatória, a sociedade tem legitimidade para ajuizar a ação. Entendíamos que não se tratava de entrar com ação na Justiça. E não estou de maneira alguma retirando a importância do ajuizamento de ações. Ontem, o próprio Prof. Rodolfo Mancuso se referia ao descrédito do Judiciário. Daí a necessidade de diálogo permanente com a sociedade civil, porque muitas vezes se ingressam com ações na Justiça, obtêm-se liminares, mas não se consegue monitorar, no dia seguinte, os programas televisivos. Eles voltam a ser exibidos, são repaginados, e não temos pernas e braços para monitorá-los.

O fato é que, em Pernambuco, já existiam entidades que trabalhavam com o setor de comunicações, mas cada uma mais ou menos no seu nicho. Quando essa associação de moradores nos demandou, num primeiro momento ocorreu-nos que poderia ser atribuição do Ministério Público Federal, porque estávamos no campo das concessões de radiodifusão. Mas analisamos o que poderíamos fazer. Dialogando, chegamos à seguinte conclusão: ajuizar uma ação naquele momento seria procedimento inócuo, por todas as resistências que viriam a ser enfrentadas.

Conversamos com representantes das entidades e tivemos a idéia de qualificar, primeiramente, a própria representação que chegava ao Ministério Público. Se é verdade o que disse Fernando, que a representação é mera comunicação — e de fato é —, se não há diálogo, a partir dela retira-se o protagonismo da própria sociedade. O Ministério Público a recebe, mas depois a sociedade não sabe o destino que vai ser dado à representação.

Tentamos estabelecer outra relação, uma via de mão dupla: tanto qualificar a representação ao Ministério Público quanto permitir a solicitação, por parte

deste às entidades que têm competência nessa área, de fornecimento de dados concretos, pareceres e laudos que instrumentalizem o nosso procedimento.

Nesse diálogo bastante rico que travamos com as entidades, reunimo-nos no âmbito do Ministério Público — e acho que também é papel do Ministério Público promover diálogos sobre direitos humanos — e catalisamos essas forças. E dessa conversa criou-se uma articulação em Pernambuco para o enfrentamento da questão do controle dos meios de comunicação. A partir daí houve uma coincidência feliz: quando o Deputado Orlando Fantazzini circulava em caravanas de direitos humanos pelo Brasil afora, encontramos em Pernambuco e dialogamos sobre a perspectiva de estadualizar a campanha *“Quem financia a baixaria é contra a cidadania”*. Realizamos um seminário, e o vídeo apresentado ontem, na verdade, foi concebido exatamente com os subsídios desse diálogo permanente com a sociedade civil.

Uma entidade, a SINOS, recolheu o material que o Ministério Público havia gravado ao longo de um mês, fez um trabalho de edição, e o resultado foi o contraponto daquelas imagens com dispositivos normativos internacionais, constitucionais e infraconstitucionais, os quais estariam sendo violados.

Como fruto da estadualização da campanha surgiu o FOPECOM — Fórum Pernambucano de Comunicação. E qual era a compreensão naquele momento? Era a de que cabia ao Ministério Público integrar o Fórum, por se tratar de questão que envolve a sociedade. Portanto, a gente apenas participa, mas não integra formalmente o Fórum, que tem a sua dinâmica e agenda próprias. Mas estamos sempre participando e colaborando. E com que objetivo? Atuar diante de uma violação concreta. Ora, quando se diz que a criança exposta a essa programação é prejudicada, essa afirmação situa-se muito no campo do achismo. Portanto, decidimos chamar a universidade para que emitisse parecer sobre o impacto na saúde mental e desenvolvimento daquela pessoa exposta a “x” horas a tal programação.

O Sindicato dos Jornalistas, a partir da postura ética de seus profissionais — de televisão ou de outros meios — passa a participar desse Fórum, dialogar e também tentar fazer esse monitoramento.

Insisto: as ações são importantes, mas, se não se conseguir monitorá-las, os fatos voltam a ocorrer. O Ministério Público ajuizou algumas ações civis públicas, na maioria da vezes respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e obteve liminares. Não tem havido tanta resistência, e isso tem sido comum em outros Estados da Federação. Mas os fatos voltam a ocorrer. Por exemplo, se li-

garmos a televisão no mesmo dia em que foi concedida a liminar, ou na mesma semana, veremos que a questão volta, ainda que de outra maneira.

Vejam que esses instrumentos são importantes, mas não suficientes. Acho importante esse diálogo e deve ser parabenizada a PFDC por criar o grupo de trabalho com esses 2 objetivos apontados como vetores: a questão dos direitos humanos, dos direitos fundamentais, mas entendendo a questão da comunicação sob a perspectiva do direito humano. Talvez isso nos ajude, diante desse monstro que nos é colocado e que não conseguimos facilmente derrotar. Que se garanta, efetivamente, a possibilidade de acesso aos meios de produção da informação. É essa a questão. Não basta, como foi dito aqui pela manhã, que se tenha garantida a liberdade de expressão ou o direito à informação. O Eugênio Bucci dizia que garantir o acesso à informação já é muito. Mas acho que não é suficiente. E aí faço uma ponte com o que o que Sérgio tinha colocado, sobre a questão das rádios comunitárias. Quer dizer, se você encontra na televisão essa resistência imensa, o mesmo acontece com as rádios comunitárias. Será que a nossa intervenção — a Polícia Federal invade, apreende equipamentos —, até por falta desse diálogo, não tem impossibilitado essas comunidades de terem acesso aos meios de produção da comunicação? Acho que não se está garantindo a presença e a participação dessas diversas vozes e segmentos na comunicação.

Então, acho que devemos estar atentos a essa dimensão de direitos humanos que o tema da comunicação nos impõe e requer. Como estratégia, acho que a atuação conjunta poderia ajudar o diálogo com os próprios Ministérios Públicos. Essas diretrizes que estão sendo tiradas nacionalmente podem ser discutidas nas bases com os próprios Ministérios Públicos, Federal e Estadual, e com a sociedade civil, que passa também a ter um protagonismo nessa história. Se não houver essa compreensão, vamos estar — permita-me a expressão — “enxugando gelo”, alcançando vitórias em alguns lugares e derrotas em outros.

De sorte que essa possibilidade de atuação conjunta é importante, difusão de ações e procedimentos conjuntos. Vamos dialogar, vamos dizer estrategicamente ao Ministério Público que iremos enfrentar tal tema durante tal mês; vamos entrar com ações, instaurar procedimentos, etc. Acho que devemos ter um pouco de *advocacy*, dificultando, assim, a própria defesa, que vem com toda a carga normalmente nas capitais onde estão localizadas as representações das empresas de televisão.

A pretensão é que possamos demandar no local do dano, mesmo que seja lá no sertão de Pernambuco ou em outra pequena cidade, naquela semana,

naquele mês, ou durante determinado período estrategicamente eleito para a atuação conjunta, que possamos instaurar vários procedimentos e criar dificuldades, ainda que impondo muitas pequenas, as quais de qualquer maneira deverão ser pagas, a fim de mudarmos um pouco essa realidade tão perversa.

Acho que não há outra possibilidade senão a de contarmos com a sociedade civil organizada. Insisto: se não for por meio desse diálogo, a tendência é fazermos intervenções em defesa da sociedade que, paradoxalmente, não a contemple.

Nesse sentido, acho que temos nos esforçado para que os Ministérios Públicos tenham atuação integrada na questão da garantia dos direitos humanos, sob a ótica de que definitivamente a comunicação é um direito humano.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Ela Wiecko Volkmer de Castilho) - Obrigada, Sr. Westei Conde. Agora vamos passar a palavra ao Prof. Ricardo Balestreri, do Comitê de Educação para os Direitos Humanos.

**O SR. RICARDO BALESTRERI**- Quero cumprimentar a Deputada Iriny Lopes, o Deputado Orlando Fantazzini, o Dr. Sérgio Suiama, o Dr. Westei Conde e a todos os presentes.

Devo dizer que minha intervenção talvez possa lhes parecer menos prática do que a realizada pelo Ministério Público, cujas ações já foram concretamente encaminhadas. Minha intervenção é a de um cidadão que procura se organizar na luta contra tudo aquilo que se pode considerar abuso aos direitos humanos. É também a intervenção de um gestor da área de segurança pública.

A par da minha participação no Comitê Nacional de Educação para Direitos Humanos, dirijo hoje na SENASP o segmento encarregado do ensino, que abarca todo o processo de informação, pesquisa e análise da informação relacionada à polícia brasileira.

Preciso fazer também esse depoimento como gestor de segurança, porque, na verdade, somos o desaguadouro natural de toda essa onda de violência que a sociedade vem sofrendo. Há poucos dias, em conversa com um diretor de emissora de televisão, eu dizia o seguinte: *“Por mais que façamos, em termos de prevenção direta, ou em termos daquela repressão que o Estado democrático está ungido a fazer legitimamente, não vamos conseguir reduzir os padrões de violência da sociedade, como não temos reduzido nas últimas décadas, porque essa redução passa necessariamente pela formação de um novo tipo de cultura”*.

Quer dizer, temos uma cultura dominante, oficial, que recusa e combate a violência, mas temos uma subcultura que é, de fato, dominante na sociedade e

que acolhe a violência como forma imprescindível da própria manutenção, do próprio funcionamento do esquema social que temos e conhecemos hoje.

Então, quero preveni-los de que esta será uma abordagem muito singela de um cidadão e de um gestor de segurança pública.

Fiquei satisfeitiíssimo ao saber das ações que vocês estão encaminhando. Não é à toa que estão sofrendo já as represálias por parte da mídia. Mas a minha abordagem, portanto, será muito mais singela. Por outro lado, também, será a abordagem de alguém que dirige um segmento, como disse, que é o desaguadouro da violência social.

Em palestras para policiais do País inteiro, temos repetido um jargão que diz mais ou menos assim: *“Quando a família não dá um jeito, quando a escola não dá um jeito, quando as instituições religiosas não conseguem dar um jeito, quem acaba tendo que dar um jeito é a polícia”*. E gostaríamos de não precisar chegar a isso.

Inicialmente, devo frisar a gravidade do tema. O crescimento da violência em muitas áreas, apesar do dinheiro que se investe em segurança pública, tanto no âmbito das Unidades Federadas quanto em nível de Governo Federal — sem querer sacrificá-los e sem voltar a fazer críticas à mídia ou à televisão —, merece alguns comentários. Quais as razões que dão sustentação a essa subcultura da violência? Somos muitas vezes ingênuos. Acreditamos que a violência é um fenômeno que se produziu de maneira fortuita, gratuita, que é um fenômeno casual. Quero cometer a ousadia de dizer que a violência é sistêmica, não tem nada de casual, é elemento de sustentação do sistema capitalista — e podemos citar o capitalismo como o único sistema que sobrevive. Mas a violência é um padrão cultural de sustentação da própria dinâmica do sistema capitalista.

Dando continuidade à singeleza dessa minha intervenção, quero contar a vocês uma história. Até por ser o último a falar, posso brincar um pouco com coisas muito sérias. Através da brincadeira podemos dizer algo muito sério.

No ano passado, uma amiga muito religiosa disse-me ter conseguido finalmente juntar dinheiro para conhecer Israel. O grande sonho dela era conhecer os lugares onde Jesus passou, enfim, ter aquela sensação, curtir toda aquela dimensão espiritual de lá estar. Pois bem, juntou dinheiro ao longo da vida e conseguiu o suficiente para a viagem. Conversando recentemente com ela, disse-me entristecida que não mais iria. Perguntei-lhe o porquê. Ela disse-me: *“Porque lá está muito perigoso”*. Eu retruquei: *“Onde você mora?”*. Ela me disse: *“No Rio de Janeiro”*. Eu lhe disse: *“Quero lhe dar um conselho: vá imediatamente para lá, aproveite e faça um passeio pelo Iraque, porque você está estatisticamente*

*muito mais segura no Oriente Médio. Vivemos em um país que não tem nada de pacífico. É extremamente passivo, mas extremamente violento”.*

É um dos países mais violentos da Terra. Registramos no ano passado mais de 43 mil homicídios neste País. Então, é mito dizer que vivemos em um país pacífico. Mas é preciso lembrar que tal situação tem relação muito direta com o papel da mídia.

Ilustrando de maneira mais científica minha exposição, quero lembrar um estudo da UNESCO intitulado “*A Criança e a Violência na Mídia*”, cuja leitura recomendo fortemente, apesar de vocês já terem a ele se referido. Trata-se de trabalho realizado em 123 países, incluindo o Brasil, em que uma das temáticas era tentar descobrir quais eram os heróis dos pré-adolescentes desses países pesquisados, pré-adolescentes na faixa dos 12 anos. Então, numa determinada questão perguntava-se: “*Qual é o seu maior herói?*” E havia várias possibilidades: Jesus, Buda, Gandhi, Martin Luther King, Madre Tereza. Resultado: o maior herói da juventude planetária, com voto de 88% da juventude, dando de goleada em qualquer outro — os demais ficaram embolados ao final; todas essas grandes figuras que eu citei vinham emboladas, como candidato que faz pouco voto em eleição, apenas soma para a legenda —, é um personagem de ficção: o exterminador do futuro, representado no cinema por Arnold Schwarzenegger. Ganhou com 88% dos votos. O segundo lugar era alguém mais ou menos desse gabarito, de quem não me lembro; e o terceiro foi o Rambo.

Estamos, então, diante de um fenômeno. Sempre digo em palestras a quem tem filhos: “*Vocês devem ficar profundamente preocupados com o que vai acontecer daqui a 10 anos, porque não estamos conseguindo reverter essa dinâmica, que se vai agravando cada vez mais*”. E se hoje o Exterminador do Futuro é o maior herói da juventude planetária, é um indicativo dessa subcultura absolutamente dominante no planeta. Podemos fazer discursos bonitos, nossa retórica pode ser pela paz, mas a dinâmica real que rege o planeta é a dinâmica da violência.

Nesse sentido, eu quero dizer o seguinte: quero reforçar e frisar isso sem ficar aqui me perdendo na crítica à TV, que todos fazemos, mas quero reiterar que a violência não é um fenômeno casual, fortuito, é razão direta do planeta em que vivemos, presidido pela lógica perversa da violência, pela dinâmica da violência.

A violência como subcultura é elemento absolutamente imprescindível para a sustentação dessa lógica perversa que preside o planeta. E quero tecer alguns argumentos para explicar o que quero dizer com isso. Percebemos que estamos imersos em uma cultura onde o que domina — perdoem-me aqueles que,



como eu, têm fé religiosa, pois vou ter que usar debochadamente essa idéia — é a religião do consumo.

É falso quando dizemos que o Cristianismo domina o mundo ocidental. Na verdade, quem domina o mundo ocidental é o consumismo. E há sobradas teses de antropólogos percebendo as correlações entre os *shopping centers* e os templos. Os verdadeiros templos da nossa sociedade não são as igrejas, são os *shoppings*. Não estou contra o consumismo, o bem-estar, enfim, não estou radicalizando a minha fala, estou apenas dizendo que, na verdade, antes de olharmos para a TV, precisamos olhar para a sociedade em que vivemos.

A TV está imersa no contexto dessa sociedade. Ela é “responsiva” a essa subcultura dominante. Então, em um planeta dominado pela religião do consumo, onde as grandes catedrais são os *shopping centers* — apesar de, lamentavelmente, a maioria da população não ter acesso a esse consumo —, estamos constantemente fazendo promessas falsas, vendendo o paraíso e entregando o inferno à maioria das pessoas. Ora, isso evidentemente agrava a questão da ciranda da violência.

Evidentemente, um menino que mora num bairro rico tem condições de comprar um tênis Nike de R\$500,00, mesmo porque, sem essa mercadoria, estará ele sem parte dos paramentos apropriados para fazer parte da religião do consumo. “Sem o Nike ele não é ninguém” — repetindo o que um publicitário brasileiro dizia há algum tempo a uma jovem egressa da faculdade de jornalismo. Não sei se vocês lembram, mas isso foi noticiado pela própria imprensa escrita.

Dizem que uma jovem egressa da faculdade de jornalismo foi entrevistar um dos monstros sagrados da publicidade brasileira, mas ele não a atendia, nem a olhava. Ela disse: “Publicitário, temos uma entrevista marcada”. Ele disse: “Minha filha, vá falando, porque não tenho tempo a perder”. “A minha primeira pergunta é a seguinte: o que o senhor achou da última campanha do tênis Nike”. Ele fez a *mis-en-scène* dele, bateu com a caneta na mesa e disse a ela: “Dobre a língua, mocinha atrevida”. “Mas eu disse alguma coisa errada?” E ele: “Você ainda pergunta? Você acaba de tratar o Nike como se fosse apenas um tênis...”. “Mas não é, publicitário?” “De maneira alguma. Você é muito jovem e inexperiente, o Nike é um estilo de vida”. Ela disse: “Vai ficar complicado explicar isso aos leitores”. “Mas você não me deixa concluir a explicação: é que o Nike não é só um estilo de vida, o Nike é uma filosofia”. “Mas agora complicou mais ainda, publicitário”. “Espere, porque vou concluir em uma frase e você vai entender não apenas o que é o Nike, mas vai entender o que é a vida: o Nike não é só um estilo

*de vida, não é só uma filosofia, o Nike é uma religião, e quem não for dessa religião não será salvo”.*

O que significa isso? O menino que mora no bairro rico ingressa na religião Nike e é “salvo” — entre aspas — por ele. Ele perde o sentido da vida. Ele ingressa naquilo que um filósofo chamou de “dimensão bovina” da existência. Ele vem ao mundo pastar, engordar e morrer. Mas o sujeito que mora na favela — por aquilo que brilhantemente o colega que me antecedeu havia colocado —, que tem mais TV do que geladeira, também precisa ingressar na religião do Nike para ser alguém. A única diferença entre ele o menino rico é que ele não tem poder de consumo, a ele é prometido o paraíso, mas lhe é entregue o inferno.

Evidentemente, isso agrava a ciranda da violência. E aí vocês vão me perguntar: “*O que isso tem a ver diretamente com todas as questões da tevê, além da publicidade?*” Diretamente, tem tudo a ver, porque, a par das falsas promessas de consumo e de paraíso de bem-estar criadas, são agravantes da ansiedade popular e ultrapassam, em determinado momento, todas as fronteiras ético-morais, além de serem banalizados maciçamente os problema da violência no dia-a-dia. Evidentemente, isso tem um efeito.

Devemos também fazer o casamento da tevê aos *videogames*. Há 3 semanas, foi lançado nos Estados Unidos um novo jogo, cujo nome não lembro agora — que atinge diretamente a nossa área —, em que o jogador pode escolher entre ser um policial corrupto e violento ou honesto. Obviamente, até pela predisposição juvenil de se antagonizar, as enquetes divulgam que a maioria escolhe ser o policial corrupto e violento. Foi perguntado a um grupo de psiquiatras ingleses o efeito que surtirá na cabeça daqueles que apertaram os botões do *joystick* daqui a 10 anos. O que estamos falando é muito sério. Qual será o efeito de transgressão interior, quer dizer, de ultrapassagem de uma área de interdito moral, que não poderia ser ultrapassada e é “jogada” diariamente pela televisão, na sala de nossa casa, o lugar mais nobre dela, figuras que não deixaríamos ultrapassar a soleira da nossa porta? Qual será o efeito disso em toda uma geração? Ainda não sabemos. Sem querer aparecer assustador ou catastrófico, não temos a mínima idéia do que possa acontecer daqui a 10 ou 15 anos. Estamos vendo a ponta do *iceberg*, do ponto de vista de conduta moral, de uma geração inteira.

Por um lado, sou muito esperançoso e otimista, mas, por outro, tenho de ser absolutamente realista. Trabalho em uma área que tem essa demanda. Vejo o que acontece lá na ponta, na demanda da ação policial.

Antes de ir para os finais, a grande pergunta é: “*O que se fazer diante disso?*” O meu fazer será o de um cidadão e o de gestor de área de segurança. Mas friso os aspectos que motivam a minha fala, porque decisivamente, além de fazer a crítica da mídia, precisamos compreender que ela não é um fenômeno solto, separado do nosso universo cultural. Como disse, a mídia é responsiva, é preciso que essa crítica vá muito além dela. Percebemos que, por trás dos seus desvalores, estão os desvalores da cultura dominante, de um mundo presidido, repito, pela lógica perversa da violência e da exclusão.

Por que precisa haver violência? Ela é necessária. É preciso gerir este mundo sem essa carga de banalização diária da violência, porque vivemos em um mundo em que a maioria das pessoas são excluídas e precisamos dessensibilizar — esse é o termo utilizado no estudo da UNESCO sobre a criança e a violência — as pessoas. A mídia funciona como poderosa inoculação de vacina contra o escândalo. É preciso não nos escandalizarmos, não estranharmos mais a violência; é preciso vermos tantas mortes, tanta miséria, tanta tragédia na tevê — aqui em Brasília, creio que deve haver menos do que em outras cidades, mas deve haver bastante, pois não conheço —, a ponto de passarmos por baixo de um viaduto e não nos surpreendermos mais ao vermos pessoas morando ali.

Na minha cidade, em Porto Alegre, na ponte do Guaíba, não nos escandalizamos mais com a quantidade de favelas, muitas de papelão e de latas, onde as pessoas estão subsistindo. Afinal, já vimos desgraça pior, tanta tripa voando, tanto sangue saltando na televisão, que esses fatos cotidianos, hoje tão banalizados, não nos escandalizam mais. Estamos vacinados, segundo os termos da UNESCO, e, repito, dessensibilizados com a violência.

Afirmo categoricamente que não pretendo ser o dono da verdade, isso está no meu coração e acredito profundamente que muitas vezes somos ingênuos ao afirmar o fenômeno da violência. Esse não é um fenômeno indesejado pelo sistema, mas absolutamente inerente a ele, tal qual ele se apresenta, e sem o qual o sistema sequer poderia funcionar, porque as pessoas estariam em tal estado de sensibilidade que não lhes permitiriam aceitar as feições do mundo tal qual nos é apresentado.

Perdoem-me a análise inicial, até um pouco fora do tempo, mas me sentiria meio pára-quedista se não a fizesse para comentar um pouco sobre as possíveis saídas para resolver esse problema. Dentro desse quadro, vamos trabalhar na televisão com essa violência real, ou seja, não precisamos partir para a ficção. Se assistirmos ao jornal das 8h, estaremos diante de todas as mazelas

e tragédias da humanidade sendo despejadas aos borbotões, como disse, no lugar mais nobre da nossa casa.

Mas temos esse segundo tipo de violência, a ficcional, e conhecemos as estatísticas de milhares de crimes presenciados por uma criança de 8 anos nos Estados Unidos, que chegam a quase uma dezena, segundo o estudo da UNESCO. Lamentavelmente, como somos decorrência dessa matriz cultural norte-americana, sentimo-nos autorizados a acreditar que no Brasil também não é muito diferente.

Segundo o estudo da UNESCO, uma criança americana assiste, em média, a tevê 21 horas por semana, enquanto a criança brasileira assiste, em média, 28 horas, e vê muito mais violência do que a criança americana. É algo estardalhaçado, porém, não comentado. Os programas televisivos, os filmes produzidos pelos Estados Unidos e exportados para todo o mundo têm maior carga de violência do que a consumida internamente, o que, convenhamos, é esquisitíssimo. Autoriza-nos perguntar por que uma criança brasileira vê muito mais televisão do que a americana.

Temos ainda a violência simbólica — muito bem citada aqui anteriormente —, que desejo rapidamente ressaltar. Quando analisamos, por exemplo, o quadro do humorismo brasileiro, com algumas raras e honrosas exceções, encontramos o escracho, o horror, o lixo, do ponto de vista simbólico. Há algum tempo, havia um programa na tevê brasileira, domingo à noite, e um de seu principal foco era o escracho contra os pobres, ou seja, a desmoralização deles. Não basta o sujeito ser pobre, estar excluído de um sistema de promessas imensas, e não ter acesso a ele, ainda precisa ser esculachado no domingo à noite. É verdade que de vez em quando aparecia uma empregada para dizer: *“Sou pobre, mas sou limpinha”*. É uma revelação de exceção, porque os pobres, além de tudo, são sujos no conceito. E o que mais estranhava era ver os aplausos enfáticos da platéia cada vez que se falava mal dos pobres.

Reclamei com alguém que conhecia o esquema e ele me disse: *“Ricardo, não que as pessoas aplaudam...”* E me perguntei: *“Será que a classe média precisa de alguma maneira se sentir mais aliviada diante do fenômeno da pobreza? Cada vez que alguém fala mal de pobre se aplaude?”* Uma pessoa que trabalha na área me disse: *“Não. É porque tem claqué.”* E respondi: *“Pior ainda.”* Então, quando se fala mal de pobre, alguém levanta a placa e manda aplaudir.

Precisamos estar pacificados, neutralizados na nossa consciência diante do fenômeno. E cumpre uma segunda função: a de que os pobres aceitem que não merecem também um lugar ao sol. Se analisarmos o conteúdo do progra-

ma *Sai de Baixo*, por exemplo, e vários outros da mesma emissora, sem falar no resto — estou citando uma emissora muito chique, poderia citar programas mais bagaceiros, mas vamos falar do filé mignon —, chegaremos à conclusão de que a televisão, de maneira hipnótica, repete a tal ponto uma inverdade que acaba se transformando numa verdade. Inclusive há excelente estudo de Pierre B Bourdieu sobre a televisão. Recomendo-o a todos. Os senhores devem conhecer. E essa inverdade é a seguinte: a pobreza não é decorrência da injustiça social, mas da ordem estética. Os pobres não são pobres porque são injustiçados, mas porque são bregas, têm mau gosto e não merecem um lugar ao sol. Essa é a mensagem passada para nossos filhos e filhas. Não só as crianças, a quem falamos muito, mas, nós, adultos, temos uma cabeça a ser feita. Isso é o que aprendemos diariamente com essa violência simbólica que encontramos, por exemplo, no humor televisivo.

A violência simbólica, real e ficcional são formas de sangria do inconsciente. Sob o padrão psicanalítico, sabemos que há de tudo em nosso inconsciente. Só que nos termos de Freud, para que o convívio social seja possibilitado, algumas questões deveriam ficar devidamente recalçadas e contidas pelo superego, não podendo passar para o plano do mundo real.

A televisão é responsável por uma grande sangria daquilo que deveria ficar recalçado no subconsciente. Depois estranhamos viver numa sociedade violenta. Também estranhamos ao ver alguém que não tenha um tênis Nike ir para as cercanias de uma escola chique matar alguém para pegar aquele par de tênis. Quando vemos isso na televisão ou lemos no jornal, comentamos: “*Que horror! Parece que um tênis vale mais do que uma vida!*” Não que pareça, vale mesmo. Do que vale uma vida sem aquele tênis de marca? Do que vale uma vida sem aquele bermudão, quase caindo, que não lembro o nome? Do que vale uma vida sem aquele boné de marca? Do que vale uma vida sem esses paramentos que dão ingresso aos templos sagrados do consumo? Quem vai entrar no *shopping* com roupa e com tênis, como dizemos, Augustinho, na nossa terra, marca diabo? Não pode ser marca diabo, tem de ser algo no mínimo razoável. Por que se mata alguém para roubar um tênis? Porque esses são os valores que a subcultura diariamente nos impõe, nos hipnotiza em relação a eles.

Esta fala é mais motivacional, porque estamos diante de uma platéia, e vou confessar minha parte: às vezes, ficamos um pouco apreensivos porque a mídia possui argumentos corporativos, diz que estamos propondo a volta da censura, nós, que lutamos pelos direitos humanos. Ainda há pouco, comentei

com o Augustinho que no próximo ano completaremos 30 anos do nosso encontro na militância por direitos humanos.

Os senhores podem notar que não cozinhamos mais na primeira fervura. Perdoem-me as brincadeiras. Como podemos esperar resultados diversos dos que temos se a subcultura dominante prega isso todo o dia? Como podemos esperar — nós que estamos ali todo o tempo e outros que aqui militam por direitos humanos — que a cultura dos direitos humanos seja dominante, quando a competição é absolutamente desleal? Vivemos numa sociedade em que a hipnose coletiva é feita cotidianamente pela televisão. E me referia — por isso lembrei dos direitos humanos — aos argumentos corporativistas que às vezes nos constroem. *“Vocês, militantes de direitos humanos, estão agora lutando por censura? Vocês estão ingressando no quadro de moralismo? Vocês estão se aliando ao que há de pior?”* Não. Na verdade, para a mídia é muito cômodo continuar a fazer seu papel, acusar-nos de questões fora do escopo tradicional de nossas ações para nos sentirmos intimidados. Por isso, proponho a todos que não tenhamos medo de enfrentá-la.

Vivemos hoje numa sociedade democrática, que também supõe o controle social, o controle ungido pela população, o controle legítimo, que evita a desagregação, inclusive talvez pareça um pouco de exagero, mas não é, o controle para evitar a extinção do planeta do ponto de vista das relações de convívio e da violência cotidiana que acaba com a população, mas não do ponto de vista ecológico. No Brasil, temos uma população inteira de jovens sendo eliminados por esse ethos guerreiro masculino, que é tão divulgado, por exemplo, pela cultura televisiva.

Nós, militantes dos direitos humanos, não podemos ter vergonha de enfrentar esse problema, mas ter coragem para salvar uma geração inteira. Alguém pode afirmar que é uma perspectiva salvacionista. Certamente é. A nós, adultos, cabe a tarefa de zelar e guardar minimamente as possibilidades de desenvolvimento moral — no sentido piagetiano, e não moralista — de toda uma geração.

Não é nenhum deslize de nossa parte, mas é muito difícil a mídia afirmar: *“Quem não quiser ver, que mude de canal.”* E fica a grande pergunta, em alguns dias, como no domingo à tarde, em geral: *“Vou trocar lixo por lixo?”* A maioria da população não possui tevê a cabo, em que há, por exemplo, os canais *Discovery Channel*, *Nat Geo*. Logo, trocará lixo por lixo.

Algum tempo atrás, em São Paulo, um grande comunicador que dividia a mesa conosco em um debate discordou e afirmou: *“Acho inclusive que essa violência não é ruim porque ela propicia uma catarse e evita que o sujeito cometa*

*violência real.*” Essa afirmação é uma asneira bárbara! Não há estudo na humanidade que aponte nessa direção. Há mais de 4 mil estudos nas três últimas décadas e quase todos eles apontam para o agravamento da violência, devido ao fato de ela estar constantemente sendo divulgada pela mídia. Inclusive os principais estudos nos Estados Unidos apontam nessa direção. Quem afirmou isso disse uma bobagem, não possui fundamento científico algum. Os senhores podem responder com tranquilidade que os estudos feitos com crianças sobre a violência na mídia comprovam o contrário e derrubam esse tipo de argumento.

Não é fácil trocar de canal, não é bom para ninguém, e não é fácil desligar a tevê, porque o seu poder hipnótico é muito grande. Quem consegue desligar uma televisão? Quem, imerso nessa subcultura, consegue desligá-la? Confesso que eu tenho dificuldade.

Esses são argumentos corporativistas. É preciso que a mídia se imbua do seu caráter democrático e também pedagógico, que evidentemente ela não tem.

Quanto às saídas para se resolver o problema, é bastante simples o que vou dizer, mas certamente tem um fundo de verdade, a qual muitas vezes é singela. Em primeiro lugar, não é demais dar mais uma vez os parabéns pela campanha. Em um país imerso nesse profundo contexto de passividade, é admirável a coragem de vocês de enfrentarem essa campanha *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*. Mais admirável pelo fato de serem Deputados, que dependem de voto, da aprovação pública, porque sabemos que a mídia, evidentemente, não é o quarto Poder, é o primeiro, é o que faz e desfaz os outros. Aquele que depende de aprovação popular precisa ter muita coragem para comprar uma briga dessas. Conhecemos o poder da mídia de destruir cada um de nós, se ela tiver a intenção de criar fatos e de fazer com que os mesmos se tornem verdadeiros, e assim por diante.

Não pensem que tenho ranço antimídia também, a mídia é paradoxal, cumpre também papel essencial na manutenção da democracia. Agora, é preciso que o paradoxo seja superado, e não podemos nos acomodar a ele. A mídia também cumpre um lado bom. Tinha o *Sai de Baixo*, mas também tinha o *Globo Repórter*.

Meus amigos e amigas, isso é absolutamente insuficiente. Mais uma vez estudo da UNESCO faz isso, está dentro do quadro da hipnose, da lavagem cerebral coletiva.

A manutenção e a ampliação de campanha como essa agregam segmentos multiplicadores de consciência no País, articulistas, da própria mídia, e assim por diante, porque a mídia também não é monolítica. Temos segmentos da mídia que são autocríticos.



Nesse envolvimento, eu diria, é preciso fazer parceria com segmentos que tenham consciência moral e que não se confundam com moralismo. O único risco que sofremos, nós, que percebemos a gravidade disso, é ficar tentados a associar-nos a segmentos moralistas por fragilidade. E, aí, realmente ficaria muito mal para nós. É preciso que saibamos fazer, nesse contexto piagetiano, a diferenciação entre moralidade e moralismo. É preciso que tenhamos consciência daquilo que é danoso para a construção coletiva da sociedade e daquilo que são apenas diferenças entre as pessoas, porque, senão, em nome da moral, começamos a combater as diferenças, que são direitos absolutamente democráticos.

Pelo meu viés — venho da área da educação —, diria que é preciso investir muito em parcerias com a área da educação. É preciso que nas escolas avancemos. Vou dizer uma coisa bem concreta, em que é possível avançar, mas estamos muito atrasados. É preciso avançarmos para uma leitura crítica da comunicação.

Fui professor de adolescentes durante 20 anos, e em ano algum — tenho minha consciência tranqüila em relação a isso, independente do conteúdo que eu tivesse de dar, eu dava um jeito de chegar lá, de fazer as pontes — deixei de fazer análise crítica dos meios de comunicação com meus alunos, simplesmente porque os meios de comunicação são concorrência absolutamente desleal da escola, pois eles são absolutamente predominantes na vida dessas crianças e adolescentes em relação à escola, que tem o dever moral, não o direito, de fazer uma leitura da comunicação com seus alunos.

Para isso é preciso intensificar as parcerias com o MEC e com as redes municipais e estaduais de ensino. Isso é grandioso demais? Não. Isso é possível, é viável. Vocês me perguntarão: como cadeira, como disciplina? Quem sabe sim, quem sabe não, quem sabe perpassa. O único problema no Brasil, quando falamos em algo que perpassa todas as disciplinas, é que, às vezes, é o mesmo que dizer que não é nada. Não, Direitos Humanos perpassa todas as disciplinas. É subentendido que, na maioria dos casos, não existe.

É preciso que abramos espaços realmente formais para discutir, para fazer leitura crítica dos meios de comunicação. Em que cadeiras, ou em cadeiras novas? Não sei, essa é uma discussão que os pedagogos, os especialistas têm de aprofundar.

Diria que é preciso incentivar e realizar parcerias com quem pode nos ajudar. Incentivar a leitura é diferente de incentivar a leitura na Internet. Estou repetindo lugar-comum, mas é preciso lembrar essa obviedade que, às vezes, é esquecida. Obviamente, pelo ritmo da Internet, não temos muito tempo para pensar. Não a estou combatendo, nem sendo saudosista, ela é excepcional, mas

tudo aquilo que não nos dá muito tempo de pensar, utilizado, digamos, de maneira exclusiva, é muito perigoso.

Quando digo incentivar a leitura, refiro-me à leitura mesmo, de livro, de materialidade, de coisa que podemos pegar na mão, ler, parar, pensar, tirar nossas próprias conclusões e posicionar-nos.

Aproveito para fazer propaganda, mas é de graça. Na saída temos um livrinho que oferecemos a vocês. O título é “*Na Inquietude da Paz*”. Vocês devem conhecer um outro autor, o Dr. Feize Milani, referência no campo da paz no Brasil, o Pe. Marcelo Resende Guimarães, o Dr. Ricardo Cappi, criminólogo do projeto Axé. Há um singelo texto meu que faz abordagem analítica do papel da violência como elemento constitutivo, como tinha dito, da própria dinâmica e lógica do sistema.

Precisamos trabalhar mais com os pais, temos de nos preocupar com os adultos, mas também com as novas gerações. Trabalhar mais com os pais significa programas nas escolas abertos aos pais. As escolas, definitivamente, têm de deixar de ser só para crianças e adolescentes, têm de estar abertas à educação paterno-materno. Os pais da geração de hoje estão absolutamente perdidos na questão específica, tão discutida hoje, mas que não leva a conclusões objetivas, que são os limites.

O nosso sistema consumista aderiu, também, a uma visão de falta de limites. Para que uma pessoa possa consumir muito é preciso que tenha muito pouco limite. Não é à toa que os pais das jovens gerações têm grande dificuldade para trabalhar com limites, porque filhos que reconhecem limites serão necessariamente crianças e adolescentes menos consumistas.

Existe muita literatura alternativa propondo trabalhar com limites, mas a lógica do sistema é psicopática. Só é possível vender tantas coisas inúteis e desnecessárias à custa do trabalho e do sacrifício de muita gente imersa em uma lógica de caráter psicopático. O sistema tem caráter psicopático, e a educação tem caráter psicopático, porque educação que não trabalha formação do superego incentiva caráter psicopático.

Estamos formando uma geração inteira — quando falo em psicopatia, não vamos imaginar os extremos, os exageros, os casos clássicos, mas um *dégradé* — imersa numa cultura de caráter psicopático.

É muito complicado. Temos de trabalhar com os pais, tanto formalmente nas escolas quanto informalmente. Vocês vão dizer: “*Mas isso não é ingênuo diante da força da mídia?*” Minhas amigas e meus amigos, ingênuo seria espe-

rar que a mídia fizesse maciça e massiva campanha como essa e lutasse contra seus próprios interesses e lógica predominante.

Temos de começar a trabalhar na lógica da contaminação, que é muito mais poderosa. Permitam-me dizer uma coisa um pouco lírica, mas que eu acredito do fundo do meu coração. Mesmo a criança profundamente submetida à hipnose coletiva da televisão, se ela tem pai e mãe em casa, mesmo que o pai e a mãe não tenham muito tempo — estou aqui também repetindo lugar-comum —, esse pai e essa mãe, atentos ao filho ou à filha, podem fazer o que nenhuma poderosa rede de televisão pode fazer, pois nenhuma rede estende a mão e afaga a cabeça de uma criança.

Nenhuma rede encara frente a frente de um adolescente e diz verdades profundas que promovam e movam esse adolescente. Nenhuma rede de televisão conhece a vida íntima, por mais interativa, nessas imbecilidades interativas que estão criando. E pagamos, inclusive, conta de telefone, etc. Nenhuma rede, por mais interativa que seja, tem o contato humano que só um pai e uma mãe, ou quem os represente, podem ter com seus filhos.

Diria que a perspectiva não é ingênua, não é doce, no mau sentido, mas é muito realista, concreta e forte. Precisamos iniciar processos profundamente contaminadores da sociedade para que, eu diria sinteticamente, os adultos assumam seu papel de adultos, do qual vêm abdicando nas últimas décadas. Precisamos insistir em programas preventivos para a juventude e incrementar ações de pressão sobre os patrocinadores.

Dirigi, durante alguns anos, no Brasil, uma organização internacional. Hoje tenho algumas críticas aos seus padrões de atuação em determinadas áreas. É uma organização que tem padrão de atuação extremamente eficaz: as redes de *e-mails*, de cartas, de correspondência, que invadem, no mundo inteiro, os segmentos violadores dos direitos humanos.

Pensamos que isso não funciona, mas funciona muito. Se este País acordasse e começássemos a invadir as empresas patrocinadoras com montanhas de *e-mails* e correspondências — evidentemente, nenhuma delas vai ler essa correspondência, mas todos sabem do que se trata —, conseguiríamos fazer poderosa inversão daquilo que nos é dado hoje.

Para fechar esse aspecto motivacional, desculpe se alguém não acredita, mas como é da minha fé, e não é propaganda de religião, gostaria de citar 3 metáforas de proporção: é a história onde o que importa é o tamanho das coisas. Temos 3 metáforas de proporção inseridas nos Evangelhos que diz: *“A nós nos cabe ser o sal da terra, a luz do mundo e o fermento da massa”*.

O que é uma metáfora de proporção? Levantamos o tamanho das coisas. Sal da terra significa que é preciso tomarmos esse sal como comida, é preciso apenas uma colher de sal para transformar a comida; é preciso apenas uma pitada de fermento para transformar a massa informe.

Aí há, talvez, algum adiantamento sociológico da parte de Jesus, porque sabemos hoje a diferença entre povo e massa: povo tem consciência, e massa não. A nós cabe ser o fermento na massa, essa pitada que transforma a massa em algo realmente palatável.

Por fim, a metáfora que eu gosto mais: a nós cabe ser a luz do mundo. É um fenômeno interessante, basta acendermos uma chama muito pequena para debelarmos grande quantidade de escuridão.

Perdoem se alguém achar que é muito lírico ou singelo, mas realmente acredito nisso. É um convite para que nos coloquemos nesse lugar de sal da terra, fermento da massa e de luz do mundo, e que saibamos que certamente não precisamos ser uma labareda, mas uma pequena chama. Que arda nossa pequena chama para que possamos viver num mundo diferente.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA**(Deputada Iriny Lopes) – Obrigado, Ricardo.

Solicito à Dra. Ela Wiecko que assuma a coordenação dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI**– Boa-tarde a todos.

Não sobrou muito o que dizer diante das exposições realizadas, mas início lembrando que a campanha surge para ser espaço da sociedade civil, onde possa expressar sua insatisfação e ter um canal de diálogo pelo menos com uma instituição do Estado que é o Parlamento.

Concordo plenamente com o que disse o Dr. Sérgio: o Estado brasileiro tem sido omissos e negligentes com seu dever de controlar os meios de comunicação, no que diz respeito a afrontar o conjunto de direitos individuais e coletivos. É tão desrespeitoso, omissos e negligentes que sequer o cidadão tem direito de saber quem são os concessionários desses meios de comunicação.

É luta histórica, não era nem da campanha, vem do Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, que sempre exigiu o direito de saber quem são esses concessionários, qual o início da concessão, porque se trata de algo público. Isso só foi conseguido no finalzinho de 2003, de forma parcial, com o hoje Deputado Miro Teixeira, que tinha assumido o Ministério das Comunicações.

Fiquei muito satisfeito em ouvir o Dr. Sérgio quando disse que as ações não estão sendo só direcionadas às emissoras, mas também ao Ministério das Comunicações.

O que o Ministério das Comunicações tem feito, diante de todos os instrumentos que tem disponibilizado, para tomar medidas em relação a essas emissoras e para coibi-las, uma vez que sistematicamente afrontam os direitos humanos, a imagem do ser humano, banalizam a violência e estimulam, cada vez mais, atos de violência na sociedade?

Quando o Fernando diz que falta uma ponte entre o povo e o Ministério Público, de fato entendo que falta ponte muito grande entre a população e as mais diversas instituições do nosso País.

Atribuo esse fato aos meios de comunicação, em especial à televisão, que tenta afastar cada vez mais a população das instituições. De que forma faz isso? Busca demonstrar que se perde tempo ao se procurar qualquer instituição, desgasta as instituições perante o conjunto da sociedade.

Vou citar exemplo característico que afeta diretamente a nós, Parlamentares. A Rede Globo, na sua novela, apresenta o Deputado corrupto e generaliza, como se todos os políticos fossem corruptos. E se todos são corruptos, por que o cidadão digno da sociedade vai procurar qualquer tipo de relação com os políticos? Só que o Parlamento é um dos alicerces da democracia. Quando eu procuro afrontar instituição que representa um dos pilares da democracia, eu trabalho contra a própria democracia. É uma afronta também à Constituição.

Embora a Campanha pela Ética na TV tenha provocado a direção desta Casa a pedir providência em relação à novela da Rede Globo, nada foi feito. E quem cala consente. Esse é o pior dos dramas que sofremos aqui. A novela, no seu desfecho, afirma que os políticos são corruptos. Uma das cenas finais era o apedrejamento de uma Prefeitura, de um Prefeito, que se repetiu no Estado de Goiás, em cidade vizinha a Brasília. A população foi apedrejar a Prefeitura, fazendo com que Prefeito e Vice-Prefeito saíssem correndo, fugissem da Prefeitura.

São essas ações que a televisão estimula no campo da violência, como diz o Ricardo, e sabemos o que acontecerá daqui a 10 anos. É real e temos de procurar, desde já, diagnóstico claro. Além disso, que tenhamos condições reais de fazer com que esse movimento cesse.

A campanha tem procurado fundamentalmente trabalhar na perspectiva educativa. Ao contrário do que afirmam, que os meios de comunicação têm poder tão forte que nosso trabalho é insignificante, acreditamos que com

o envolvimento da sociedade teremos grande capacidade para fazer com que haja reversão desse quadro.

E, aí, a campanha procura o diálogo. Sabemos que com as emissoras não teremos diálogo algum, porque a ele se recusam. No ano passado, conversamos um pouco com a Dra. Ela. Havia até uma iniciativa do Ministério Público com o Ministério da Justiça para dialogar, e, mais uma vez, esse diálogo foi truncado e impossibilitado por parte justamente das emissoras. Mas, mesmo assim, queremos abrir canal de diálogo com o Estado brasileiro, com a sociedade civil, com os órgãos da sociedade e de Estado que têm possibilidade de fazer ações. O maior parceiro que temos hoje são os Ministérios Públicos, porque a campanha não tem nenhum instrumento que possa coibir, a não ser a pressão social. Aí, o Ministério Público tem sido um grande parceiro, porque tem ingressado com várias ações, representações, abertura de inquéritos civis, com termos de ajustamento, fazendo com que, de fato, a sociedade também passe a acreditar que vale a pena se organizar e dar continuidade a essa luta para que tenhamos, num futuro próximo, a possibilidade de elaborar instrumentos que defendam os interesses do cidadão.

Além desse propósito educativo das emissoras, dos anunciantes e também da sociedade — aí o Eugênio Bucci disse algo aqui hoje que, de fato, não é o mais importante, mas tem sua importância, a informação —, temos o aspecto da informação. É espantoso quando você dialoga com setores mais humildes da sociedade e as pessoas dizem: *“Olha, eu não posso fazer nada! Quem sou eu perante a Rede Globo!”* O Sr. Roberto Marinho é dono, tem o poderio. As pessoas desconhecem que as emissoras são meras concessões. O legítimo proprietário do espaço modular, onde essas emissoras utilizam os seus equipamentos para fazer a transmissão, é o povo brasileiro. O povo outorga ao Estado a possibilidade de, dentro de limites e critérios, fazer a concessão.

Mas nosso povo sequer conhece seus próprios direitos. E quem não tem conhecimento dos seus direitos obviamente não vai lutar por eles, já que os desconhece como seus direitos. Um dos grandes problemas enfrentados pela campanha hoje é chegar a todos os setores da sociedade com essa informação. Então, é preciso desmistificar esse aspecto da propriedade e do poder. O cidadão comum tem um poder tão grande, e ao mesmo tempo se sente tão incapaz de fazer a defesa de um interesse próprio. Nós temos que ampliar a campanha, avançar cada vez mais no sentido de divulgar os direitos do cidadão e fazer com que ele tenha a certeza de que não basta desligar a televisão, como dizem as emissoras. É direito do cidadão ter um instrumento de comunicação que possa

lhe dar informação, que possa ajudar na sua formação, que lhe garanta lazer e a disseminação da sua cultura. Então, não basta dizer: “*Quem não está satisfeito, que desligue*”. É direito das pessoas ter essas informações. Portanto, elas têm que lutar por esse direito. O cidadão não tem que desligar. Ele tem que exigir que haja uma televisão funcionando dentro dos parâmetros que a Constituição estabelece. Um dos maiores desafios que nós vamos ter que vencer será o de fazer com que todos os setores da sociedade tenham essa informação. Assim, o cidadão terá mais condições de lutar e de engrossar essa ação da sociedade, para que ela inclusive tenha respaldo quando as emissoras entenderem que não devam cumprir a Constituição, as ações do Ministério Público.

Por outro lado, a tentativa sistemática da campanha, no sentido de estabelecer uma relação de parceria mais próxima com alguns Ministérios, tem sido frustrada sistematicamente. Edgar Rebouças, hoje, no início, falou sobre a construção de uma legislação que possa regulamentar melhor a publicidade direcionada às crianças. Então, nós vamos buscar a construção de uma parceria mais próxima, por exemplo, com o Ministério da Saúde, que tem toda uma preocupação com o aspecto da alimentação. E a propaganda tem influência direta sobre as crianças na sua forma de se alimentar. Então, vamos buscar essa melhor articulação, também com o Ministério da Educação.

Quando o Senador Cristovam Buarque era Ministro, nós havíamos iniciado um diálogo no sentido de fazer uma massificação não de cartilhas, mas de gibis, para que fossem amplamente distribuídos nas escolas públicas, a fim de estimular uma leitura crítica dos meios de comunicação, no sentido de que as crianças pudessem ter o direito a essa informação que a elas também é sonegada. O Estado tem a obrigação de ajudar as pessoas a conhecer os seus direitos e inclusive saber como se defender frente a qualquer possibilidade de violação desses direitos. Com a saída do Ministro Cristovam do Ministério, nossos contatos acabaram se perdendo, em razão das mudanças. Vamos tentar restabelecer novamente com o atual Ministro a possibilidade de avançar nessa perspectiva. É fundamental que desde a tenra idade as crianças saibam que têm direitos, que são sujeitos de direitos, que podem opinar, que devem conhecer os instrumentos que lhes possam garantir sua defesa, para que não tenham seus direitos violados. E aí o Ministério da Educação cumpre um papel fundamental.

Nós lamentamos quando não conseguimos avançar nesse relacionamento, e vemos o Estado brasileiro investindo muito no sentido de levar o processo educativo a todas as partes deste País. Ao mesmo tempo, vemos o Governo investir, através dos meios de comunicação, em propagandas que, na maioria



das vezes, deseducam. Quer dizer, o próprio Estado ajuda a desfazer todo um trabalho feito por ele, ao injetar grandes parcelas de recursos para patrocinar determinados programas de televisão.

O mesmo se diz da saúde, ao exibir a cena de um suicídio, quando se sabe que a espetacularização de um suicídio representa estímulo a outras pessoas que tenham tendência para o suicídio. E as estatísticas demonstram que quando um suicídio é espetacularizado na televisão, em seguida vários suicídios acontecem. Proíbem-se as propagandas do tabaco, mas os atores nas telenovelas sempre estão tirando uma carteira de cigarro, de forma lenta, para que as câmeras possam dar um *close* na marca do cigarro, e em seguida, começam a fumar. Então, toda uma ação no sentido de garantir a melhora da saúde do povo brasileira acaba sendo desvirtuada. O Estado dá sua contribuição para que a saúde continue sendo prejudicada, em razão de programas que são levados ao ar.

Uma questão que não foi abordada, mas que nos traz preocupação, é a cultura. A televisão chegou à nossa sociedade globalizada. Ela é importante, tem grande agilidade, faz que com que tenhamos contatos com outras sociedades, outras culturas, permite-nos saber o que está acontecendo do outro lado do mundo. Isso é importantíssimo. Mas não podemos perder de vista nossa própria cultura.

Hoje fico, de certa forma, até espantado quando vou a uma festa de criança. Vejo que elas sabem do Dias das Bruxas — o Halloween —, sabem muito da cultura de outros países e nada da nossa cultura. A nossa cultura tem sido relegada a último plano, frente a uma cultura hollywoodiana de consumo, quando nossa cultura não estimula esse consumismo. Portanto, vamos perdendo gradativamente nesse terreno.

A aldeia global tem parâmetros interessantes. No *Jornal Nacional*, por exemplo, existe uma repórter do Nordeste — para mim é a região de sotaque mais bonito — que ao entrar para dar uma informação não fala com o sotaque nordestino, mas com aquele sotaque misto de paulista com carioca. Vejam que até essa diferença de cultura tem sido proibida pelos meios de comunicação. Trata-se da negação dos valores culturais da nossa sociedade, do nosso País. E é muito preocupante, quando se têm, por outro lado, emissoras qualificando, ou melhor, desqualificando comunidades indígenas como um bando de selvagens.

Quando fazíamos aquela caravana indígena de que o Westei falou, chegamos a um Estado e uma repórter, inclusive da aldeia global, nos perguntou: “O que o senhor acha de os índios estarem invadindo as terras?” E eu lhe disse: “Acho que a pergunta está errada”. Ela retrucou: “Não, não, os índios são invaso-

*res de terra”. E eu respondi: “Olha, se alguém invadiu terra não foram os índios”. Ela disse: “Não, mas aqui não há desenvolvimento porque eles têm muita terra, são poucos índios, são um banco de vagabundos, e a gente não pode fazer expandir a produção de soja”.*

É essa a imagem vendida ao conjunto da sociedade. E aí vemos vários conflitos entre a comunidade ocidental, que somos nós, e a comunidade indígena. E aí assistimos a massacres de comunidades indígenas em razão de um trabalho sistemático de desrespeito à cultura do nosso País, das etnias que aqui vivem. Acontece o mesmo com os quilombolas. Os remanescentes de quilombos sofrem drasticamente também todo esse processo de preconceito, de discriminação, e utilizam-se praticamente dos mesmos argumentos usados para as comunidades indígenas.

Temos que ter um cuidado muito grande com esse aspecto da cultura. Acredito que o Ministério Público também pode inovar — tem toda a capacidade para tal —, fazendo com que haja a garantia legal de que serão respeitadas as diferenças culturais, as diversidades culturais do nosso País, influenciando inclusive para que tenhamos programação televisiva que leve em consideração esse aspecto, uma vez que a Constituição é clara ao estabelecer que uma das finalidades dos meios de comunicação é difundir a cultura regional e nacional, o que não acontece. O que vemos é a difusão das culturas norte-americana e européia, em detrimento da cultura nacional e regional. É um desafio que estou lançando aqui para que nosso Ministério Público, com a capacidade que tem demonstrado de elaboração, argumentação e fundamentação, também pense nessa perspectiva não só do direito de resposta — que acho importantíssimo — ou da questão do dano moral coletivo, mas também do direito ao conhecimento da nossa cultura, dentro daquela proposta do próprio Eugênio Bucci sobre o direito de obter a informação, quando as emissoras se recusam à informação. Então, que tenhamos também o direito de ter conhecimento e acesso à nossa cultura regional e nacional.

Temos a esperança de que com as ações levadas a cabo pelo Ministério Público, que tem levado para a sociedade a compreensão de que vale a pena avançar, possamos nos organizar com a sociedade civil e estimular a ampliação das coordenações regionais. Hoje, estamos em 15 Estados da Federação. Queremos chegar, até o final do ano, a todos os Estados da Federação. Em todos eles queremos contar com coordenação que possa trabalhar diretamente com o Ministério Público.

Dr. Romão falou hoje, aqui, da dificuldade de fazer a classificação e o controle da programação regional. O máximo que eles conseguem é sobre as produções aqui de Brasília. Essas coordenações regionais desempenham papel importantíssimo; podem fazer o monitoramento e manter o diálogo sistemático com o Ministério Público, para que as ações possam ocorrer. Esse volume de organização também pode favorecer, fazendo com que os anunciantes tomem consciência da insatisfação da sociedade. É ruim para o anunciante ter sua marca associada a um programa que desagrade ao público.

Precisamos, da mesma forma, ver a possibilidade de o Ministério Público trazer *lead*, anunciantes, patrocinadores. Direta ou indiretamente eles também têm responsabilidade sobre a programação. Quando esses anunciantes começarem a sentir que também vão ser responsabilizados, passarão a ser mais críticos no momento de tomar decisões sobre os anúncios e programas em que pretendam investir recursos para divulgar sua produção.

Por outro lado, não podemos falar apenas do Ministério Público, do Executivo, da sociedade civil. E o Parlamento brasileiro? E o Poder Legislativo, o que está fazendo para que haja condições de mudança? Lamentavelmente — aí os estudos, inclusive de um companheiro da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, no ano passado, demonstram isso —, 36% dos Senadores detêm concessões de rádio ou televisão, direta ou indiretamente, em nome de familiares, de amigos ou de testas-de-ferro; e 21% dos Deputados também. Então, a correlação de força dentro do Congresso é complicadíssima. Se não, vejamos: apresentamos um projeto propondo a criação de um 0800, serviço de atendimento ao consumidor. A pressão das emissoras foi tão grande que o Relator acabou por emitir um relatório propondo a rejeição do projeto sob alegação de que o 0800 seria censura. Aí tivemos de construir todo um processo de negociação e fazer um acordo para transformar esse 0800, passando-o para o Conselho de Comunicação Social, onde ele seria mantido, financiado com um percentual dos recursos do FIT, fundo de comunicação. A matéria está tramitando até hoje. Conseguimos fazer com que fosse aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor, mas ainda está prosseguindo aí nas Comissões desta Casa.

Então, todo e qualquer projeto que tenha embutida alguma alteração ou mudança na área de comunicação, em especial televisão, sofre pressão imensa. O *lobby* das emissoras comerciais nesta Casa é muito grande. Hoje pela manhã, o Prof. Murilo falou daquela votação dos 30% do capital estrangeiro nos meios de comunicação. O *lobby* foi uma imoralidade. Estavam presentes diretores de rede de televisão no plenário da Câmara. É fato, assim como também a Medida

Provisória nº 195, de 2004, sobre dispositivos para bloqueio temporário nos aparelhos de televisão, foi derrubada. E quem estava no plenário do Senado sabe que quem redigiu o novo texto não foi nenhum Senador, nenhum assessor, mas representantes das emissoras, e isso é que foi aprovado.

É lamentável ter que fazer esse tipo de declaração. Mas ela é real. Tanto que pensamos na organização da campanha, porque acreditamos que a possibilidade de qualquer tipo de mudança legislativa só vem a ocorrer a partir de pressão de fora para dentro. Dentro da Casa não temos grandes perspectivas, a não ser dentro daquilo que o Presidente Severino vem falando das imoralidades, das obscenidades, dos beijos na boca e outras coisas mais das novelas, tema que ele vai pautar no projeto, principalmente essa questão de mulher com mulher se beijarem e de homem com homem também se beijarem. E aí ele faz referência ao projeto da campanha. Só que ele não sabe que o projeto da campanha defende isso. Na hora em que ele souber, não pauta mais.

Então a única perspectiva real que temos é esta. Por isso o conjunto das entidades da sociedade civil tem optado por esse processo educativo de diálogo e de organização da sociedade, para que haja de fato pressão sobre esta Casa e possamos ter algo, se não o ideal, pelo menos razoável, no sentido de garantir instrumentos de defesa dos interesses da cidadania. Que esse meio de comunicação importantíssimo, que é a televisão, possa ser utilizado para atender às necessidades do povo brasileiro. Que atenda também aos interesses comerciais, mas estes não se podem sobrepor aos interesses de cidadania, de soberania, aos interesses maiores da sociedade brasileira.

Deixamos cópia do Projeto de Lei nº 1.600, de 2003, que cria o Código de Ética para a Programação Televisiva. É um projeto muito simplório. A base é justamente um estudo feito de legislações de outros países — Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, Suécia, Espanha. Os países democráticos têm controle social. E nenhuma emissora de televisão desses países sai alardeando que controle social é censura. O único local em que controle social configura censura é aqui no Brasil.

Então, foi feita uma conjunção de propostas que estão plenamente em consonância com os dispositivos da Constituição. Não há nada de inovador, de fantástico, de mirabolante. É uma simplicidade. Diz, por exemplo, que os entrevistadores devem dizer aos entrevistados do que trata a entrevista. É o mínimo, para que as pessoas não sejam apanhadas de surpresa. Que elas sejam informadas do motivo pelo qual estão sendo contactadas pela produção, para participar de qual programa, etc. Por exemplo: exatidão das informações do

telejornalismo. Quando não derem uma informação exata, terão a obrigatoriedade de, no próximo jornal, informar que erraram, que o fato era um, quando, na verdade, era outro. Ou seja, é a coisa mais simples possível. A questão do respeito à privacidade das pessoas já está prevista pela Constituição. O respeito à dignidade das pessoas é um dos pontos que mais me deixam indignado nos debates — e nós não temos fugido de debates com as emissoras, obviamente não propostos por elas, mas, geralmente, por entidades, que nos convidam a integrar a Mesa. Quando elas realizam debates por iniciativa própria, só levam pessoas que pensam como elas para reafirmar o pensamento único.

O art. 1º da Constituição diz:

*“Art. 1º. A República Federativa do Brasil, (...) tem como fundamentos:*

*.....*  
*III – a dignidade da pessoa humana”.*

Trata-se de um dos princípios fundamentais da nossa República. E o que mais vemos é afronta sistemática a esses direitos. A Sra. Heloísa dizia hoje que assistia a novelas nas casas das famílias quando estava fazendo sua pesquisa. É óbvio que, na condição de políticos, temos de visitar famílias e freqüentar suas casas. Muitas vezes as pessoas marcam uma reunião na casa de uma família e, como acreditam que político sempre chega 1 hora atrasado, quando chegamos no horário previsto, ficamos na sala, com a família, esperando os vizinhos chegarem, e acabamos assistindo aos programas com ela. É curioso como as pessoas se divertem com a miséria, a desgraça e a degradação do ser humano que a televisão apresenta. E basta dizermos que aquilo é um absurdo, que pessoas estão sendo humilhadas e execradas, que a família reage. Ela reage e diz que, de fato, aquilo é um absurdo. E, se observamos que aquilo é o retrato que fazem do povo brasileiro, de sua grande maioria, as pessoas dizem que não, que aquilo pode ser uma exceção, porque *“até os pobres têm dignidade”* — e usam o termo *“até”*. *“Até os pobres têm dignidade, um ou o outro se expõe a isso e acaba sendo degradado e humilhado”*.

É interessante o exercício de assistir à televisão junto com a população porque abre a perspectiva de provocar o mínimo de diálogo.

Venho originariamente da Igreja Progressista, da Teologia da Libertação, nada do conservadorismo. Tínhamos a prática de propor a grupos de jovens que assistissem a determinada novela com olhar crítico e depois nos reuníamos

para fazer um debate sobre qual era a mensagem da novela, o que tinham visto ao longo da semana, o que o capítulo tinha mostrado, o que o personagem tinha dito. E as pessoas iam descobrindo que há uma carga ideológica imensa. Quando se assiste às novelas com olhar crítico, descobre-se a seguinte mensagem, que mencionou o Sr. Ricardo Balestreri: o mundo é assim mesmo; o pobre nasceu pobre e tem de morrer pobre; nada vai mudar o conformismo, a ideologia dominante, por exemplo, na questão dos direitos humanos. Sistemáticamente se quer convencer a sociedade de que quem faz a defesa dos direitos humanos faz a defesa dos direitos de bandidos. Portanto, o cidadão honesto pensa: *“Não quero falar de direitos humanos porque sou contra bandido nem quero discutir defesa de direitos humanos”*. Entretanto, a partir do momento em que não discuto defesa de direitos humanos, não discuto sequer os meus direitos.

Essa carga ideológica contra a sociedade é pesadíssima. É lamentável que não tenhamos o direito de usar o mesmo espaço nesses meios de comunicação para dizer o que são os direitos humanos.

Acho que se poderia pensar também numa ação civil pública para tentar garantir às entidades de direitos humanos, a partir do direito difuso, a oportunidade de esclarecer a população, uma vez que o próprio Estado não realiza campanha pública para explicar o que são os direitos humanos e sua importância; para dizer que não existe Estado de Direito democrático onde não há respeito aos direitos humanos; para informar que direitos humanos envolvem direito à saúde, educação, moradia, lazer; ou seja, para esclarecer essa amplitude a fim de ajudar o povo a avançar em suas conquistas.

Vou concluir porque acho que não tenho muito mais a acrescentar em razão de tudo o que já foi exposto neste seminário. Mas quero dizer que vamos insistir na aprovação desse projeto de lei, que vai ser nosso grande cavalo-de-batalha no sentido também de estimular o conjunto da sociedade a participar de sua elaboração e a fazer pressão para ver seu direito respeitado.

A campanha este ano vai procurar estimular universidades e faculdades. Já lançamos um desafio às mais diversas instituições, propondo, inclusive — de algumas já obtivemos resposta positiva —, que os cursos de pós-graduação estimulem a elaboração e a pesquisa científica nessa área. Temos muito pouco material para ajudar no avanço dessa luta e, inclusive, na fundamentação do próprio Ministério Público na atuação relativa ao impacto de programas de televisão sobre a criança e o idoso. O pessoal da área de psicologia e de psicanálise pode dar grande contribuição, como também o da própria área de direito e de comunicação.

A grande ação da campanha deste ano vai ser justamente a elaboração, de forma coletiva, de um projeto de lei sobre regulamentação da propaganda direcionada às crianças. Uma vez que há vários setores que realizam pesquisa nessa direção, conforme apresentado aqui pelo Sr. Edgar, pretendemos apresentar à nossa Comissão requerimento para constituição de grupo de trabalho com participação dos mais diversos setores envolvidos no assunto, que serão convidados para juntos, em Brasília, exporem suas produções, as contribuições que podem oferecer para avançarmos na elaboração da proposta. Acima de tudo, não podemos perder a perspectiva de fomentar o debate na sociedade. Às vezes até elevamos o tom justamente para sermos provocativos. Acho que, sem provocação, não avançamos. Tenho convicção de que vários debates, várias conversas, vários diálogos, na academia, no Ministério Público, já ocorreram no passado sobre esse tema. Mas a campanha tem um elemento novo: provocar a sociedade a manifestar-se; provocar a sociedade a dar sua contribuição; provocar a sociedade a não só dizer que o Estado não faz nada, mas a questionar o que cada um está fazendo na condição de agente social.

A campanha tem possibilitado a reunião de um conjunto de setores que já vinha trabalhando, elaborando e produzindo algo para juntar forças e somá-las a uma força importantíssima, sem a qual não há qualquer tipo de mudança: a força da organização social.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA (Ela Wiecko Volkmer de Castilho) - Sr. Deputado, acho que tanto provocou que ontem e hoje, neste seminário, surgiram outros caminhos de atuação que não tinham sido pensados antes. Com certeza a campanha está desempenhando papel importantíssimo para a sociedade brasileira.**

Ainda temos entre 15 e 20 minutos. Indago se alguém quer fazer alguma pergunta ou comentário. (*Pausa.*) *Quatro se manifestaram. Nós os ouviremos e encerraremos porque há integrantes da Mesa que precisam sair.*

**O SR. FERNANDO PAULINO - Sou Fernando Paulino, da Faculdade de Comunicação da UnB e do IESB.**

Quero parabenizar os organizadores pela iniciativa e perguntar ao Deputado Orlando Fantazzini se atualmente, depois do contato com as Casas Bahia, maior anunciante privado da mídia brasileira, há a possibilidade de se divulgar, no *site Ética na TV*, o *ranking* dos programas acompanhado dos anunciantes que financiam cada um deles. Já houve aquele primeiro contato e a dificuldade de se colocar, acoplar, até notificar, digamos assim, o anunciante a



partir do programa, por isso interfere na lógica comercial. Gostaria de saber se há essa possibilidade. Se não houver, disponibilizaremos o *site* do nosso projeto de pesquisa, na Faculdade de Comunicação, para fazer essa divulgação, junto com outras organizações interessadas em comunicação.

**A SRA. ROZÁRIA** - Tenho uma pergunta para o Sérgio: o direito à comunicação no Brasil não é positivado? O que significa direito positivado?

Às vezes fico meio perdida por conta da linguagem jurídica. Na Constituição, o direito à comunicação não está claro. Como alguém pode ser acusado de não o estar cumprindo?

Por exemplo, o direito à saúde é muito claro. Quando falta remédio na farmácia, nós sabemos onde e de quem cobrar. Mas como fica esse negócio de direito positivado na comunicação? Isso para mim não é muito claro.

Também não podemos perder de vista os organismos internacionais. A Comissão de Liberdade de Expressão da OEA teve um encontro com a AMARC, em parceria com o MNDH, que foi aos Estados Unidos no mês passado para relatar a situação das nossas rádios comunitárias. E a partir daí está acontecendo uma pressão sobre o Governo brasileiro. Não podemos perder de vista esses organismos, já que o Brasil é signatário de várias cartas e convenções.

Outra ação que também acho importante, além dessa de popularizar o debate sobre direito da comunicação, é colocar a pauta da comunicação em outras áreas, como fazem, por exemplo, com as conferências da educação e da saúde. Em todas essas conferências existe um debate sobre a comunicação. E como fazemos para que as deliberações dessas conferências realmente sejam colocadas em prática?

Não quero falar do Conselho Nacional de Comunicação porque não sei se é o caso de fortalecê-lo ou extingui-lo, ou o que fazer com ele. Não tenho idéia. Mas, em relação a isso, temos os Conselhos Estaduais de Comunicação, deliberativos. Aí talvez seja o caso de pensar no que aconteceu na Europa, com a criação desses conselhos de imprensa na década de 50. Foram eles que fortaleceram o setor e permitiram o que a Europa está vivendo hoje em comunicação.

Outra questão, agora sendo bastante otimista, é não perder o diálogo com os profissionais de comunicação. Temos um trabalho, no Centro de Cultura Luiz Freire, de leitura crítica da mídia. Analisamos diariamente o que a mídia está fazendo e percebemos algumas violações de direitos humanos. Um exemplo prático é a questão da *terça negra*. Houve essa matéria intitulada *Terça negra*, e até pensamos que fosse sobre uma festa, mas não, era sobre um sujeito

que havia assaltado, depois levou uma topada, teve de ir para o hospital e morreu. Então, colocou-se ali *terça negra* com conotação de preconceito.

Existe uma realidade dentro dos meios de comunicação: a formação acadêmica e a grade curricular, que é um pouco complicada. Estudamos muito pouco. O curso está mais voltado para o mercado, para estarmos na Rede Globo fazendo o *lead* e as matérias. Então, é preciso pensar na formação acadêmica e também na quantidade de matérias que os jornalistas fazem. Trabalhei um pouco na imprensa e fazia 5 matérias por dia. Existe essa realidade nos meios de comunicação.

E, acima de tudo, quem está fazendo a comunicação somos nós. Somos seres humanos e temos nossos valores. Por exemplo, quando vou à redação conversar sobre a questão indígena, meus amigos sempre me perguntam: “*Como é que índio usa aparelho?*” Se pensam isso, acabam colocando nas suas matérias um pouco do seu preconceito, dos seus valores. Então, o debate com os profissionais que fazem mídia deve ter também caráter educativo.

Era só isso. (*Pausa.*)

**A SRA. PATRÍCIA-** Pergunto ao Prof. Ricardo o que ele, como educador, pensa da violência nos desenhos animados. Esse assunto não foi discutido aqui, e em geral vemos muito nos desenhos a figura do bem, a do mal, e esse conflito é resolvido com violência. Eu quero saber se o professor aponta uma outra solução.

No projeto de lei há uma parte que proíbe a veiculação de propaganda infantil. Eu queria saber do Deputado se isso se estende aos canais de TV a cabo. Caso afirmativo, não representaria a quebra dos canais de desenho animado?

**(Não identificado)-** Sou do Comitê de Educação para os Direitos Humanos, juntamente com Balestreri e Fantazzini. No Comitê, que reúne membros de todos os setores, estamos numa fase de revisão da primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Então, até junho, vamos realizar, com apoio das Comissões de Direitos Humanos dos Estados, os encontros estaduais para a revisão do plano. É fundamental, no momento desses encontros, a presença tanto do Ministério Público como da Comissão de Direitos Humanos para que possamos reavaliar o que está posto como mídia e direitos humanos, para que possamos avançar nas ações prioritárias.

Existe no MEC um Comitê de Direitos Humanos, com membros de todas as coordenações daquele Ministério — SECAD, Comunicação, Educação Básica, etc. — para discutir a questão dos direitos humanos no ensino.

Já que existe o programa chamado Ética e Cidadania, que está indo para as escolas públicas e possui vários módulos, acho fundamental que haja mate-

rial adequado nesses módulos, para que o professor tenha condições de tratar essa questão. Como esse programa está sendo concretizado, podemos discutir, juntamente com o Comitê do MEC, a possibilidade de, dentro do Programa Ética e Cidadania, introduzir um módulo sobre ética, mídia e direitos humanos. Isso é fundamental, porque vai entrar nas escolas.

Nos Estados sempre fazemos parceria com a UNDIME e o CONSEX — conselhos que têm gestores públicos, Secretários de Educação estaduais e municipais. Eles têm vários encontros. Então, é fundamental que se paute, num desses encontros, como fazemos na semana da paz, a semana desse tema nas escolas, para que elas parem para discuti-lo. Isso é importante.

Com relação à extensão universitária, participei do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e dentro dele há as áreas de direitos humanos, comunicação, saúde e educação.

É fundamental a relação da Comissão e do Ministério Público com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão para que possamos negociar com o MEC um determinado programa de extensão para as comunidades indígenas, para outras áreas, e também pensar, na área de comunicação, em projetos de extensão universitária, em que o aluno de Comunicação, de Direito, de Psicologia, possa ir às comunidades.

Na Paraíba, fizemos um trabalho de extensão com recursos do FAC. Nele agregamos professores das redes municipais e estaduais, representantes da comunidade, capacitamos as pessoas, para que pudessem fazer uma leitura crítica da mídia. Então, é importantíssima essa relação com o Fórum, para que se negocie com o MEC um trabalho de extensão universitária, porque o aluno vai à comunidade, discute com o professor, é um trabalho interdisciplinar, que envolve Direito, Psicologia, Comunicação e várias outras áreas.

Com relação à Secretaria Especial de Direitos Humanos, como estamos na fase de revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, eu quero reforçar a participação de todos nesse processo de revisão, para que possamos pautar algumas questões. É preciso construir algum material pedagógico, porque o professor não possui material adequado. Temos de elaborar um material, a fim de termos acesso aos diversos canais.

É necessário que o Ministério Público e a Comissão de Direitos Humanos provoquem audiências nos Estados com a participação dos setores de educação e direitos humanos.

Essas as contribuições que tentei pautar aqui.

**A SRA. COORDENADORA**(Ela Wiecko de Volkmer de Castilho) - Obrigada.

Como o Dr. Sérgio precisou ir embora, e o Dr. Ricardo também vai ter de retirar-se, passo a palavra a S.Sa.

**O SR. RICARDO BALESTRERI**- Muito obrigado. Tenho de ir ao Paraná hoje. Já deveria ter saído, mas estou achando importante o evento, o debate.

Há duas rápidas observações que gostaria de fazer. Primeiro, agradeço a Rozária a lembrança. Até me senti meio culpado. De repente eu faço um discurso muito enfático e esqueço de algo importante.

A análise dos meios de comunicação não está diretamente relacionada ao papel do jornalista, do profissional que está ali. O profissional está “plastado”, normalmente, também dentro do meio de comunicação. Rozária, você estava falando, e eu estava lembrando de um grande jornal de Minas a que, em função de um trabalho que fazia, seguidamente eu ia e era entrevistado. E uma jornalista excelente um dia perguntou-me: “*Você acha que está faltando alguma coisa?*” Eu respondi: “Acho.” — eu falava sobre direitos humanos — “*Eu acho que está faltando você citar o nome das organizações de direitos humanos e dizer como as pessoas que lêem podem ajudar*”. E ela fez isso de uma maneira muito interessante: colocou nas duas bordas do jornal o nome das organizações e a forma de ajudar e procurar. Quando o jornal saiu, o editor disse-lhe que aquilo não era um órgão de benemerência, e sim um jornal, e que, portanto, ela tinha de simplesmente informar. E ponto. Mas eu a vi resistindo muito tempo assim. Então, eu acho que, quando o profissional é bom, ele tem um grau de resistência que pode exercer. É claro, ela fatalmente acabou tendo de sair do jornal, mas está trabalhando em outro.

Então, quando usava essa licença poética da luz, eu queria dizer exatamente que temos o dever de tentar fazer brilhar a nossa parte. É claro que vamos sofrer as conseqüências. Seria mentir dizer que não vai haver conseqüências, mas também há a conseqüência de transformar as coisas. Então, não estou propondo nenhuma política camicase, mas acho que realmente temos de cuidar mais da formação dos nossos jornalistas. Quando repetimos *slogans* do tipo “*quando cachorro morde a pessoa não é notícia, mas quando a pessoa morde o cachorro é*” — uma série de coisas, na verdade, está reproduzindo uma lógica que está posta aí e que conhecemos —, temos de ter mais cuidado.

Acho que uma idéia — já discutimos isso numa época e poderíamos incrementar um pouco mais a discussão — seria alguma formação mais sistêmica de direitos humanos nas faculdades de jornalismo, e não só de jornalismo.

Vou usar um conceito da ONU, os chamados setores-chaves, sem mérito de nenhuma outra profissão. Consideremos que jornalistas, médicos, professores, policiais, juízes e Parlamentares sejam os setores-chaves. Se trabalharmos esses setores-chaves, pela dinâmica da multiplicação, poderemos modificar a sociedade em muito menos tempo do que se possa pensar. Mas teremos de trabalhar realmente a formação acadêmica, concordo plenamente, o que é muito difícil, porque em geral a instituição acadêmica não está preocupada com a formação moral. Ela está preocupada apenas com a formação no sentido técnico. Evidentemente, há exceções. Mas é função da instituição acadêmica preocupar-se também com a formação moral.

A questão levantada pela Patrícia é muito importante e refere-se à violência nos desenhos animados, que está presente também nos filmes. Qual é a lógica que perpassam os desenhos e os filmes? É o que chamamos de lógica da eliminação. Temos uma sociedade inteira, um planeta inteiro convencido de que só se resolve um problema eliminando-o. Não se resolve negociando, não se resolve mediando, só se resolve eliminando. Então, se analisarmos o mais aparente ingênuo desenho animado, verificaremos o bem e o mal, o maniqueísmo. Vou dizer-lhes algo que talvez possa surpreendê-los: esse maniqueísmo não é ruim, quando se trata da infância. Para a infância é bom haver uma visão de bem e de mal, dentro dos padrões, digamos, razoáveis que a sociedade propõe. É claro que isso pode ser mal trabalhado, mas há padrões de bom senso. O grande problema não é estarem presentes o bem e o mal dessa forma um pouco maniqueísta, porque ela é didaticamente educativa. O grande problema é exatamente o fato de que hoje os “bons” e os “maus” — entre aspas — têm a mesma metodologia de ação. Então, o grande drama dos desenhos e dos filmes não está propriamente na mensagem final. O problema está na metodologia. Veremos o mesmo se analisarmos um filme policial — porque a área em que estamos trabalhando na SENASP é a questão policial. Eu trabalhei com os policiais no Brasil inteiro.

Eu tenho 46 anos. Quando era pequeno, tive a sorte de ser de uma geração que assistiu, que foi ilustrada, incentivada e mobilizada por um seriado policial intitulado *Vigilante Rodoviário*, a que poucos assistiram. Era um filme extremamente maniqueísta. O sujeito era um bom policial, honesto, muito firme, muito enérgico, mas, absolutamente, o método dele era o do “mocinho”, e em contraposição o método dos bandidos realmente era antagônico. Quando assistia ao seriado — era criança — sabia perfeitamente o que era ou não um comportamento socialmente aceitável. As crianças desta geração, de 7, 8, 10

anos, quando terminam de assistir à quase totalidade dos filmes policiais, fazem o que no jargão junguiano poderíamos chamar de confusão arquetípica. Quer dizer, na visão de Jung, o arquétipo é estruturante da moralidade.

Para quem não está familiarizado com o mundo psicológico, o arquétipo seria como quando falamos em bruxa. Hoje em dia isso está muito variado, porque há um sentido bom e um ruim para bruxa, mas existe o arquétipo, como quando falamos em fada. Alguém numa palestra disse que sogra também, quando se fala em sogra lembramos de um arquétipo. (*Risos*) Mas é um pacote de características.

Na educação, se o arquétipo é estruturante, não se pode fazer mesclagem arquetípica. Em desenho ou em filme em que o mocinho e o bandido adotam a mesma metodologia, quer dizer, se eles inspiram os mesmos valores ou anti-valores arquetípicos, uma criança menor, por exemplo, ao terminar o desenho ou o filme, não terá absolutamente noção do bem e do mal, do que seria bom ou não do ponto de vista social.

Para um adulto, consegue-se fazer a diferença de quem era o empregador no final de um típico filme policial. Hoje, sabe-se que os bandidos são empregados pelo crime organizado e os policiais pelo Estado, e todos são iguais. Inclusive um termo explica bem o que digo: *“A verdade se revela não na fala, mas no método”*.

O grande filósofo Ralph Emerson dizia: *“O que você fala é tão alto que não se escuta o que você diz”*. Quando assistimos à televisão, não escutamos o que os personagens dizem, internalizamos aquilo que eles são. É extremamente destrutivo o que está posto na maior parte dos desenhos animados e dos filmes. Aí temos de incrementar um movimento anti-hegemônico. A mídia tem hegemonia ruim, do ponto de vista da lógica da exclusão, da opressão, da dominação, da violência. Essa é a lógica que está por trás de tudo.

Como fazemos a anti-hegemonia? Mesmo em condições adversas e em posição de inferioridade trabalhamos com o contato humano. É o que estamos fazendo aqui hoje e podemos fazer se multiplicar por todo o País, no contato com professores, com setores-chaves. Se trabalharmos com uma platéia de policiais, de professores, de religiosos, certamente haverá imensa multidão por trás dela. Se tentarmos fazer isso sem se vincular à mídia, é complicado, mas há outras maneiras de fazê-lo.

Novamente, pode parecer um cândido discurso, mas não é. Pais e mães biológicos, ou tias e tios, ou irmãs e irmãos mais velhos, etc., toda a figura de au-

toridade no contexto familiar possui fundamental papel anti-hegemônico. Não podemos evitar que uma criança assista a esses desenhos ou a esses filmes.

Em determinada ocasião, quando proferia uma palestra, um senhor ficou animado, levantou a mão e afirmou — e percebi que era verdade, ele não estava brincando: *“Vou chegar em casa e vou jogar a tevê no lixo.”* Eu disse a ele: *“Não vai adiantar, meu amigo. Vejo sua boa intenção, seus filhos vão ver tevê.”* E ele: *“Mas eu não vou permitir.”* E disse: *“De alguma maneira eles vão ver ou eles vão conviver com quem vê.”* Quer dizer, não adianta jogar a tevê no lixo. Ela pode ser instrumento extremamente útil, educativo, sem ser chato inclusive. Quando falamos “educativo”, muitos dizem: *“Ah, estão propondo uma coisa chata, insuportável.”* Não. Pode ter esse ritmo de videoclipe que está imposto e pode ser bom. Muitas pessoas hoje produzem programas bons dessa maneira.

Jogar a tevê no lixo é bobagem. Disse àquele senhor que ele tinha de ter a paciência e a coragem que os adultos não têm hoje em dia, de sentar com seus filhos, ser chamado de chato, de ser acusado, e dizer: *“Meu filho, vamos assistir à tevê juntos e vamos analisar o que você viu.”* Se ele for um típico adolescente e tiver liberdade, vai dizer: *“Pai, você é um chato. Você vem de novo com essa história?”* Prefira ser chato a ser ausente, a abandonar, porque a sua conversa com ele vai fazer a contra-inoculação. Como o seu papel afetivo é muito importante, você prevalecerá sobre a hipnose coletiva. Agora, é preciso exercer o seu papel afetivo, porque, se abrir mão de dele, abandonará não só seus filhos, mas, junto com seus pares, uma geração inteira.

A lógica da eliminação está presente, e o único modo de lutarmos contra ela é fazer a leitura crítica. Um Deputado comentou o seguinte: *“Você está assistindo e todo mundo ri”*. Mas basta uma voz crítica para perguntar: *“Pessoal, olhem do que vocês estão rindo”*. Tenho feito o teste em palestras com o programa *Casseta & Planeta*, que até deu uma suavizada em relação a certos assuntos, mas já pegou muito mais pesado.

Em vários locais, com grande platéia, quando cito o *Casseta & Planeta*, todos riem e acham legal. Eu digo a eles que parei de assistir ao programa no dia em que vi uma cena na Praia de Copacabana, com o pessoal de um movimento ecológico, com uma faixa estendida que estampava: *Salvem as baleias*. Em baixo ainda havia o nome de uma organização. As baleias eram umas senhoras muito gordas sendo retiradas das águas de Copacabana. Quando digo isso, todos caem na gargalhada. É impressionante como não conseguimos nos controlar.

Agora uma palavra de educador: trabalhei muitos anos em escola, quando vi aquilo lembrei das crianças, as alunas e os alunos gordinhos, que



sofrem um inferno dentro da escola, são discriminadas de todas as formas. O que significa para uma criança assistir a uma cena dessas? A grande maioria dos adultos que caem em si se dão conta do absurdo. É preciso que alguém de fora chame a atenção sobre o absurdo. Por geração espontânea, infelizmente, as pessoas não conseguem despertar a sua consciência.

Esse é o papel que devemos desempenhar.

**A SRA. COORDENADORA** (Ela Wiecko Volkmer de Castilho) - Obrigada pela participação.

O Domingos nos informou que os CDs estão prontos e à disposição de todos. Cada CD é composto por 3 etapas: a primeira, sobre a atuação judicial do Ministério Público, com petições iniciais de ação civil pública; a segunda, sobre a atuação extrajudicial, portaria, recomendações; e a terceira, sobre doutrina e referências bibliográficas.

Nós, do Ministério Público, estamos lançando uma rede de articulação e entraremos em contato com as pessoas que deixaram seus *e-mails* na lista de presença. Se houver algum mais interessado, pode escrever para o endereço eletrônico impresso no *folder*: [pd001@pgr.mpf.gov.br](mailto:pd001@pgr.mpf.gov.br), que é a rede de articulação de Ministérios Públicos. Mas, como muitos já disseram, só o Ministério Público não pode fazer nada. A sociedade é bem-vinda a essa rede.

Passo a Presidência para o Deputado Orlando Fantazzini.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Orlando Fantazzini) - Passo a palavra ao Dr. Westei Conde, para responder às perguntas.

**O SR. WESTEI CONDE Y MARTIN JUNIOR**- A pedido do Sérgio, responderei à indagação da Rozária quanto a traduzir o que representa a positividade na Constituição do direito à comunicação.

Na verdade, a meu ver, esse direito não está positivado. Significa que normas internacionais no campo dos direitos humanos ingressam no ordenamento interno na condição de direito fundamental.

Nesse sentido, a comunicação, como direito humano, sob a perspectiva que já abordamos, como acesso aos meios de produção da informação e como garantir a presença dos diversos segmentos da sociedade, ainda não está posta em nosso marco legal. Agora, se temos presente que os direitos humanos são uma história, estão em processo de construção, é fundamental, nesse processo de mobilização, utilizarmos a expressão e forçar para que cada vez mais se mude a hegemonia aí posta. Isso vale também para a instância internacional, porque, em matéria de direitos humanos, se não se consegue o tratado, que bem ou mal, equiparando-o, corresponderia a uma lei no âmbito do direito interno

— não estou discutindo hierarquia —, muitas vezes não se chega ao consenso, na comunidade internacional, para que se chegue a um texto normativo dessa qualidade. São feitas declarações e várias outras manifestações, e cito o exemplo da clássica Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que demora até 1966, com o advento dos 2 pactos: o dos Direitos Cíveis e Políticos e o dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Essa positivação está em processo de elaboração. Devemos, portanto, reforçar a necessidade de mudar. Em direitos humanos, nem todo ponto está finalizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Orlando Fantazzini) - Vou responder. Se entendi bem, foi-nos perguntado por que não divulgamos os patrocinadores.

Temos feito a divulgação. Segundo o Fórum Social Mundial, figuramos em primeiro lugar no *ranking* a fazer a divulgação do programa, a emissora e o patrocinador anunciante.

Na Internet, na página [www.eticanatv.org.br](http://www.eticanatv.org.br), há todas as informações disponíveis para os que desejarem. Todos têm direito a consultá-la e reproduzir material ou qualquer artigo, não há direitos a serem preservados.

Sempre temos procurado criar constrangimentos. Esse é um dos nossos objetivos. Tentamos, durante 2 anos, manter diálogo com a Associação Brasileira de Anunciantes — ABA e o conseguimos, após esse período, não porque tenhamos sido persistentes, mas porque a campanha passa a ter resultados, alguns produtos perdem-se na vendagem, e aí há uma preocupação.

Esse setor é movido pelo lucro. Com a divulgação, cito o exemplo, tivemos um problema com a Yamaha, que patrocinava o programa do DNA, do Ratinho. Enviamos a eles uma correspondência, mas os mesmos demoraram para nos responder e deram a seguinte resposta: *“Não estamos preocupados com isso. O que nos interessa é a categoria social, como potencial de consumo. Isso aí é com o nosso marketing.”* Bastou. Depois recebemos outra correspondência dizendo que lamentava que no Brasil eles não estavam preocupados, mas tínhamos a convicção de que a matriz deles estaria preocupada. E disseram: *“Não. A gente vai rever.”* Temos que provocar certo constrangimento, e assim por diante.

Sobre o que devemos fazer com o Conselho de Comunicação Social, a meu ver, é melhor não fazermos nada, porque ele não serve para nada mesmo. Para mudá-lo, é preciso criar uma emenda constitucional. Está na Constituição que haverá um Conselho Social de Comunicação, um órgão auxiliar do

Congresso Nacional, com caráter consultivo. Deixa ali, não vamos mudar, mas tentar criar algo que possa ser positivo.

Ficamos indignados, assim como ficou hoje aqui o companheiro Chico, ao saber que o antigo membro do Conselho, que representava as emissoras está agora representando no mesmo Conselho a sociedade civil. Como pode acontecer isso? Apesar de nos causar indignação, não serve para nada, não fará diferença alguma. Com certeza, a sociedade não terá espaço. Ainda que tome uma decisão, será meramente uma consulta. O Congresso levará em conta caso assim o deseje. A meu ver, temos de criar outros instrumentos.

Foi também nos perguntado se a nossa proposta é aplicada às tevês por assinatura. É para todas. Eles podem ter os horários, mesmo as emissoras direcionadas às crianças, específicos para os anúncios. Não queremos apenas proibir as propagandas, mas redirecioná-las ao público infantil.

Por isso o Edgar Rebouças apresentou hoje a legislação de outros países que já têm prática nesse sentido. Pretendemos fazer algo semelhante. O projeto está um tanto quanto provocativo. Queremos realmente provocar, senão passaríamos a impressão de que as propagandas direcionadas às crianças e adolescentes estariam bem. Fomos direto ao radicalismo. Não pode haver tipo algum de propaganda à criança e adolescente. Isso provocou o debate, o qual propiciou a reconstrução dessa proposta que tentaremos colocar em prática em todo o País.

De palestrante, passei a presidir a Mesa.

Agradeço a presença aos parceiros que colaboraram para a realização deste seminário, aos expositores que dedicaram o seu tempo e vieram aqui dar sua contribuição, aos membros do Ministério Público, aos membros deste Parlamento e da sociedade civil e aos estudantes.

Que cada um dê sua contribuição, ainda que pequena, mas que, somada às demais, possibilitará a mudança por completo desse aspecto da comunicação, em especial na televisão do nosso País.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

